

Campina Grande hoje e amanhã



Antonio Guedes Rangel Junior
Cidoval Moraes de Sousa
(Organizadores)





Universidade Estadual da Paraíba

Prof. Antônio Guedes Rangel Júnior | *Reitor*

Prof. José Ethan de Lucena Barbosa | *Vice-Reitor*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidoval Morais de Sousa | *Diretor*

Conselho Editorial

Presidente

Cidoval Morais de Sousa

Conselho Científico

Alberto Soares Melo

Hermes Magalhães Tavares

José Esteban Castro

José Etham de Lucena Barbosa

José Tavares de Sousa

Marcionila Fernandes

Olival Freire Jr

Roberto Mauro Cortez Motta

Editores Assistentes

Arão de Azevedo Souza

Antonio Roberto Faustino da Costa



Editora filiada a ABEU

EDITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500
Fone/Fax: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br

Antonio Guedes Rangel Junior
Cidoval Morais de Sousa
(Organizadores)

Campina Grande hoje e amanhã

2ª edição



Campina Grande-PB
2014

Copyright © EDUEPB

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

A EDUEPB segue o acordo ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil, desde 2009.

Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidoval Morais de Sousa | **Diretor**

Arão de Azevêdo Souza | **Editor Assistente de projetos visuais**

Antonio Roberto F. da Costa | **Editor Assistente de Conteúdo**

Design Gráfico

Erick Ferreira Cabral

Jefferson Ricardo Lima Araujo Nunes

Lediane Costa Furtuoso

Leonardo Ramos Araujo

Coordenação de Distribuição e Livraria

Júlio César Gonçalves Porto

Comercialização

Álisson Albuquerque Egito

Divulgação

Zoraide Barbosa de Oliveira Pereira

Revisão Linguística

Elizete Amaral de Medeiros

Normalização Técnica

Jane Pompilo dos Santos

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme decreto nº 1.825,
de 20 de dezembro de 1907.

FICHA CATALOGráfICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL - UEPB

900

R196c Rangel Junior, Antonio Guedes.

Campina Grande hoje e amanhã. [Livro Eletrônico]./
Antonio Guedes Rangel Junior; Cidoval Morais de Sousa. 2. ed.
- Campina Grande: EDUEPB, 2013.

1500kb - 184p.: il. color.

Modo de acesso: World Wide Web <eduepb.uepb.edu.br>

ISBN: 978-85-7879-170-4

1. Campina Grande. 2. Aspectos econômicos e sociais. 3.
Espaço Rural. 4. História. I. Título.

21. ed. CDD

Nota dos organizadores

Nesta edição alguns textos foram revisitados por seus autores, nos termos do projeto original (ver apresentação) e fez-se a inclusão de dois novos capítulos: um sobre as continuidades e rupturas do espaço público em Campina Grande e outro que sugere uma agenda para o desenvolvimento do município, tomando por base o Plano Plurianual 2014-2017. Recomendamos, uma vez mais, uma atitude crítica na leitura dos textos. O projeto permanece aberto a novas colaborações. Boa leitura.

Sumário

- 11 | **Apresentação - Campina Grande, hoje e amanhã**
Antonio Guedes Rangel Júnior | Cidoval Moraes de Sousa
- 13 | **Campina e o futuro**
Braulio Tavares
- 17 | **Abastecimento de água em Campina Grande (PB): um panorama histórico**
*Rosilene Cassiano Silva A. de Lima | Catarina de Oliveira Buriti
Hallyson Alves Bezerra | Maria da Conceição Marcelino Patrício*
- 31 | **Recursos hídricos: desafios e oportunidades**
*Delfran Batista dos Santos | Salomão de Sousa Medeiros
& Daniel Duarte Pereira*
- 41 | **Campina Grande busca universalizar serviços de saneamento**
José Tavares de Sousa
- 49 | **Principais características climáticas e alternativas hídricas para o desenvolvimento da região metropolitana de Campina Grande**
Hermes Alves de Almeida

- 59 | **Proposta metodológica para utilização de recursos das geotecnologias para atividades de agricultura familiar no município de Campina Grande/PB**
Anderson M. L. de Medeiros | Julie Eugenio da Silva Francisco
- 69 | **Aspectos econômicos e segurança forrageira no espaço rural do município de Campina Grande**
Daniel Duarte Pereira | José Jonas Duarte da Costa | João Macêdo Moreira | Salomão de Sousa Medeiros | Aldrin Martin Perez Marin Delfran Batista dos Santos
- 75 | **A condição social dos “flanelinhas” em Campina Grande**
Rosa Emília Araújo Idalino | Roberto Vêras de Oliveira
- 83 | **Os incentivos fiscais e a indústria de Campina Grande de 1960 a 2011**
Leonardo da Silva Alves
- 91 | **Desafios da gestão urbana de Campina Grande**
Cristian José Simões Costa | Rozeane Albuquerque Lima & Ana Paula Silva dos Santos
- 103 | **Desafios à governança da Região Metropolitana de Campina Grande**
Cidoval Morais de Sousa
- 107 | **Continuidades e rupturas do espaço público em Campina Grande(PB): uma reflexão do processo de requalificação do bairro do Catolé**
Maria Jackeline Feitosa Carvalho | Rayane Rachel Gomes Farias
- 121 | **Um metrô para Campina**
Ailton Elisiário

- 127 | **Campina: Grande, apesar dos pequenos**
Lenildo Ferreira
- 137 | **Luz, câmera, Campina: Hollywood pode ser aqui**
Rômulo Azevêdo 119
- 143 | **Opus descontinuum**
Josafá de Orós
- 155 | **Hoje e Sempre, uma Oração à Liberdade: Frei Caneca em Campina Grande**
Edmundo de Oliveira Gaudêncio
- 165 | **Uma agenda para o desenvolvimento de Campina Grande: o plano plurianual 2014-2017**
Márcio Canello
- 179 | **Por uma autorreflexão da nossa aldeia**
Luciano Albino

Apresentação

Campina Grande, hoje e amanhã

Antonio Guedes Rangel Júnior

Cidoval Morais de Sousa

(Organizadores)

Os textos articulados no presente eBook fazem parte de um projeto editorial mais amplo que visa, em linhas gerais, contribuir para a construção de um Fórum Permanente de Discussões sobre questões críticas para o desenvolvimento dos municípios paraibanos. **Campina Grande, hoje e amanhã** é o primeiro volume dessa série e tem como fonte de motivação as comemorações dos 150 anos de emancipação política do município. Mais do que uma homenagem à chamada Rainha da Borborema, esta coletânea, heterogênea em sua composição autoral, teórica e ideológica, busca, de um lado, enfrentar mitos (como o da vocação para ser grande, por exemplo) e, de outro, apresentar um conjunto de reflexões, preocupações e contribuições sobre temas que vão da infraestrutura, passam pelo trabalho, discutem o abastecimento e a mobilidade urbana, e não deixam de fora a questão da arte e da cultura.

O processo de articulação e organização da obra teve como ponto de partida uma convocação pública a autores acadêmicos e não acadêmicos (jornalistas, escritores, pesquisadores, gestores, intelectuais, artistas, políticos, dentre outros) de diferentes áreas, para a produção de textos com reflexões sobre o presente e o futuro da cidade. Propositamente, não se fez referência, no documento de convocação, se os autores interessados e convidados a escrever poderiam ou não discorrer sobre o passado. Para os organizadores pareceu evidente que em qualquer discussão sobre Campina Grande (ou outro município), a dimensão histórico-contextual

é imperativa. O que se buscou enfatizar, na 'provocação', foi que não se perdesse de vista os desafios do tempo presente e suas implicações para o planejamento do futuro, próximo ou distante.

O que há de inovação neste projeto, que resulta de uma determinação política de comprometimento da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) com o desenvolvimento da região na qual está inserida, é seu caráter aberto e flexível. O conceito não é novo, mas é a primeira vez que a EDUEPB o adota. Trata-se de uma obra cuja convocação para ampliá-la permanece aberta. Os autores podem, inclusive, periodicamente revisar seus textos. Um detalhe importante é que, pela adoção do conceito, o projeto pode receber e publicar contestações (a textos e/ou texto específico) e alimentar controvérsias e polêmicas, respeitando, obviamente, princípios éticos e a liberdade de expressão.

Há, neste primeiro volume, ensaios, artigos resultados de investigações empíricas e alguns textos de opinião. Todo esse material estará disponível em diferentes bases e repositórios online, de acesso livre, incluindo os da própria Universidade. Recomenda-se que as leituras e opiniões aqui expressas não sejam tomadas como verdades absolutas, mas, sim, como o que elas de fato são: provocações.

Campina Grande, dezembro de 2013

Campina e o futuro

Braulio Tavares

Campina Grande pode decolar para o Futuro, se conseguir ser fiel ao espírito inovador e aventureiro que soube ter no passado. E se souber se livrar, quando preciso, de traços cautelosos, interesseiros, tacanhos, que nada têm a ver com esse espírito, e que podem, num momento como o de hoje, servir-lhe de estorvo ou de atrapalho.

Campina sempre gostou de se ver (para usar uma linguagem familiar à rapaziada de hoje) como uma cidade *high-tech*, uma cidade *cutting-edge*, uma cidade de vanguarda, na linha de fronteira entre duas épocas.

A cidade em cujas oficinas mecânicas da rua João Suassuna era possível transformar um revólver Taurus em um Smith & Wesson. (Uma versão atual dessa lenda urbana diz que hoje há técnicos de informática em Bodocongó capazes de transformar um PC em Mac.) A cidade dos artesãos, dos cordelistas. A cidade de Bebinho, o maior pintor de “lameiros” de caminhões. A cidade de Lanca, que fabricava os melhores pandeiros do Brasil. A cidade que exporta software para os Estados Unidos. A cidade do “homo faber”, o homem que fabrica, que cria, que inventa, que produz, que torna realidade concreta uma coisa que era apenas uma visão, um vislumbre.

A vocação de Campina (uma delas, claro, mas é desta que é preciso falar agora) é a pesquisa, a invenção, a descoberta. Gostamos de nos vangloriar dos nossos conterrâneos espertos, hábeis, destros, cheios de recursos, cheios de conhecimento técnico esotérico e raro, dotados de uma intuição genial e bruta, capazes de destrinchar os mecanismos ou processos mais complexos logo num primeiro contato, entendendo tudo na base do improviso.

O artesão campinense típico é o cara que quebra o código do Windows ou reproduz a fórmula da Coca-Cola e comenta: “Estava cheio de defeitos, mas eu dei uma guaribada, deixei lá para eles, como pagamento.”

É assim que os campinenses são? Não sei, só sei que é assim que gostam de se ver, e que se gabam de ser desde que eu nasci.

Imagino (mesmo consciente do poder de lupa que tem o tempo, que tende a melodramatizar a importância de pequenas coisas) as mil e uma pequenas invenções e soluções técnicas que os nossos mecânicos anônimos vêm acumulando desde os tempos da prensa de algodão, desde o tempo em que o dinheiro corria solto nas ladeiras de Campina e enviávamos o algodão do Cariri para o porto de Liverpool e dali para as indústrias têxteis de Manchester.

Imagino quantas vezes, naquela Campina antiga e ambiciosa, um grupo de três ou quatro homens teve que passar noites em claro para solucionar um problema técnico do qual dependia o patrão deles fechar um negócio milionário. E eles solucionaram, e o patrão fechou o negócio, o dinheiro entrou a rodo, cada um deles ganhou um caraminguá a mais no salário do fim do mês, fortunas foram feitas e desfeitas em fumaça – mas o detalhe técnico ficou, foi incorporado, continua valendo e sendo praticado até hoje. Não tem assinatura. Ninguém sabe quem foi. Isso de assinatura e direitos fica para obras de arte. Soluções técnicas são soluções anônimas, pertencem à humanidade, são de domínio público desde o instante de sua primeira utilização.

Quem foi? Foram os técnicos do Capitalismo Heróico, uma das fases mais interessantes do capitalismo, quando ele é uma febre de competição, de avanço, de descoberta e utilização de novos recursos. Nesse momento de disputa para ver quem chega na Lua primeiro, o Capitalismo é uma beleza. Até mesmo as guerras que produz deixam um rastro positivo. Se não fosse a II Guerra Mundial, não teríamos o radar, a cibernética, a energia atômica, os foguetes... A lista é longa.

O Capitalismo é entusiasmante e arrebatador na sua juventude, mas quando envelhece e torna-se pesadão ele se encastela num Kremlin qualquer, como todo regime conservador. Deixa de ser heróico porque se esconde em si mesmo, em seu próprio poder; e passa, ironicamente, a jogar contra si mesmo. Porque deixa de pensar na conquista de novos espaços; pensa somente na manutenção do que já foi conquistado. Pensa mais no acúmulo do que na criação. Passa a ser inimigo do novo, porque

todo seu cacife foi baseado na forma anterior do “novo”... e não é fácil jogar fora a fórmula que nos enriqueceu e partir em busca de alguma coisa que não se sabe o que é.

Daí que os jovens-criativos-sem-nada sejam sempre uma ameaça para os velhos-criativos-que-conquistaram-tudo, porque estes últimos farão sempre o possível para que as coisas continuem as mesmas e as regras do jogo nunca sejam mudadas. Quanto aos jovens, muitas vezes não estão nem pensando em derrubar o império alheio, ou contestar direitos de precedência. Querem apenas perseguir uma idéia interessante que tiveram, mesmo que a realização dessa idéia leve um milhão de firmas à falência. É esse o terremoto e o pesadelo que jovens inteligentes trazem ao mundo.

Campina Grande cresceu graças ao capitalismo aventureiro, produtor, criativo, e se abrir mão dele vai ficando marchando sem avançar, marcando passo, contente com o quadrilátero já conquistado.

A vocação da cidade é para a pesquisa e desenvolvimento, para a experimentação do que não foi até então testado, para a solução prática e original de problemas práticos antigos. A vocação da cidade sempre foi mais comercial do que política: a política aqui é apenas uma forma diferente de comércio.

Quando eu era pequeno, subia com meu pai a Floriano Peixoto rumo à esquina com a Maciel Pinheiro e passava diante da Fundact (Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica), um prediozinho de andar térreo, em traçado moderno, por trás de um pequeno gramado. Eu achava aquele nome uma coisa meio ficção científica, como se numa daquelas salas houvesse um alçapão de metal, um poço vertical dando para um subterrâneo de pé direito altíssimo, cheio de máquinas, turbinas, cérebros eletrônicos.

Essa impressão ainda não passou e eu diria que não vai passar nunca, porque tenho a sensação, pela quantidade de gente estranha e inovadora que aparece em Campina, de que isto aqui é um “hub”, um portal, um porto fervilhante de estrangeiros que vêm fazer pesquisas e testar engenhocas de todo tipo. Cada qual com seu projeto, sua verba, seu cronograma e seu comércio de idéias com o Futuro.

A pesquisa inovadora, a idéia que ninguém sabe se pode dar certo, o trabalho formiguinha a longuíssimo prazo que pode um dia resultar numa aplicação prática... São caminhos fascinantes, e são um estágio de amadurecimento necessário para que a cidade não fique vivendo apenas

do improviso brilhante, da gambiarra que funcionou, do truque que vai quebrar o galho. Campina é famosa por essas soluções mágicas, tiradas da cartola inesgotável do talento, do “saber como”. Mas precisa ir além.

Campina sempre foi movida pelo dinheiro, pela transação, pelo lucro, pela guerra de ousadias e apostas em que o mais eficiente passa à frente do mais hesitante ou do mais acomodado.

O lado capenga disto é que essa mentalidade pode acarretar uma descrença quanto ao futuro, ao longo prazo. Ou rende dividendos agora, ou então não presta. Cria-se uma cultura do imediatismo, do pão-pão-queijo-queijo, do “farinha pouca meu pirão primeiro”. Uma cultura hipnotizada pelas possibilidades de ganho no presente e que deixa de preparar oportunidades maiores no futuro.

Na educação, na tecnologia, na cultura e nas artes, Campina sempre foi grande quando empurrou para segundo plano a tentação do lucro fácil e imediatista, herança de sua genética de balcão de casa comercial, e conseguiu ousar, conseguiu pensar longe, e preparou o terreno de que o Futuro precisava para poder pousar.

Um dos nossos maiores trunfos é a nossa capacidade de improvisação, de imaginação tecnológica, de inventar soluções que cancelam o problema para sempre, de reproduzir, com meios precários, façanhas técnicas que deixam de xeixo caído concorrentes mais ricos ou mais bem aparelhados. Vamos apostar nisso – o que significa apostar nos jovens, no projeto meio maluco mas que pode dar certo, na idéia que ninguém nunca pôs em prática, nas propostas que, não tendo sido concebidas com o pensamento no lucro, às vezes resultam num Ovo de Colombo que enriquece muita gente.

Conhecimento, tecnologia, pesquisa, invenção, originalidade: estes são os traços que nossa cidade sempre enxergou em si própria. Deveriam ser tratados como valores evidentes por si mesmos, capazes de justificar sozinhos qualquer investimento, qualquer empreendimento, qualquer esforço conjunto e concentrado para a preparação do futuro.

Abastecimento de água em Campina Grande (PB): um panorama histórico

Rosilene Cassiano Silva A. de Lima

Catarina de Oliveira Buriti

Hallyson Alves Bezerra

Maria da Conceição Marcelino Patrício

Introdução

Distante cerca de 120 km da capital paraibana, o município de Campina Grande ocupa atualmente uma área de 594,182 km² e sua população estimada é de 385.213 habitantes, segundo o Censo Demográfico do IBGE (2010). Uma das mais antigas cidades do estado, Campina Grande se localiza no Agreste da Borborema, posição central e privilegiada que, historicamente, a situou como um importante entreposto comercial a interligar o litoral ao sertão.

A importância das águas pode ser verificada na história do município desde os seus primeiros povoamentos, assim como ocorreu em todo o processo de ocupação do atual Estado da Paraíba, onde os rios constituíram as principais vias de colonização do seu interior. A facilidade de circulação e a distribuição de águas condicionaram a ocupação das margens fluviais e produziram o “povoamento de ribeira”, isto é, a instalação de grandes fazendas de gado ao longo dos rios. As principais ribeiras de fins do século XVIII eram as do Cariri, do Piancó, do Piranhas do Sabugi, do Patu, do Rio do Peixe, do Seridó e do Espinharas. Neste sentido, os chamados desbravadores da região escolheram as margens do Rio Paraíba

para estabelecer o início da colonização, por acharem impossível a fixação do povoamento em outros locais, que não possuíam recursos para que se pudesse obter água de boa qualidade para o consumo (ANDRADE, 1975).

Ao longo deste breve texto, buscaremos delinear como se configurou, a partir de um riacho de água, uma cidade desenvolvida desde os primórdios da colonização, sob fortes vínculos com as atividades comerciais. Tal represa originou o atual Açude Velho, hoje cartão postal da cidade. Inicialmente, pontuaremos os principais marcos da história do abastecimento de água em Campina Grande, relacionando-os com o processo de crescimento, urbanização e mudanças na organização do espaço urbano. Em seguida, discutiremos os desafios recentes do abastecimento hídrico da cidade, em razão do acentuado aumento populacional e das condições ambientais e climáticas características da região semiárida, onde o município está localizado. Os aspectos analisados evidenciam a necessidade de se estabelecer uma política de gestão adequada às demandas dos recursos hídricos no Açude Epitácio Pessoa, conhecido como Açude de Boqueirão, atual responsável pelo abastecimento da cidade, assim como o uso racional deste recurso por parte da população.

História e abastecimento de água em Campina Grande

Os primeiros povoamentos de Campina Grande ocorreram em fins do século XVII, quando se consolidou o aldeamento dos indígenas Ariú, fixados pelo capitão-mor Teodósio de Oliveira Ledo, às margens da represa de água, estendendo-se ao lado da capela, na rua principal (onde hoje está localizada a Catedral de Nossa Senhora da Conceição). As terras indígenas, sob a posse dos colonizadores, cresceram rapidamente e diversos moradores começaram a estruturar os seus comércios e indústrias naquele território. A localidade logo se consolidou como rota e ponto de parada obrigatória para os tropeiros (assim conhecidos por exercerem o importante papel econômico, social e cultural de condutores de tropas de bois, cavalos e mulas, entre outros animais), com o transporte de mercadorias, ideias e notícias das regiões de produção aos distantes centros consumidores, numa época em que ainda não existiam estradas no Brasil.

Em 1787, sob a denominação de Vila Nova da Rainha, ascendeu à condição de Vila, elevada, mais tarde, à categoria de cidade, precisamente em 11 de outubro de 1864, sob o nome de Campina Grande.

Como ocorreu em muitas cidades do atual Semiárido brasileiro, o abastecimento de água, para atender às demandas da cidade em crescente expansão, foi comprometido pelo adensamento populacional e a consequente urbanização, somados às características naturais da região. Deste modo, no início do século XIX, as estiagens periódicas deixavam de serem consideradas apenas um fator natural/climático para se transformar em um problema de ordem econômica e social, que requeria medidas políticas para resolver questões de saúde, de higiene e mesmo para garantir a sobrevivência da população. A política de construção de açudes, como fonte de água para abastecimento humano e animal no atual Semiárido, teve início no século XIX, segundo Rebouças (1997), mais precisamente a partir das secas de 1825, 1827 e 1830.

No caso de Campina Grande, com o intuito de minimizar o problema de abastecimento de água, foi construído, em 1828, pelo Governo Provincial da Paraíba, um açude na Vila Nova da Rainha, pois esta possuía até então apenas riachos. O Açude Velho foi o primeiro reservatório a atender o referido município, construído onde antes havia o “Riacho das Piabas”, no atual centro da cidade. Sua inauguração ocorreu em 1830, mas só veio a ser concluído em 1844, tornando-se naquele momento o maior reservatório público do Planalto da Borborema. Sua construção foi motivada pela necessidade de atender à demanda de água a partir do crescimento demográfico e pelas estiagens prolongadas, que a região Nordeste enfrentou, principalmente a que ocorreu entre 1824 a 1828 (BRITO 2008).



Açude Velho

Fonte: Blog Retalhos Históricos de Campina Grande

Após sua inauguração, o Açude Velho exerceu um importante papel como fonte de água para a população não só da “Rainha da Borborema”, mas também das regiões circunvizinhas. O Açude começou pequeno, mas foi ampliado, até adquirir as proporções que possui hoje, com uma área de 250 m². Dois anos depois, em 1830, outro açude foi construído para auxiliar o primeiro, este ficou conhecido como Açude Novo. Ambos os açudes ajudaram à população a atravessar o período da prolongada estiagem, ocorrido entre os anos de 1845 e 1877. Por quase um século, estes dois açudes foram as únicas fontes de abastecimento de água da população de Campina Grande e dos municípios adjacentes (*Ibidem*).



Açude Novo

Fonte: Blog Retalhos Históricos de Campina Grande

Nas primeiras décadas do século XX, a cidade experimentou uma significativa expansão. A ampliação do comércio, com a chegada da estrada de ferro, em 1907, provocou o aumento do número de habitantes e habitações. O algodão foi para a cidade, à época, a principal atividade econômica que atraía comerciantes de várias regiões. Até a década de 1940, tornou-se a segunda maior exportadora de algodão do mundo, atrás somente de Liverpool, na Inglaterra, dando início ao período conhecido como “era do ouro branco”. Nos anos 1920, não havia saneamento nas ruas centrais, mas

as mudanças estruturais urbanas fomentadas pelos políticos, em nome da construção de uma cidade “grande”, civilizada, moderna e higiênica, colaboraram para que até o início dos anos 1940 já fosse considerada uma cidade que dispunha de saneamento e ares de progresso (SOUSA, 2001).

Entretanto, o abastecimento de água da maioria da população ainda permanecia deficitária, exemplo disso era a importante função do “agueiro”, responsável por transportar água no lombo de jumentos, passando por toda extensão urbana, com a água colhida, principalmente, do Riacho das Piabas. A concentração da tropa (foto abaixo) acontecia próximo à Feira Central.



“Aqueiros”, reunidos nas proximidades da Feira Central, na década de 1930

Fonte: Blog Retalhos Históricos de Campina Grande

Objetivando aumentar a disponibilidade de água para abastecimento em Campina Grande, entre os anos de 1915 e 1917, foi construído um terceiro açude, desta vez sobre o Riacho de Bodocongó, inaugurado como o “Açude de Bodocongó”. Todavia, este reservatório não exerceu tanta importância no processo de abastecimento da cidade como os dois primeiros, devido ao elevado nível de salinidade de suas águas. Contribuiu, no entanto, para o surgimento do Bairro de Bodocongó e atraiu, na década de 1930, diversas indústrias para o seu entorno, como o Curtume Vilarim, a Fábrica Têxtil do Bodocongó e o Matadouro, que na época passaram a utilizar as águas daquele reservatório, assim

como possibilitou o surgimento de um novo bairro, também chamado Novo Bodocongó, conhecido popularmente como Vila dos Teimosos. Contudo, assim como aconteceu aos dois anteriores, este açude também perdeu seu caráter original de abastecimento, tornando-se, como o Açude Velho, um depósito residuário de esgotos provenientes tanto das empresas que existiam em seu entorno, como os domésticos gerados pela população.

Em 1964, Campina Grande completou o primeiro centenário de sua emancipação, sendo reconhecida por sua pujança econômica, como o maior empório comercial da região Nordeste, logo depois do Recife (PE). A sede do município contava com 116.226 habitantes. A partir deste período, com a intensificação do êxodo rural no município, ocorrido na década de 1970, a cidade passou por um processo de urbanização, que acelerou o crescimento desordenado, impulsionando a instalação de indústrias no entorno urbano, atraindo milhares de pessoas em busca de emprego, cujas demandas não foram absorvidas pelo mercado. Com o desenvolvimento intenso da economia, provocado pela alta do algodão, a cidade que possuía uma área de 900 km² cresceu assustadoramente, elevando o número de 20 mil habitantes para 130 mil habitantes, em 30 anos, e sem contar com as pessoas que passavam pela cidade e acabavam estabelecendo moradia (*Ibidem*).

A degradação da capacidade produtiva destas duas fontes hídricas, somada ao crescimento demográfico-urbano e a expansão das atividades econômicas de Campina Grande, agravaram os problemas de escassez de água para atender a demanda, conduzindo a um quadro preocupante em relação ao suprimento das necessidades de abastecimento público. Os dois açudes existentes, o Velho e o Novo, já não bastavam e a construção de outro reservatório tornou-se indispensável.

O crescimento demográfico e urbano mais acentuado e a complexidade das atividades industriais acabaram estimulando uma elevada demanda hídrica na cidade. Porém, o processo de degradação dos mananciais, contaminação e desperdícios de água, conduziram a cidade a um quadro preocupante, em relação à sustentabilidade do abastecimento hídrico. Assim, em 1928, Campina Grande passou a contar com um novo sistema de abastecimento, o de Puxinanã, captando água do açude João Suassuna. Este açude foi construído entre os anos de 1925 e 1926, com ele a cidade passou a contar com um sistema de abastecimento de água encanada, o primeiro do Complexo da Borborema.

No início dos anos 1930, o prefeito Antônio Pereira Diniz já aderiu a um projeto de saneamento e embelezamento da cidade. Em 1935, o prefeito Vergniaud Wanderley assumiu a Prefeitura, com o desafio de mudar a fisionomia de Campina Grande, atendendo às demandas dos letrados e grupos das elites políticas e econômicas da época, de que a cidade precisava ganhar novos ares de modernidade. No período de 1935 a 1939, houve a implantação de um sistema de saneamento e abastecimento de água, além da implementação da conhecida Reforma Urbana de Campina ou o “bota-abaixo”, que demoliu os grandes casarões coloniais, substituindo-os por sobrados em estilo art décor, símbolos da vanguarda da modernidade europeia da época (SOUSA, *op. cit.*).

Dentro do mesmo contexto, em 1939, foi necessário construir outro reservatório para atender ao abastecimento de Campina Grande, também por meio de transposição. Trata-se do açude Vaca Brava, localizado na região do Agreste-Brejo a cerca de 40 km de Campina Grande, cuja microbacia hidrográfica abrange parte dos territórios de Areia e Remígio. Com o tempo, outros municípios foram sendo incorporados ao sistema de abastecimento de Vaca Brava, como Esperança, Matinhas e Lagoa Seca. O reservatório de Vaca Brava passou a enfrentar um período crítico levando os municípios atendidos por ele a um colapso de abastecimento, recorrendo à distribuição de água por meio de carros pipa (BRITO, *op. Cit.*).

Portanto, depois de passar por diversas fases, sempre marcadas por soluções que logo se tornavam insuficientes, o sistema de abastecimento de água de Campina Grande e de outras localidades da região, passou a ser suprido pelo Açude Público Epitácio Pessoa (Boqueirão). Este reservatório foi construído entre 1952 e 1956, no Rio Paraíba, no local denominado de Boqueirão de Cabaceiras, em plena região dos Cariris Velhos, que apresenta os menores índices pluviométricos do Brasil. A partir de 1958, Campina Grande e, posteriormente, outros municípios por ela polarizados, passaram a ser abastecidos com águas transportadas por adutoras do açude Epitácio Pessoa, que atualiza os históricos desafios de abastecimento que marcaram esta cidade.

O Açude Epitácio Pessoa e os atuais desafios do abastecimento em Campina Grande

O Açude Epitácio Pessoa, conhecido popularmente por Açude de Boqueirão, está localizado em plena região semiárida do estado da Paraíba,

na zona rural do município de Boqueirão, região dos Cariris Velhos. Ele é o principal reservatório da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba, e possui cerca de 14.000 km² de área superficial.

Situado na Mesorregião da Borborema, a 420 metros de altitude, historicamente habitada pelos povos indígenas Sucuru, da etnia Tarairiu, até a chegada do baiano Antônio de Oliveira Ledo, em 1670. Este viera, com seus irmãos e sobrinhos, da margem do rio São Francisco, na Bahia, através do rio Pajeú, passando pela Paraíba, pelo rio Sucuru e atingindo o atual Boqueirão, que passou a ser o mais antigo núcleo de povoamento do interior do Estado, também chamado Carnoió, que na língua Kariri significa *cónioidió*, “abertura de fazer-se entrar”.



**Açude Epitácio Pessoa - Boqueirão.
Vista do sangradouro principal (2009)**

Fonte: AESA

O Açude de Boqueirão represa as águas dos rios Paraíba do Norte e Taperoá, abastecendo mais de um milhão de paraibanos. Por localizar-se numa região de clima quente e seco, com o menor índice pluviométrico do País, o reservatório é bastante vulnerável às mudanças climáticas e aos impactos causados pelo homem, e por constantes períodos de iminência de colapso, quer seja qualitativo ou quantitativo do sistema de abastecimento da região e cidades circunvizinhas. Um exemplo disto é a cidade de Campina Grande, que utiliza as águas do Açude Epitácio Pessoa para suprir a atividade econômica, industrial e agrícola, assim como para se desenvolver.

Construído entre os anos de 1951 e 1956, pelo Governo Federal, através do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), o açude foi inaugurado pelo então Presidente da República Juscelino Kubitschek, em 1957, com o objetivo, *a priori*, de gerar energia elétrica e irrigação. Em 1952, em função de uma crise por água em Campina Grande, foi construída a primeira adutora para atender o abastecimento urbano. No mesmo momento, procurou-se perenizar o Rio Paraíba e, também, promover o desenvolvimento de atividades como piscicultura, turismo e lazer.

No tocante ao Rio Paraíba, sua ocupação deu-se inicialmente na região da várzea, próxima ao litoral, ainda no século XVI, sendo o restante de suas margens ocupadas nos séculos seguintes. O significado mais aceito de “Paraíba”, de origem Tupi, é “rio mau”, numa referência à dificuldade natural que o rio apresentava no início da colonização por ocasião das suas cheias (SILVA, 2003).

Atualmente, com exceção da geração de energia e perenização do Rio Paraíba, todas as atividades supracitadas são desenvolvidas simultaneamente com as águas do referido reservatório, produzindo inúmeros problemas relativos às demandas de água e gerando conflitos em face da necessidade de diferentes atores captarem para uso e consumo, água do mesmo reservatório, o qual apresenta limitações sazonais, o que o impossibilita atender a todas as demandas.

O manancial Epitácio Pessoa (Boqueirão) possui capacidade de 411 milhões de metros cúbicos de água, estando atualmente com 46,1% de seu volume, segundo dados da Agência Executiva de Gestão das Águas da Paraíba (AESPA), e abastece cerca de 30 municípios da região e outros centros populacionais menores, rurais e urbanos. Seus principais usos são abastecimento humano (aproximadamente 1 milhão de pessoas), dessedentação animal, abastecimento doméstico, irrigação e abastecimento industrial, entre outros, exercendo uma importante função no desenvolvimento socioeconômico do Estado da Paraíba.

Visto o panorama histórico que acabamos de desenvolver neste primeiro momento, passamos a uma reflexão acerca da atual situação do gerenciamento de recursos hídricos na cidade de Campina Grande, marcados por um verdadeiro descompasso, diante da demanda sempre crescente, estimulada pelo desenvolvimento da cidade e pelo progressivo aumento da população.

Conflitos pelo uso da água

O açude Epitácio Pessoa foi (e ainda é) palco de muitos conflitos em torno do uso das suas águas. O cenário é preocupante, pois na medida em que crescem as demandas, não se percebe a devida preocupação com a gestão sustentável e adequada dos recursos hídricos. Em 1999, conforme o banco de dados da AESA (Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba), o açude chegou a ter somente cerca de 15% de sua capacidade de suporte, chegando à beira de um colapso. Nesse mesmo ano, Campina Grande entrou em crise diante da escassez e pouca disponibilidade deste recurso. O racionamento iniciou com a suspensão de distribuição durante três dias por semana. Com esta limitação, os campinenses mudaram seus hábitos, passaram a conviver com a quantidade reduzida de água e com a necessidade de seu armazenamento.

Através de uma ação judicial, foi decretado, a partir do dia 03 de março de 1999, que as águas do açude Epitácio Pessoa se destinariam exclusivamente para o consumo humano e animal. Sendo suspensa qualquer irrigação a montante da bacia hidrográfica. Isto gerou conflitos entre os agricultores, que ficaram impedidos de utilizar a água para a irrigação. Mobilizações populares se organizaram em forma de protestos a favor do direito dos irrigantes. Houve também a diminuição da comunidade ribeirinha, devido à escassez da água (ARAÚJO SEGUNDO NETO, 2013). O conflito pelo uso das águas do açude se dá pela indisponibilidade hídrica para o abastecimento doméstico, sedentação animal e irrigação em períodos de estiagens.

Após cinco anos (2004), o açude transbordou, trazendo de volta os ribeirinhos que dependiam da irrigação. Nos anos seguintes (2005 e 2006), o açude transborda novamente. Com isso, atraiu um número maior de usuários em seu entorno, o que gerou diversas irregularidades, tais como: construções nas APPs (Área de Preservação Permanente), invasões de áreas públicas, uso de agrotóxicos nas plantações, falta de infraestrutura e outros.

Para se ter uma noção do atual quadro de redução da quantidade de água no açude, segundo dados da AESA (2013), em junho, havia 50% da sua capacidade, e se a atual política de uso da água potável se mantiver, haverá uma diminuição gradativa dos recursos hídricos que abastece Campina Grande. Este aspecto é preocupante, uma vez que, cerca de um milhão de pessoas,

de várias cidades abastecidas por ele, depende de suas águas, assim como, diversas indústrias da região. Um exemplo disto são as indústrias de curtumes e tecelagens, consumidoras de grande volume de água.

Uma crise no abastecimento de água acarreta sérias consequências nos âmbitos social, econômico e ambiental. Dentre as consequências, destacam-se a desaceleração do crescimento econômico, desemprego em tais setores, redução na produção de hortifrutigranjeiros, altamente dependentes de água, o que acarreta elevação dos seus preços.

O açude de Boqueirão, por está localizado no Semiárido brasileiro, está sujeito à estiagem prolongada, que compromete seu abastecimento e o de diversos municípios paraibanos (Boqueirão, Cabaceiras, Boa Vista, Soledade, Juazeirinho, Cubati, Olivedos, Pedra, Lavrada, Seridó, Campina Grande, Pocinhos, Lagoa Seca, Matinhas, Queimadas, Caturité, Barra de Santana e Riacho de Santo Antônio) da mesorregião da Borborema. Com isto, gera tensões e conflitos entre as populações e os irrigantes (BRITO, 2013).

No final de agosto de 2013, o reservatório encontra-se abaixo da sua capacidade de suporte. De acordo com a AESA, o açude perde 10 m³ por dia, por evaporação. Permanecendo a estiagem, os números podem chegar a ser mais alarmantes, gerando incerteza na continuidade do abastecimento de água para praticamente um milhão de habitantes e, por consequência, intensificando os atuais conflitos pelo uso de suas águas.

Considerações

A história do Semiárido brasileiro sempre foi marcada por longos períodos de estiagens e pelo desenvolvimento de várias políticas públicas na tentativa de amenizar os seus efeitos. Uma delas, de maior expressão, foi a construção de açudes, que contribuiu para diminuir os problemas provocados pela escassez hídrica.

Com base na breve análise acima apresentada, percebemos que o crescimento urbano da cidade de Campina Grande esteve associado, desde o início da colonização, a diferentes demandas por água para atender às necessidades de abastecimento da população e aos mais diversos usos deste recurso. Neste sentido, o processo histórico de transformações sociais e econômicas pelo qual passou a cidade, foi marcado por diferentes políticas e ações voltadas para o seu abastecimento. Os desafios de

abastecimento são, em última, instância, históricos, e certamente acompanhou os gestores públicos das mais diferentes épocas, que buscaram adotar medidas para promover o crescimento e desenvolvimento desta cidade e a ela propiciar ares de modernidade.

O município de Campina Grande enfrenta, hoje, a ameaça de mais um colapso em seu abastecimento, diante da diminuição do volume do açude Epitácio Pessoa e da prolongada estiagem que a população enfrenta. Por conta disto, os atuais desafios de utilização das suas águas para os diversos fins colocam em evidência a necessidade de manejo e gestão integrada e sustentável das águas deste manancial, tendo em vista propiciar o uso racional deste recurso escasso e limitado em nossa região.

Referências

ANDRADE, M. C. de. **O Processo de Ocupação do Espaço Paraibano** In: Estudos de regionalização e política estadual de desenvolvimento urbano local. Vol. II. João Pessoa, SUDENE/Governo da Paraíba. Dez. 1975.

AESA – Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba. Disponível em: <http://site2.aesa.pb.gov.br/aesa/volumesAcudes.do?metodo=preparaUltimosVolumesPorMunicipio>. Acesso: 20/08/2003.

ARAÚJO SEGUNDO NETO, F. V de. **Possíveis conflitos por água no açude Epitácio Pessoa (Boqueirão), e o projeto de integração do rio São Francisco**. Disponível em: <http://www.geociencias.ufpb.br/leppan/gepat/files/gepat004.pdf>. Acesso: 20/08/2013.

BRITO, B. de B. **Conflitos pelo Acesso e uso da água: integração do Rio São Francisco com a Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba (Eixo Leste)-PB**. Disponível em: <http://www.geociencias.ufpb.br/leppan/gepat/files/texto03.pdf>. Acesso: 21/08/2013.

SILVA, Lígia Maria Tavares da. **Nas Margens do Rio Paraíba do Norte**. In: Cadernos do Logepa, Vol. 2,n. Julho-Dez-2003, João Pessoa, p. 74-80

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande (1920-1945)**. Tese de doutorado. Unicamp, 2001.

RÊGO, J. C.; ALBUQUERQUE, J. P. T.; RIBEIRO, M. M. R. **Uma Análise da Crise 1998-2000 no Abastecimento d'Água de Campina Grande – PB**. In: Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste, 4, 2000, Natal. Anais... Natal: ABRH, 2000. v. 2. p. 459-468

<http://www.pbagora.com.br/conteudo.php?id=20130409154955&cat=educacao&keys=-acude-boqueirao-menos-sua-capacidade>

<http://site2.aesa.pb.gov.br/aesa/volumesAcudes.do?metodo=preparaUltimosVolumesPorAcude2>

Recursos hídricos: desafios e oportunidades

**Delfran Batista dos Santos¹,
Salomão de Sousa Medeiros²
& Daniel Duarte Pereira³**

Caracterização do problema

O município de Campina Grande, Estado da Paraíba, faz parte de um cenário cada vez mais negativo relacionado ao efeito das estiagens prolongadas. Esta cidade é uma dentre centenas de outras da região semiárida - RSA que frequentemente, enfrentam a já conhecida crise de abastecimento de água para dessedentação humana e animal, provocada quando a principal fonte de abastecimento da cidade, o “Açude Presidente Epitácio Pessoa”, mais conhecido como Boqueirão, atinge níveis críticos. O referido manancial é abastecido principalmente pelos rios Paraíba e Taperoá e foi construído em pleno polo xérico encravado entre os municípios de Boqueirão, Cabaceiras e Barra de São Miguel.

O açude Epitácio Pessoa (v. figura 1), é o principal reservatório da Bacia do Rio Paraíba (cerca de 14.000 km²), a maior do Estado. Esta bacia se encontra bastante antropizada (com mais de 80% da vegetação de

¹ Pesquisador Colaborador INSA-MCTI, Núcleo de Recursos Hídricos. Professor Dr. do IF-BAIANO, Campus Senhor do Bonfim, Bahia.

² Pesquisador do INSA-MCTI, Núcleo de Recursos Hídricos. Dr. em Recursos Hídricos e Ambientais, Campina Grande, Paraíba.

³ Pesquisador Bolsista INSA-MCTI, Núcleo de Desenvolvimento e Tecnologias Sociais. Professor Dr. da UFPB-CCA-DFCA, *Campus II*, Campina Grande, Paraíba.

caatinga alterada e com apenas manchas residuais de mata ciliar); e está localizada a 420 m de altitude na mesorregião da Borborema e da microrregião do Cariri Oriental considerada a de menor índice pluviométrico do Brasil (precipitação entre 150 e 300 mm/ano).

Com um perímetro de 138.800 m, Boqueirão tem capacidade máxima de armazenamento de 411.686.287 m³, de acordo a AESA - Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba; entretanto, o referido açude encontra-se, atualmente, com cerca de 46 % desta capacidade. Seus principais usos destinam ao abastecimento humano (aproximadamente 600.000 pessoas distribuídas em Campina Grande e cerca de outras 20 cidades do Compartimento da Borborema) à dessedentação animal e irrigação; portanto, o desenvolvimento socioeconômico da região depende do fornecimento da água deste açude.



Figura 1- Tomada d'água do Açude Boqueirão

Fonte: AESA

Desde agosto de 2011 este reservatório não tem recebido aportes volumosos de água razão pela qual se previu o racionamento no sistema de abastecimento da cidade de Campina Grande para o início de 2014. Bem antes deste período o açude ficou vulnerável às ações antrópicas (irrigação, pastagem, atividades pesqueiras, praticas de esporte e lazer, ocupação de APP's, poluição, contaminação por agrotóxicos, adubos químicos etc.) agravadas com o aumento da demanda.

Outro agravante diz respeito ao nível de sais na água do açude que gira em torno de 0,75 dS m⁻¹; uma água considerada pesada, seja para o

consumo humano, podendo trazer alguns danos ao organismo, como o desenvolvimento de cálculo renal, assim como para o desenvolvimento da indústria local que, muitas vezes carece de água com teores mais baixos de sais. Nessa mesma linha de raciocínio, chamamos atenção também para influencia da qualidade da água sobre a qualidade de argamassas estruturais e de revestimento de edificações.

Ressalta-se, caso não sejam tomadas as providências necessárias, que o Açude de Boqueirão poderá entrar em racionamento ainda em 2014 ocorrendo sem dúvida colapso total com reflexos inimagináveis. Estas previsões catastróficas poderão se confirmar caso, infelizmente, o ano disponha de precipitações médias ou abaixo da média no âmbito da bacia hidrográfica.

Merece destaque as chuvas cada vez mais irregulares, solos desnudos encontrados no âmbito da bacia, altas temperaturas além do conflito pelo uso da água entre a população urbana e agricultores, que desenvolvem a agricultura irrigada ao longo de suas margens; tudo isso se sobressai como os principais problemas relacionados à gestão do açude. Ressalta-se que não existe legalidade no uso da bacia hidráulica do reservatório nem, conseqüentemente, outorga para esses irrigantes, o que os coloca em situação de ilegalidade.

Dentre as alternativas disponíveis para reduzir os aspectos nocivos do racionamento de água e da estiagem, pode-se destacar, a seguir, algumas ações e mudanças de atitudes, por parte da população e dos órgãos governamentais que podem minimizar esta situação.

Gestão de uso da água

Especialistas já sugeriram que a solução para o problema do açude deveria estar baseada no controle de demandas com a ação da gestão para suprir as necessidades da população. A gestão atual do reservatório é da alçada da ANA - Agência Nacional de Águas. Para a efetiva gestão das águas do açude Epitácio Pessoa faz-se necessário e urgente que uma rede de monitoramento e um sistema eficiente e confiável de informações sejam disponibilizados para que as tomadas de decisão tenham melhor embasamento. A ausência da gestão efetiva e da integração qualidade-quantidade tem proporcionado o surgimento de um novo período de crise não somente quantitativo, mas também qualitativo.

Para atenuar o problema atrelado a gestão de uso da água no açude, pode-se destacar também as perdas de distribuição de água tratada pela Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA) à cidade de Campina

Grande, pois, estudos revelaram que cerca de 40% da água que deveria ser utilizada para abastecer as residências do município é perdida devido a vazamentos na rede hidráulica e ligações clandestinas.

Recentemente, uma ação governamental foi tomada com o objetivo de evitar um colapso no abastecimento de Campina Grande e em outras 20 cidades do Compartimento da Borborema. A ANA, o Ministério Público Estadual, o Governo do Estado e o DNOCS que, em consonância com a associação dos irrigantes, restringiram o consumo da água. A intervenção restringiu, para limites máximos de até 5,0 hectares, as áreas irrigadas. Não se utilizaram critérios técnicos específicos para embasar uma área de 5,0 hectares. Com esta decisão a expectativa é de que a determinação deva permanecer até fevereiro de 2014, quando se inicia o período chuvoso.

Este tipo de medida se faz oportuno para garantir a segurança hídrica da região. Os produtores que não cumprirem a determinação poderão ser multados e ter seus equipamentos apreendidos por determinação judicial, existindo registros de laqueadura de bombas.

Captação de água de chuva

As vantagens no uso da água de chuva são diversas, entre elas a redução do consumo de água da rede pública e do custo de seu fornecimento; a ajuda na contenção das enchentes, represando parte da água que teria de ser drenada para as galerias e rios, além de não desperdiçar um recurso de qualidade distribuída por precipitação minimizando os custos e diminuindo a demanda da distribuição, por parte da concessionária oficial. A água captada poderá servir para diversos fins desde que disponha de tratamento adequado.

Na área urbana os usos potenciais da água da chuva captada, são os seguintes: irrigação de jardins, faixas verdes decorativas ao longo de ruas, avenidas e estradas, parques, descargas sanitárias, lavagem de veículos, recreação e construção civil, dentre outros.

Já existem relatos de experiências de sucesso no uso da captação de água de chuva. Por exemplo, na província de Gansu, no norte da China, o governo colocou em prática o projeto da captação de água de chuva denominado “121”: construção de área de captação de água, tanques de armazenamento de água e lote para plantação de culturas comercializáveis; o projeto solucionou o problema de água potável para 1,3 milhões de

pessoas. Em 1999, na cidade de Berlim, Alemanha, fez-se a captação de água de chuva em telhados e nas ruas de um bairro residencial para uso, sobretudo em descargas de bacias sanitárias e em regas de jardim.

Em nível de Brasil também já se encontram algumas experiências com captação de água da chuva. Em Guarulhos, SP, o Departamento de Transportes Internos (DTI) da prefeitura implantou, em 2010, um sistema de reuso de águas pluviais. A medida permite lavar semanalmente, 820 veículos da frota municipal gerando uma economia de até 10 mil litros de água potável por mês. Para que o sistema entrasse em operação o DTI fez algumas adaptações no prédio onde sua equipe está instalada. O telhado do departamento é, hoje, utilizado para a coleta da água das chuvas que segue para um reservatório de 15 mil litros e depois é submetida a um processo de filtragem. A água tratada termina em outros dois reservatórios com capacidade de 30 mil litros; no total, a DTI tem condições de armazenar até 45 mil litros de água, suficientes para uma semana de uso. Segundo o Gerente do DTI, o sistema ganhará um novo equipamento que vai separar a água do óleo, permitindo ao departamento elevar ainda mais essa economia.

Estudos revelaram que o volume anual de água captado em apenas 100 telhados da cidade de Campina Grande (cuja precipitação média é de 875 mm) foi em torno de 230.326,40 m³, volume este equivalente a 2,0 % do consumo total da população da cidade, isto é, um dado bastante interessante demonstrando que se fosse adotada a técnica de captação pelo município, seria possível reduzir significativamente o consumo de água proveniente de abastecimento. A captação de água pluvial também pode auxiliar na redução de uma série de transtornos à população que reside em áreas de risco de enchentes, reduzindo os desastres evitando catástrofes e gastos do dinheiro público.

Relatos informam que a Indústria Metalúrgica Silvana, localizada aqui em Campina Grande, capta água de chuva do telhado e depois a trata e a destina para utilização em toda a produção da fábrica e nos seus demais compartimentos. Como Campina Grande está localizada na Região Semiárida do Nordeste brasileiro e dentre outras peculiaridades, que lhe são atribuídas, pode-se destacar que o volume de chuva que precipita sobre a cidade é em torno de aproximadamente 475 milhões de metros cúbicos por ano (para uma área de 594 km²), e boa parte dessa água se perde por escoamento superficial, podendo ser utilizada para diversos fins.

Reuso de água

Atualmente, com o surgimento de conflitos pelo uso da água e pelo fato do consumo para irrigação ser expressivo, no Brasil equivale a 65% do volume total, o interesse pelo reuso de água em cidades brasileiras tem aumentado com o intuito de reduzir as despesas junto às empresas prestadoras de serviço de água e esgoto do município, além de contribuir com a sustentabilidade ambiental e, conseqüentemente, reduzir os conflitos perante os maiores setores consumidores (agricultura, doméstico e industrial).

No Brasil já existem experiências exitosas com reuso de água, a exemplo de Niterói, RJ, que investiu atualmente na reutilização da água para gerar economia e contribuir com o meio ambiente. No município a preservação do recurso está estabelecida na Lei Municipal nº 2.856/2011, que obriga os edifícios com mais de 500 metros quadrados e que tenham consumo igual ou superior a 20,0 metros cúbicos de água por dia, a instalarem projetos de sistema de aproveitamento da água proveniente dos chuveiros, banheiras, tanques, máquinas de lavar e lavatórios de banheiros. A água tratada deve ser usada para fins não potáveis, como rega de jardins, limpeza de áreas comuns e descargas sanitárias; outro grande benefício é a economia, pois o valor da conta de água tende a reduzir na ordem de 30,0%.

O Instituto Nacional do Semiárido – INSA/MCTI, vem desenvolvendo algumas pesquisas na área de “Gestão de Recursos Hídricos e Reuso de Água no Semiárido Brasileiro” com vistas ao estudo do potencial de reuso para todos os municípios do Semiárido, além da utilização da água residual para produção de energia e forragem.

Com base em dados de 2010, a cidade de Campina Grande possui em torno de 375.000 habitantes, sendo a segunda maior cidade do estado, dispondo de uma vazão de 425 L/s de esgoto produzido. Pesquisa em andamento realizada pelo INSA estima que o potencial de reuso de esgoto sanitário para a produção de forragem (Palma) gira em torno de 3.700 hectares por ano e, caso fossem produzidas nativas da Caatinga com potencial madeireiro e energético, ter-se-ia uma área cultivada em torno de 2.000 hectares por ano. Percebe-se, então, que a utilização do esgoto sanitário na irrigação poderia trazer benefícios ambientais e econômicos para o município de Campina Grande.

Integração de bacias

Projetos de Integração de bacias, a exemplo do Rio São Francisco, poderiam assegurar a oferta de água para consumo das populações urbanas de pequenas, médias e grandes cidades da região Semiárida da Paraíba. Uma grande vantagem da interligação/integração do Rio São Francisco para os afluentes do açude de Boqueirão, em especial o Rio Paraíba, seria manter volume adequado para o açude e reduzir a salinidade da sua água. Não se deve descartar, aliados a este processo, o evitamento do desflorestamento, a recuperação de matas ciliares e a construção de barragens de contenção de material assoreado.

Alternativas para o setor rural de Campina Grande

Devido à inexistência de sistemas de abastecimento de água em áreas rurais, a vulnerabilidade se torna bem maior quando comparada à do meio urbano, exigindo soluções específicas para situações particulares.

No caso do abastecimento de água com vista ao consumo humano para as populações difusas presentes no município de Campina Grande, a captação de água de chuva através de cisternas de placas se reveste de uma alternativa bastante interessante; no entanto em virtude da sua capacidade de armazenamento de água (16.000 L) esta tecnologia é apropriada para consumo de uma família de até 05 membros, durante o período de até 08 meses.

A construção de barragens subterrâneas também surge como alternativa complementar para garantir a oferta de água para usos múltiplos (consumo humano e animal e produção). Nas comunidades rurais que dispõem de fonte permanente de água (subterrânea ou superficial), o uso de chafarizes tem-se mostrado uma opção interessante no fornecimento de água, porém nos casos em que a sua qualidade (salinidade) é fator limitante, a instalação de dessalinizadores se faz necessária desde que associada a um plano de manejo dos seus rejeitos.

A captação de água de chuva por meio de tanque de pedra, também tem sido uma solução para o abastecimento de algumas comunidades rurais, destacando-se o exemplo exitoso no município de Esperança, PB, onde o uso desta tecnologia fornece água para o consumo humano a aproximadamente 300 famílias das comunidades Timbaúba e Araras.

Já a oferta de água para a dessedentação animal e produção, também pode ser baseada na captação de água de chuva, através do uso de estruturas como cisternas calçadão, caixio, barreiro, tanque de pedra, barreiro trincheira, cisterna de enxurrada e captação em lajedos, entre outros.

A captação de água *in situ* cujas condições físicas dos solos permitam também surge como alternativa interessante na retenção e no armazenamento de água no solo, garantindo um tempo maior de oportunidade de infiltração da água no solo e, em contrapartida, tornando-a disponível para os cultivos por mais tempo aumentando, assim, a segurança hídrica dos cultivos.

Considerações finais

Com base no exposto, faz-se necessário e urgente que os poderes públicos municipal, estadual e federal, deixem de adotar medidas paliativas como solução para o problema da oferta e da gestão de água para o município de Campina Grande e comecem a implementar políticas efetivas que sejam eficientes e conduzam a população urbana e rural a uma nova relação com a água, a fim de preservar os recursos hídricos existentes e evitar crises de abastecimento e, logicamente conflitos pelo acesso e uso deste recurso tão precioso e valioso.

Referências

ALBUQUERQUE, T. M. A. **Seleção Multicriterial de Alternativas para o Gerenciamento da Demanda de Água na Escala de Bairro**. 240 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil e Ambiental) Departamento de Engenharia Civil, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2004.

BRITO, F. B. de. **O conflito pelo uso da água do açude Epitácio Pessoa (Boqueirão) - PB**. 208 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Geografia. João Pessoa, Paraíba, 2008.

GUIMARÃES, A. O.; MELO, A. D. de; CEBALLOS, B. S. O. de; GALVÃO, C. de O.; RIBEIRO, M. M. R. Aspectos da gestão do açude Epitácio Pessoa (PB) e variação da qualidade de água. In: Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e

Ambiental, 23, 2005, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, **Anais...** Campo Grande, CD-ROM, 2005.

MIERZWA, J. C. **Uso de águas residuárias na agricultura - O caso do Brasil**. Disponível em: <<http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/upf/mierzwa.pdf>>. Acesso em 20 de Agosto de 2013.

SILVA, V. F.; OLIVEIRA, D. G. H. de; PEREIRA, J. P.; REGO, V. G. de S.; OLIVEIRA, F. G. de. Potencial de captação de água de chuva nos telhados de Campina Grande. In: Simpósio Brasileiro de Manejo e Captação de Água de Chuva, 8, 2012, Campina Grande. **Anais...** Campina Grande, ABCMAC, CD-ROM, 2012.

Campina Grande busca universalizar serviços de saneamento

José Tavares de Sousa¹

Introdução

A universalização do acesso aos serviços de água e de esgoto é uma ação necessária ao cidadão, é a verdadeira garantia da cidadania a cada brasileiro, é nessa perspectiva que o município de Campina Grande busca essa utopia.

Apesar de Campina Grande aparecer entre as 100 maiores cidades brasileiras como sendo o 24º município em atendimento à população deste serviço essencial. O seu déficit no setor de saneamento básico ainda é elevado, notadamente, no que se refere ao esgotamento e tratamento de esgotos. Em Campina Grande 99,5% da população dispõem de sistema de água potável, no entanto, contraditoriamente 3,6% dos habitantes moram em locais desprovidos de banheiros (SNIS, 2010).

Os sistemas centralizados de tratamento de esgotos são complexos e onerosos em termos de construção de rede coletora, emissário de esgoto bruto, estação elevatória, estação de tratamento compreendendo instalação, operação e a manutenção, enquanto que os sistemas descentralizados são mais simples, de menor custo operacional dispensando tubulações extensas por serem próximos ao ponto de geração dos resíduos. É um sistema que coleta, trata e dispõe ou reutiliza o efluente tratado próximo ao local de geração. Esses esgotos podem ser oriundos de residências

1 Professor da UEPB e Pesquisador do CNPq

individuais, de condomínios verticais ou horizontais, de agrupamento de residências, de comunidades isoladas, ou indústrias de pequeno ou grande porte.

Descrição das unidades do sistema de Campina Grande

Em 1936, Campina Grande teve o seu primeiro projeto de esgotamento sanitário elaborado pelo Escritório Saturnino de Brito. O projeto com capacidade prevista para 100L/s, executado de 1937 a 1938, compreendia de ligações domiciliares, rede coletora dotada de escoamento por gravidade, tornando-se desnecessária a utilização de estações elevatórias, além de emissário e de uma estação de tratamento secundário de esgoto denominada Estação da Depuradora. Essa estação foi desativada e atualmente funciona como um centro de pesquisa na área de saneamento sob a égide da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, com a denominação de EXTRABES.

Atualmente, o esgotamento sanitário da área edificada da cidade de Campina Grande é constituído pelas bacias da Depuradora (bacia leste); de Bodocongó (bacia oeste) e da bacia Gloria, além de cinco elevatórias e quatro emissários, e duas Estações de Tratamento Centralizadas de Esgotos, uma no bairro da Catingueira e outra no bairro Glória.

A rede coletora tem cerca de 81.600 ligações prediais e extensão total de aproximadamente 566.000 metros em tubos cerâmicos, de PVC rígido e concreto, com diâmetros variando entre 150 e 500 mm, recebem as contribuições dos coletores de ambos os lados constituindo assim dois interceptores: o da Depuradora, construído em tubos de concreto armado com diâmetro variando de 800 a 1200 mm, extensão de 4970 metros e transporta, por gravidade, uma vazão de 495 l/s, correspondente a 75% da área urbana. O segundo interceptor é o de Bodocongó, construído em tubos de concreto armado com diâmetro de 1100mm e extensão de 14.250 metros que conduz, por gravidade, uma vazão de 165 l/s (ALMEIDA, 2007).

Esses dois interceptores se interligam em um único poço de visita (PV 64), de onde se inicia o emissário do sistema de tratamento em tubulações de concreto armado com diâmetro de 1200 mm, com 248,62 metros de extensão funcionando por gravidade.

Até recentemente o sistema de esgotos de Campina Grande contava com uma única elevatória construída às margens do canal do bairro de José Pinheiro, no cruzamento das Ruas Marinheira Agra e Paraná. A

elevatória é constituída de três conjuntos motor-bomba, instalados em paralelo, sendo (um) de reserva. O emissário de recalque foi construído em ferro fundido, com diâmetro de 200mm e comprimento de 918 metros, vazão de 36 l/s (GOMES, 2013).

Com a implantação das obras de ampliação em 2006, o sistema de esgotamento sanitário de Campina Grande ganhou mais quatro elevatórias nos bairros Mirante, Jardim Verdejante e Ligeiro. A quinta elevatória foi concluída em 2012, a qual lança o efluente da segunda lagoa anaeróbia da atual estação de tratamento até as lagoas facultativas secundárias previstas no projeto de ampliação da estação de tratamento centralizado de esgotos sanitários.

A Estação de Tratamento de Esgotos, construída entre os anos de 1973 e 1974, no Bairro da Catingueira, foi projetada com capacidade para tratar uma vazão nominal de 360 l/s, constituída de tratamento preliminar, calha parshall e de duas lagoas com dimensões médias de 105 x 140 metros, projetadas para funcionarem com aeração mecânica. No entanto, os aeradores, com o passar do tempo, foram sendo desativados pela CAGEPA e começaram a funcionar como uma série de duas lagoas anaeróbias.

Atualmente, a ETE encontra-se em ampliação, sendo constituída de tratamento preliminar (gradeamento mecanizado, caixa de areia), calha parshall, lagoas anaeróbias, aproveitando as lagoas já existentes, tendo seu efluente recalcado, através de um emissário, para duas lagoas facultativas em série, seguidas de uma lagoa de maturação, sendo dois módulos no total.

A ETE do Gloria composta de tratamento preliminar, calha parshall e de uma lagoa anaeróbia seguida de uma facultativa, foi projetada para tratar as águas residuárias de origem doméstica de uma população estimada em 8400 habitantes dos bairros Belo Monte e Jardim América e dos conjuntos habitacionais Glória I e Glória II. O efluente tratado do sistema é lançado no Riacho Cardoso (ARAÚJO, 2007).

Inserção da UEPB no saneamento da Campina Grande

O Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental e o Programa de Pós-graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental da Universidade Estadual da Paraíba juntamente com mais 12 Universidades brasileiras (UFC; UFAL; UFES; UFMS; UFSM; UFPE; UFPA; UFBA; UFSC; UNB; UFMG e USP) desenvolvem o projeto “Rede Nacional de Tratamento de

Esgotos Descentralizados”, convênio 01.12.0112.00, financiado pela Finep. O projeto tem a finalidade de gerar dados que irão propiciar a realização de ajustes operacionais do manejo de águas residuárias de origem doméstica em empreendimentos habitacionais, garantindo o gerenciamento de subprodutos líquidos, sólidos e gasosos oriundos do tratamento de águas residuárias de origem doméstica em empreendimentos habitacionais, buscando uma melhor relação custo/benefício e a produção de efluente dentro do padrão para reúso urbano, em habitações de inserção social a exemplo do Projeto Minha Casa Minha Vida.

Os objetivos desse projeto são: realizar estudos de caracterização qualitativa e quantitativa de águas residuárias de origem doméstica; aprimorar sistemas uni e multifamiliares de tratamento de águas residuárias de origem domésticas; desenvolver soluções para disposição ou reúso urbano dos efluentes tratados e dos resíduos sólidos gerados e no controle de emissões de gases do tratamento de águas residuárias em empreendimentos habitacionais; desenvolver estudos de viabilidade econômica e avaliação quantitativa de riscos biológicos e químicos do manejo de efluentes nesses empreendimentos, buscando o gerenciamento de subprodutos líquidos, sólidos e gasosos oriundos do tratamento de águas residuárias de origem doméstica em empreendimentos habitacionais. Estudar as plantas de tratamento nas configurações de operação dos sistemas monitorados e analisar comparativamente o custo-benefício de implantação, operação e manutenção de sistemas em operação.

Resultados preliminares da pesquisa executada pela UEPB/FINEP/CNPq

Os constituintes presentes nas águas residuárias dependem de vários fatores, entre os principais destacam-se os hábitos de higiene, nível socioeconômico e cultural. A realização do perfil quantitativo e qualitativo durante o período de 24 horas foi fundamental para a gestão e manejo desses resíduos domésticos não segregados. Para projetar os sistemas de tratamento foram utilizadas as vazões mínima, média e máxima e da concentração dos principais constituintes presentes nas águas residuárias domésticas, dados esses levantados no empreendimento habitacional Dona Lindú com a participação efetiva da Companhia de Água e Esgoto da Paraíba - CAGEPA.

Nas áreas desprovidas de rede coletora de esgotos, a alternativa empregada tem sido tanque séptico seguido de sumidouro. Apesar de ser uma tecnologia simples e consolidada o tratamento é apenas primário, o efluente produzido mantém alta concentração de sólidos suspensos, os quais vem consubstanciar a colmatação no sumidouro. Sistemas compactos: reator UASB seguido de filtros aeróbio podem produzir efluente de qualidade e ser redimensionado através da implementação de módulos de acordo com a necessidade de cada local.

Para essas áreas sem rede coletora recomenda-se tratamento descentralizado através de Estações compactas sustentáveis (UASB seguidos de filtro de areia aeróbio de fluxo intermitente) anaeróbio/aeróbio apresentam vantagens como baixo custo de implantação, operação e simplicidade de manutenção.

O reúso urbano dos efluentes tratados é uma alternativa que contribui para poupar água de qualidade superior. A alternativa de juntar lodo de tratamento de esgoto com resíduos sólidos orgânicos através do processo de compostagem, além de corresponder à tecnologia de baixo custo e de fácil operacionalização, promove a superação das limitações encontradas para a compostagem de lodo isolado, que apresenta baixa relação C/N, alta umidade, baixa diversidade de organismos e granulometria. O sulfeto gerado no UASB encontra-se nas formas: S^{-2} , HS^{-} , H_2S em solução e no biogás, além de sulfetos metálicos insolúveis. As pesquisas realizadas na Estação de Tratamento Biológico de Esgotos (EXTRABES) da UEPB apontam para a remoção efetivamente de sulfetos nos sistemas anaeróbios especificamente no reator UASB reduzindo os maus odores nos efluentes gerados e no biogás.

As investigações de viabilidade e sustentabilidade de sistemas de tratamento uni e multifamiliares poderão gerar parâmetros para subsidiar o apoio à decisão na escolha de sistemas de tratamento de interesse social.

Explicitar em detalhe os custos diretos e indiretos de implantação, operação e manutenção de sistemas de tratamento uni e multifamiliares de águas residuárias pode alimentar uma avaliação de viabilidade econômico/financeira de ambos os empreendimentos. A construção de diagnóstico dos riscos juntamente com estudo de sustentabilidade dos sistemas monitorados poderá gerar parâmetros capazes de subsidiar o apoio à decisão na escolha de sistemas de tratamento de águas residuárias em empreendimentos habitacionais de interesse social.

Apontar soluções ambientalmente sustentáveis para tratamento e disposição de lodo e do efluente final. Obter parâmetros de modelo de tratamento do lodo gerado em empreendimentos habitacionais. Reduzir a concentração de H_2S no biogás produzido na digestão anaeróbia.

Considerações finais

Os dados advindos deste trabalho de pesquisa irão propiciar a realização de ajustes operacionais do sistema, buscando uma melhor relação custo/benefício e a produção de efluente dentro do padrão para reúso urbano.

A Universidade juntamente com a Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA deverá realizar reuniões temáticas, encontros e seminários com o quadro técnico das Prefeituras, Fundações e Parques Tecnológicos em âmbito municipal e estadual, com pauta direcionada para discussão dos resultados da pesquisa.

A universalização dos serviços de saneamento irá contribuir na redução dos impactos ambientais nos corpos aquáticos e no solo, eliminando o lançamento de águas residuárias de origem domésticas geradas em empreendimentos habitacionais, proporcionando a criação de mecanismos que poderão contribuir para a salubridade em ambientes de moradia de pessoas de diferentes níveis sociais.

Para Campina Grande atingir a universalização do acesso aos serviços de água e de esgoto com sustentabilidade, em curto intervalo de tempo, carece de um empenho conjunto do poder público e da sociedade organizada na cobrança desses serviços.

Referências

ALMEIDA, S. A. B.de. ***Contribuição à aplicação de coeficientes de consumo em projetos de abastecimento de água e esgotamento sanitário em comunidades urbanas de baixa renda no nordeste do Brasil – Estudo de caso***. 2007. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2007.

ARAÚJO, R.E.C. da. ***Estudo do Desempenho de um Sistema de Lagoas de Estabilização no Tratamento de águas residuárias de bairros populares***

(Glória I, Glória II, Jardim América e Belo Monte) da Cidade de Campina Grande, Paraíba. 2007. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2007.

GOMES, E. F. **Perdas de vazão e seus efeitos na operação do sistema de esgotamento sanitário.** 2013. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Campina Grande, 2013.

SNIS. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: **diagnóstico dos serviços de água e esgotos – 2010.** – Brasília: MCIDADES.SNSA, 2012. 448 p.

Principais características climáticas e alternativas hídricas para o desenvolvimento da região metropolitana de Campina Grande

Hermes Alves de Almeida¹

Introdução

A Região Metropolitana de Campina Grande (RMCG) foi criada pela Lei Complementar Estadual nº 92/2009, no dia 17 de novembro de 2009, sancionada no dia 15 de dezembro de 2009 e compreende quinze (15) municípios (Figura 1): Campina Grande (CGe), Aroeiras (Aro), Boa Vista (BVa), Barra de Santana (BSa), Boqueirão (Boq), Caturité (Cat), Fagundes (Fag), Gado Bravo (GBa), Itatuba (Ita), Lagoa Seca (LSe), Massaranduba (Mas), Matinhas (Mat), Queimadas (Que), Puxinanã (Pux) e Serra Redonda (SRe).

1 Prof^o Dr, Dep. de Geografia, Universidade Estadual da Paraíba.
E-mail: hermes_almeida@uol.com.br



Figura 1. Mapa geográfico do estado da Paraíba, com destaque para a região metropolitana de Campina Grande

A RMCG está inserida na unidade geoambiental do Planalto da Borborema, formada por maciços e outeiros altos, com relevo movimentado, moderadamente dissecado, apresentando altitude entre 300 e 1000 metros e ocupa uma área territorial de 3875,13 km². Tem uma população de cerca de 600 mil habitantes, dos quais 66,8 % residem em Campina Grande, sede da referida região, detentora da maior área territorial (16,1 %) e do índice de desenvolvimento humano (0,726).

Principais características climáticas da região metropolitana de Campina Grande

De acordo com a classificação climática de Koppen, a região metropolitana de Campina Grande apresenta dois tipos de climas: o **clima tropical chuvoso** (megatérmico), com temperatura média do mês mais frio maior

que 18 °C e precipitação pluvial distribuída nos meses de outono e inverno (As) e o **clima semiárido quente** (BSh).

A Figura 2 descreve as oscilações médias mensais das temperaturas do ar (máxima, média e mínima) observadas em Campina Grande, cujas médias anuais são, respectivamente, de 28,6; 23,3 e 20,1 °C e a dispersão média mensal de $\pm 0,5$ °C . O regime térmico mostra uma relação direta com o movimento anual aparente do sol, ou seja, menores valores de temperaturas ocorrendo nos meses de outono-inverno e os maiores nos da primavera-verão.

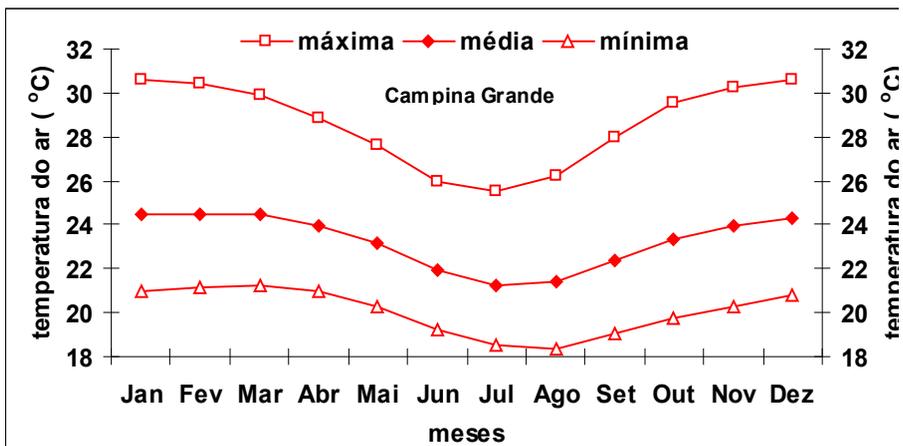


Figura 2. Médias mensais das temperaturas do ar em Campina Grande, PB, do período: 1960-12

Numa análise simples das séries térmicas constatou-se uma tendência de aumento de temperaturas nas décadas de 80 e 90 e um ligeiro decréscimo na de 00. Comparando-se as médias nos decênios com a média da série + o desvio padrão, comprova-se que as oscilações foram bem inferiores à média+DP e, portanto, a variabilidade é natural.

O aumento de temperatura do ar na cidade de Campina Grande ou em outras cidades de porte médio, grande ou em região metropolitana se deve ao processo de urbanização, expressão mais concreta da mudança no balanço de energia no ambiente urbano. O efeito disto resulta na geração das ilhas de calor, sendo manifestado pelo aumento da temperatura ocasionado pelas propriedades térmicas dos materiais e/ou dos tipos de construção.

A precipitação pluvial seja em excesso (enchentes) ou déficit (estiagens), é o elemento do clima que mais contribui para ocorrência de desastres naturais em qualquer região. No semiárido nordestino o regime de chuvas é distribuído de forma irregular no tempo e no espaço. Há anos em que as chuvas se concentram em um, dois ou três meses e em outros chovem torrencialmente, embora de forma irregular. Além dessas características, a estação chuvosa é diferenciada, em quantidade, distribuição e duração (Almeida, 2012).

As médias mensais da média, mediana e desvio padrão da média de precipitação para as localidades que compõem a RMCG são mostrados na Figura 3. Observa-se que a precipitação é distribuída irregularmente, como mostra os elevados desvios padrão das médias (DPs), quando em 50% dos meses os DPs são maiores do que as próprias médias.

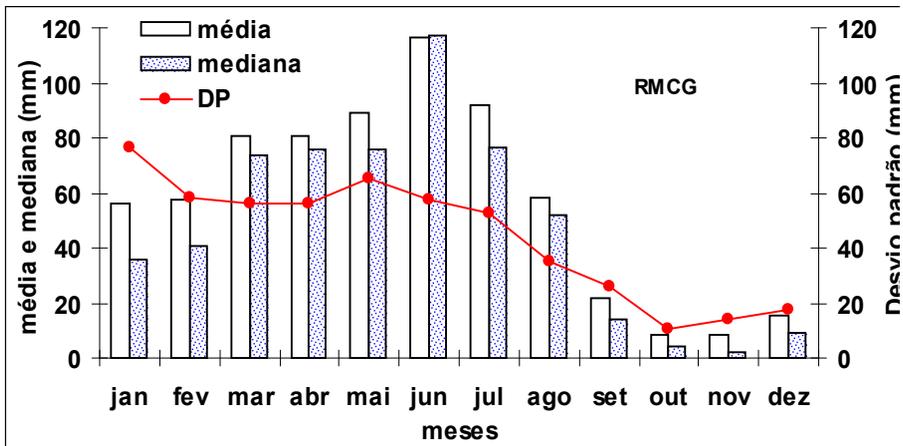


Figura 3. Médias mensais das médias, medianas e desvio padrão da chuva para a região metropolitana de Campina Grande (RMCG)

Essa variabilidade confrontada ao comparar a média com o desvio padrão, demonstra, de forma muito clara, a irregularidade temporal no regime mensal de chuvas na RMCG. O modelo de distribuição de chuva (Figura 2) mostra que as médias mensais diferem (maiores) das medianas. Essa assimetria indica que a mediana é a medida de tendência mais provável de ocorrer e não a média, embora ela seja erroneamente a mais usada (Almeida & Gomes, 2011; Almeida, 2012).

Destaca-se, ainda, que a curta estação chuvosa da RMCG dura cerca de seis meses (de março a julho) e chove o equivalente a 66,3 % da mediana anual. No entanto, tanto a quantidade quanto a duração e distribuição são irregulares e, por isso, chover em um local não significa, necessariamente, que choveu na região metropolitana, haja vista o elevado desvio padrão (que equivale a 68,5 % da média nesse período). Isso indica, portanto, que pode até não chover na estação chuvosa.

Na Figura 4 mostra as medianas (med) anuais e os desvios padrão (DP) da média da precipitação pluvial, em ordem crescente, das quinze localidades que compõem a RMCG. A mediana anual esperada, para a referida região, é de 633 mm \pm 239 mm, distribuída de forma irregular tanto no espaço quanto no tempo, com amplitude de 523 mm e desvio padrão médio de 38,8 %. A irregularidade e, conseqüentemente, o efeito da escassez da chuva se torna ainda maior por que o valor mediano é inversamente proporcional ao DP, o que concorda com os resultados encontrados por Almeida (2012) para outras microrregiões da Paraíba.

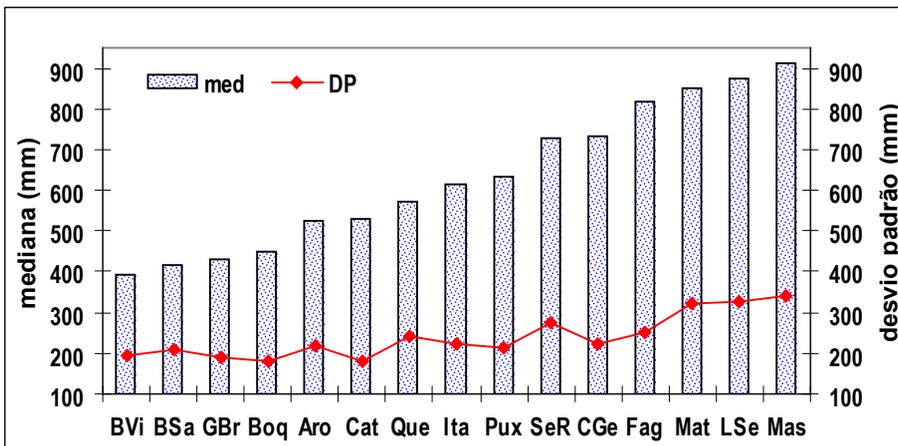


Figura 4. Medianas (med) e desvios padrão (DP) da precipitação pluvial de cada localidade da região metropolitana de Campina Grande

Alternativas hídricas para o desenvolvimento da RMCG

Historicamente, a água sempre foi imprescindível ao desenvolvimento das civilizações. A água é fator limitante ao desenvolvimento sustentável e, por isso, os grandes desafios são os da gestão do uso e da demanda.

A gestão da água inclui ações destinadas a identificar, desenvolver e explorar eficientemente novas fontes. Já, a gestão da demanda trata de mecanismo e incentivo que promovam a conservação da água e a eficiência do uso.

O balanço hídrico climatológico é uma das técnicas que permitem monitorar a variação do armazenamento de água no solo. Trata-se de um processo contábil de suprimento natural de água ao solo, pela chuva, da demanda atmosférica, pela evapotranspiração potencial, e de um valor máximo de armazenamento de água disponível apropriado, o balanço hídrico fornece estimativas mensais do déficit e do excesso hídrico, cujos valores, para a região metropolitana de Campina Grande, são apresentados na Figura 5.

Observa-se (Figura 5) que a RMCG tem déficits nos onze meses do ano, totalizando-se 600 mm, contra apenas um de excesso irrisório de 17 mm. Até mesmo na estação chuvosa, há um déficit acumulado de 87 mm, ou seja, a mediana esperada da chuva na estação chuvosa é inferior que a evapotranspiração.

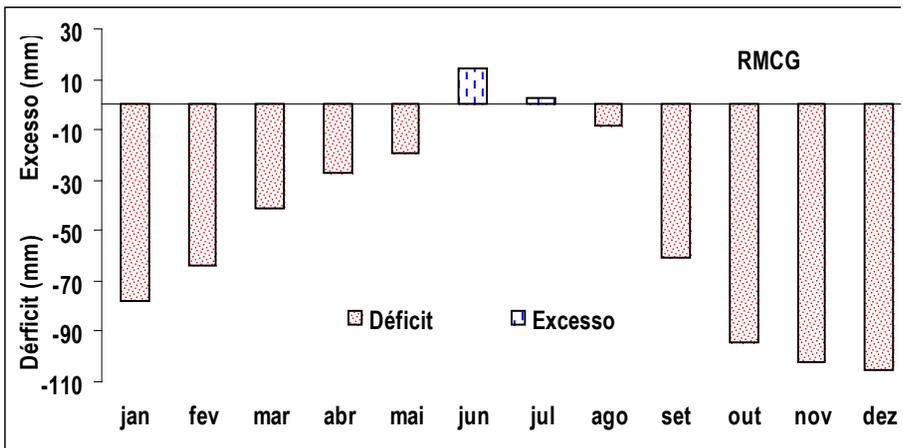


Figura 5. Médias mensais do déficit e excesso hídrico da região metropolitana de Campina Grande (RMCG)

Em virtude das características do regime pluvial na RMCG, a captação de água da chuva seja em estruturas coletiva ou individual passa a ser uma alternativa viável por permitir aumentar a oferta de água para usos potáveis e não potáveis. No entanto, o potencial para captar a água da chuva depende, principalmente, do regime pluvial local, por que a quantidade,

distribuição e duração do período chuvoso é uma característica deste elemento do clima. Já, o tamanho da área de captação é um parâmetro físico passível da intervenção humana e deve ser dimensionado em função do regime pluvial e da demanda da água.

A Figura 6 mostra os volumes potenciais de captação de água da chuva na RMCG, interceptados em 1 m^2 de área e com coeficiente de escoamento de 0,75. Observa-se que, o menor volume é de 293 L.m^{-2} , em Boa Vista, e o maior (686 L.m^{-2}), em Massaranduba, ou seja, uma diferença intra RMCG de 393 L.m^{-2} . Isso mostra, portanto, a importância de se estabelecer o correto o regime pluvial local e/ou regional.

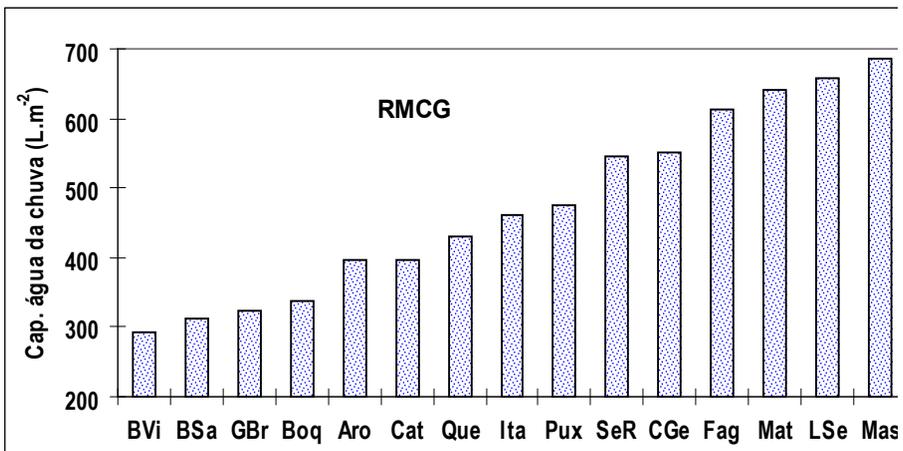


Figura 6. Medianas do potencial de captação da água da chuva de cada localidade da região metropolitana de Campina Grande

Os volumes de água necessários para fins de consumo humano, animal e vegetal são dimensionados usando os quantitativos medianos anuais do potencial de captação de água da chuva que diferem para cada local como mostra a Figura 6.

As edificações comerciais são pontos expressivos para aproveitamento de água pluvial captadas em grandes áreas cobertas visando atender as demandas potáveis e/ou não potáveis e a proposição de uma tecnologia de tratamento economicamente viável e de fácil replicação.

O mesmo ocorre com as atividades agropecuárias, desde a criação de pequenos animais e/ou no cultivo de pequenos pomares e hortas, as

quais podem ser multiplicadas usando tecnologias de captação de água da chuva: “in situ”, cisternas domiciliar, P1+2, calçada ou outras modalidades, cobertas com diferentes tipos de matérias (polietileno, argamassa, asfalto, etc) para formar uma área de captação. Os volumes potenciais (medianos) de captação de água da chuva, simulados adotando-se três áreas de captações, são mostrados e identificados, nos três seguimentos de atividades de desenvolvimento da RMCG, na Tabela 1.

Tabela1. Volumes potencial medianos de captação de água da chuva (VPC) e áreas de captação (AC) para fins de consumos residencial, comercial e agropecuário na RMCG

	Residencial			Comercial			Agropecuária		
AC (m ²)	80	160	240	1000	2000	3000	10000	20000	30000
VPC (m ³)	51	101	152	633	1266	1899	6330	12660	18990

Como os volumes descritos na Tabela 1, referem-se a uma altura mediana de 633 mm de chuvas para a RMCG, os VPCs das localidades descritas na (Figura 6), podem decrescer gradativamente até 28,7 %, da primeira a sexta (da esquerda para direita), ou crescer a partir desta, na mesma ordem, em até 22,8 %.

Em virtude da elevada variabilidade no regime pluvial na RMCG há necessidade de quantificar, para cada local, qual é o volume potencial de água necessário para suprir o consumo. As variáveis fixas (tamanhos da área de captação e do reservatório) para atender os volumes de água necessários são procedimentos que requerem conhecimentos técnicos, o que concorda com as recomendações de Brito, Moura & Gama (2007).

Conclusões e/ou recomendações

O regime pluvial é extremamente irregular e insuficiente para garantir o suprimento de água para consumos potável e não potável na região metropolitana de Campina Grande. No entanto, há um elevado potencial de captação de água da chuva que permite aproveitar (aumentar) a oferta de água e usá-la em outras atividades relacionados ao desenvolvimento local e/ou microrregional ou ainda estimular o reuso da água ou o uso de águas residuárias.

As decisões de escolher o tipo de construção do reservatório para armazenar a água da chuva e a forma de gestão devem ser de ordem técnica, levando em consideração o potencial pluvial local e o tamanho da área de captação necessária para “produzir” o volume de água que atenda a demanda de água planejada.

Destaca-se, entretanto, a importância da qualidade da água, com base nos parâmetros físico, químico, bacteriológico e nos padrões de potabilidade, normatizada pelo ministério da saúde.

Referências

Almeida, H. A. de. Climate, water and sustainable development in the semi-arid of northeastern Brazil. In: Sustainable water management in the tropics and subtropics and case studies in Brazil, Unikaseel, Alemanha, v.3, p.271-298, 2012.

Almeida, H. A. de, Gomes, M. V. A. **Potencial para a captação de água da chuva: alternativa de abastecimento de água nas escolas públicas de Cuité, PB.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROMETEOROLOGIA, 17, Guarapari, ES, 2011, **Anais...**, Guarapari: CD-R, 2011.

Brito, L. T. L., Moura, M.S.B., Gama, G. F. Potencialidade da água de chuva no semi-árido brasileiro. Editores Técnicos. Petrolina, PE: Embrapa semi-árido, 181p, 2007.

Oliveira, G. C. S., Nóbrega, R. S., Almeida, H. A. de. Perfil socioambiental e estimativa do potencial para a captação de água da chuva em Catolé de Casinhas, PE. Revista de Geografia (UFPE) v. 29, no. 1, p. 75-90, 2012.

Proposta metodológica para utilização de recursos das geotecnologias para atividades de agricultura familiar no município de Campina Grande/PB

Anderson M. L. de Medeiros
Julie Eugenio da Silva Francisco

Introdução

A elaboração de alternativas de apoio aos pequenos negócios deve ser parte destacada das políticas de gestão municipal. Sendo necessário para sua adequada implementação o aporte financeiro e suporte técnico. O artigo tem como objetivo principal a proposta de uma metodologia a ser utilizada no desenvolvimento de uma aplicação computacional, com base em técnicas de geoprocessamento, para apoiar o gerenciamento das atividades de projetos voltados à agricultura familiar sustentável na região do município de Campina Grande, Estado da Paraíba.

Os métodos e procedimentos mencionados aqui incluem a observação e aquisição de dados geoespaciais em campo, utilizando para isto aparelhos que permitem o cálculo de posicionamento por satélite e a aplicação de questionários para obtenção de dados socioeconômicos da população assistida pelos possíveis programas oferecidos pela administração municipal para este nicho de atividade. Estas informações fornecerão uma base de dados que, aliados com um mapa atual da área de estudo, possibilitará

a criação de um ambiente de Sistema de Informações Geográficas (SIG), construído sobre plataformas baseadas em *softwares* livres, que permitirão a criação de mapas temáticos que especializarão as atividades e variáveis socioeconômicas de interesse para tomadas de decisão relacionadas com a agricultura familiar sob a ótica da sustentabilidade, bem como a realização de consultas voltadas ao gerenciamento das atividades desenvolvidas neste âmbito.

Agricultura familiar, geoprocessamento e softwares livres

De acordo com a Embrapa (2004), a chamada agricultura familiar constituída por pequenos e médios produtores representa a imensa maioria de produtores rurais no Brasil. Há alguns anos o número já chegava na marca de 4,5 milhões de estabelecimentos, estando sua maior parcela na região Nordeste. Desde então estes números só têm crescido. Este segmento da agricultura responde por 30% da produção global. No caso de alguns produtos básicos da dieta dos brasileiros como feijão, arroz, milho, algumas hortaliças, mandioca e pequenos animais o valor chega a ser responsável por cerca de 60% da produção total.

A propriedade familiar está bem definida no Estatuto da Terra (art.4º, II c/c o art. 6º, I) e no Decreto 55.891/65 (arts. 11 a 23) onde reza:

Propriedade familiar, o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhe absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros (INCRA, 1964).

Olhando para o aspecto humano, nota-se que em geral, os produtores são agricultores com baixo nível de escolaridade e que procuram diversificar seus produtos visando reduzir os custos, aumentar a renda e aproveitar as oportunidades de mão de obra disponível. Neste contexto, é significativo que embora possa haver esforços relevantes por parte do Governo Federal com programas para este tipo de economia familiar, projetos específicos, oriundo da esfera municipal local, que ofereçam inclusive a devida assistência técnica poderão resultar num relevante progresso.

É interessante que a área total do município de Campina Grande é de 594.182 km², mas deste valor apenas cerca 100 Km² são de área urbana. Assim, a maior parte de seu território é composta por áreas consideradas rurais (aproximadamente 83% do total). O município apresenta assim grande potencial para ampliar a exploração das atividades de agricultura familiar. O mapa da Figura 1 espacializa estes números e nos fornecem a visualização da distribuição geográfica das áreas urbanizadas e rurais (IBGE 2002; Embrapa 2012).

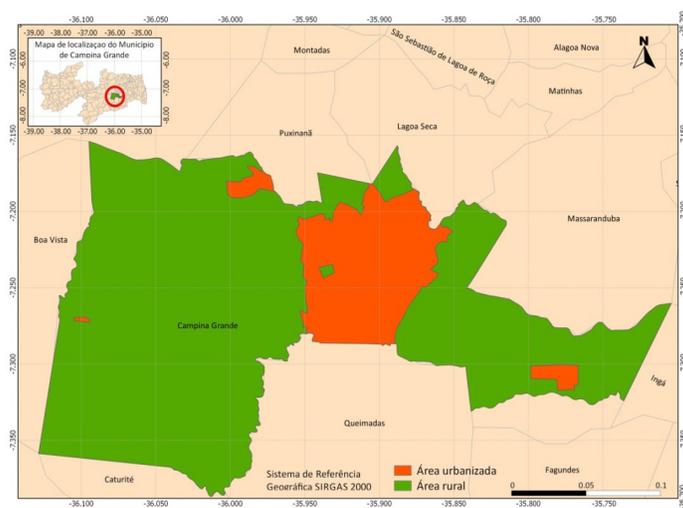


Figura 1: Mapa da área rural e urbanizada de Campina Grande/PB

Fonte: Próprio autor (2013)

A aplicação de técnicas agroecológicas está intimamente ligada às múltiplas atividades que caracterizam a agricultura familiar, sendo importante fortalecer essa forma de agricultura inclusive fazendo-se uso da adoção de tecnologias que promovam o desenvolvimento sustentável, de maneira economicamente viável, e socialmente justa. Nesse contexto, a aplicação de técnicas do Geoprocessamento na gestão territorial rural, tem se mostrado em várias regiões como um sólido caminho para sustentabilidade das propriedades agrícolas familiares.

O emprego de tecnologias do Geoprocessamento como o SIG e um estruturado banco de dados geográficos para o diagnóstico espacial do território possui grande potencial na avaliação da sustentabilidade dos

sistemas agrícolas de produção existentes em Campina Grande e sobre os que poderão ser incentivados quanto à sua criação e desenvolvimento. Isso se dá por conta do ambiente informatizado possibilitar a localização das diferentes áreas de cultivo, das vias de acesso às mesmas, dos centros consumidores, entre outros fatores. Estes sistemas computacionais permitem ainda que propriedades com características próprias em relação à aptidão e o potencial de produção, diferenciando uma das outras, por aspectos físicos, biológicos e socioeconômicos, de forma a minimizar os impactos ambientais no uso das terras.

As Geotecnologias podem contribuir para identificação, por meio da geração de mapas temáticos, da forma de ocupação das terras, observando os aspectos legais, uso atual, futuro, para emanar ao planejamento sustentável, considerando a atividade humana. (PAZ e FRANÇA, 2009).

Podem ser citados diversas iniciativas da administração pública que envolvem agricultura familiar sustentável, inclusive em território paraibano, que perceberam as vantagens do uso do Geoprocessamento. Como exemplo, o projeto “Cinturão Verde”, em João Pessoa, teve seu início no programa Empreender-JP, voltado para atividades agroecológicas, favorecendo famílias de pequenos agricultores rurais da cidade. Entre estas atividades desenvolvidas, as principais são a horticultura orgânica, bovino cultura leiteira e de corte, avicultura alternativa e suinocultura. A fruticultura e caprinocultura fazem parte de atividades secundárias, não menos importantes à assistência deste projeto (FRANCISCO, 2008).

Um pormenor significativo e que se constitui em uma vantagem para a administração pública que deseja implantar um sistema baseado em ferramentas de Geoprocessamento é a possibilidade de fazer uso de *softwares* livres que são comprovadamente robustos e completos para esta finalidade e, ao mesmo tempo, não exigem a compra de licenças para sua utilização. Ou seja, é possível ter à disposição aplicativos de qualidade sem custo neste sentido para os cofres públicos e de uma forma que independe de fornecedores. De acordo com a *Free Software Foundation* (FSF), para que um programa seja considerado um *software* livre deverá atender os seguintes quatro requisitos básicos, também conhecidos como liberdades (MEDEIROS, 2009).

1. Liberdade de execução do programa para qualquer finalidade;
2. Liberdade para estudar o programa e adaptá-lo à sua necessidade;
3. Liberdade para redistribuir cópias do software;

4. Liberdade para aperfeiçoar o programa e liberar os seus aperfeiçoamentos

O tópico a seguir aborda nossa sugestão de aplicativos e metodologia a ser aplicada de forma viável em uma cidade com as características de Campina Grande.

Recursos computacionais e proposta metodológica

No tocante às ferramentas computacionais baseadas em uma estrutura de *software* livre que atenda aos critérios e demandas mencionadas no item anterior, o **Quantum GIS** (QGIS) pode ser recomendado para adoção, pois este programa de computador apresenta uma interface bastante amigável e que pode ser completamente customizada de acordo com as necessidades do usuário. A Figura 2 apresenta a interface do programa, em sua versão 1.8.0, com a visualização do mapa do contorno do município de Campina Grande.

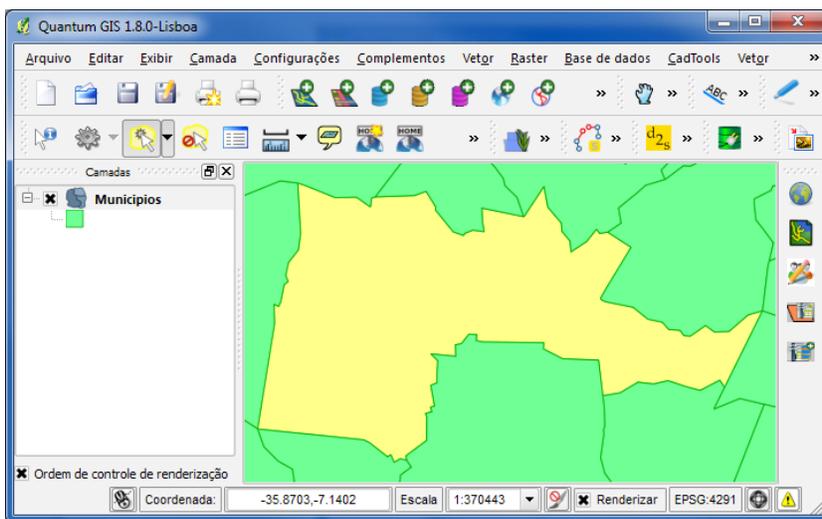


Figura 2: Interface do software QGIS, versão 1.8.0 Lisboa

Fonte: Próprio autor (2013)

Uma vantagem da utilização do **QGIS** em relação à adaptabilidade às demandas que surgem ao longo de um projeto para a área que abordamos neste artigo é a possibilidade de integrar ao *software*, também de forma gratuita, uma série de complementos, também chamados de

complementos que disponibilizam ao usuário uma série de funcionalidades (SHERMAN *et al.* 2011).

Ampliando ainda mais os recursos tecnológicos pode-se utilizar um Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGBD), igualmente pautado em *softwares* livres. O uso deste tipo de sistema possibilitaria de forma corporativa a utilização e manipulação dos dados oriundos de diversas fontes, armazenados na base de informações do órgão competente pela aplicação SIG a ser desenvolvida.

Para este fim, o SGBD **PostgreSQL** apresenta a versatilidade de rodar nos principais sistemas computacionais, e uma extensão espacial denominada PostGIS, que permite o controle e processamento de dados geográficos de diferentes tipos de geometrias.

Uma possível metodologia a ser aplicada em Campina Grande envolveria inicialmente a coleta de dados, organizada em três etapas: identificação da base cartográfica utilizada, a coleta de dados espaciais em campo e a coleta dos dados alfanuméricos.

Os dados cartográficos de localização, caso não existam nos registros oficiais, devem ser coletados em campo, em cada propriedade, por meio da tecnologia de posicionamento por satélite (GNSS). A precisão de um aparelho receptor classificado como de navegação já atenderia as necessidades. Cada propriedade será representada por um ponto com as coordenadas de latitude e longitude.

Os dados alfanuméricos que alimentarão o sistema devem ser coletados através de um questionário elaborado de forma a obter informações referentes à identificação das características das propriedades e das atividades empregadas na mesma, bem como as adversidades encontradas, além de uma sucinta classificação social do proprietário.

Como ilustração do conteúdo deste formulário, em determinado caso de sucesso deste tipo de aplicação, os dados obtidos a partir das entrevistas foram: “Nome do Proprietário”, “Idade”, “Escolaridade”, “Localidade” onde mora, “Área” da propriedade que possui, “Área” de preservação permanente (APP) ou Reserva Legal, “Participante, ou não de associação”, “Quantidade de adubo utilizado por ano”, “Quantidade de defensivos agrícolas utilizados por ano”, “Quantidade de sementes utilizadas por ano”, “Se possui ou não um sistema de manutenção, recuperação e proteção de possíveis reservas naturais”, “Informações sobre a diversidade de produtos produzidos na mesma”, “Mês do ano disponível para comercialização”, dentre outros REMES *et al.* (2011).

Após este processo deve-se proceder com a conversão dos dados para formatos compatíveis com o QGIS e, depois de tratados, importados para um banco de dados geográficos que será construído ao longo do desenvolvimento da aplicação SIG, que terá uma interface amigável para com os usuários finais, com possibilidade de criação de mapas temáticos, de se realizar vários tipos de consultas, além de estabelecer a conexão com o PostgreSQL/PostGIS.

Abaixo listamos alguns exemplos dos variados tipos de consultas e operações que poderão ser executadas de forma interativa no SIG, com a base de dados devidamente estruturada e alimentada:

- Geração de mapa temático com informações referentes às propriedades quem possuam algum tipo de criação animal;
- Seleção dos registros onde o proprietário da área possua algum débito atrasado com a prefeitura há mais de um ano;
- Consulta ágil às informações referentes aos auxílios recebidos pela propriedade rural;
- Os proponentes que cultivem a alface, que tenham algum tipo de criação de animal, que possuam propriedade com mais de 1,5 hectares e que tenham telefone fixo.

Os exemplos acima mostraram de forma inicial as buscas que a aplicação a ser criada poderá realizar conforme a necessidade do projeto. O próprio *software* SIG também tem diversas ferramentas que podem ser usadas para uma melhor interatividade com os mapas, como exemplo as ferramentas de medição que podem ser usada em uma linha ou uma área, a ferramenta de identificação das feições, entre outras.

Considerações finais

A partir da pesquisa bibliográfica e dos materiais e métodos que podem ser empregados num projeto para agricultura familiar sustentável, foi possível observar que as técnicas de Geoprocessamento têm uma grande importância na gestão municipal, auxiliando na aquisição, na organização, na manipulação e na visualização dos dados envolvidos.

O fato de a metodologia utilizada nesta proposta abranger o uso maciço *softwares* livres tornou a aplicação desenvolvida economicamente mais viável para o projeto. Espera-se que se implementando uma solução SIG como a descrita aqui, a prefeitura terá a sua disposição uma moderna ferramenta tecnológica para apoio da sua tomada de decisão. Por fim, deve-se salientar que esta metodologia deve ser adequada à realidade da cidade de acordo com a época de sua inicialização.

Referências

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Base de dados sobre áreas urbanizadas nos municípios do Brasil**. Disponível em: <<http://www.urbanizacao.cnpm.embrapa.br/conteudo/base.html>>. Acesso em: 20 de agosto de 2013

FRANCISCO, J. E. S. 2008. **Gerenciamento de Atividades de Agricultura Familiar Sustentável com Base em Técnicas de Geoprocessamento, no Município de João Pessoa/PB**. Disponível em: <<http://andersonmedeiros.com/wp-content/plugins/download-monitor/download.php?id=27>>. Acesso em: 03 de agosto de 2013

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Geociências**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areateritorial/area.shtm>>. Acesso em: 10 de agosto de 2013

MEDEIROS. 2009. **Desenvolvimento De Uma Aplicação Webmapping Direcionada a Pesquisas Educacionais**. Disponível em: <<http://andersonmedeiros.com/wp-content/plugins/download-monitor/download.php?id=30>>. Acesso em: 08 de agosto de 2013

PORTUGAL, A. D. **O Desafio da Agricultura Familiar**. Revista Agro-analysis. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/imprensa/artigos/2002/artigo.2004-12-07.2590963189/>>. Acesso em: 20 de agosto de 2013

PAZ, M. R., FRANÇA, F. A. 2009. **A Importância da Adoção de Técnicas de Geoprocessamento no Planejamento Agroecológico de Propriedades Rurais Familiares**. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/>>

ojs2/index.php/rbagroecologia/article/download/8090/5764> Acesso em: 22 de agosto de 2013.

REMES *et al.* 2011. **Aplicação da tecnologia de informação espacial como ferramenta de planejamento e suporte à agricultura familiar**. Revista Brasileira de Tecnologia Aplicada nas Ciências Agrárias, Guarapuava-PR. Disponível em: <<http://revistas.unicentro.br/index.php/repaa/article/view-File/1529/1584>> Acesso em: 13 de agosto de 2013.

SHERMAN *et al.* 2011. **Quantum GIS User Guide - Version 1.7 “Wroclaw”**. Disponível em: <http://download.osgeo.org/qgis/doc/manual/qgis-1.7.0_user_guide_en.pdf> Acesso em: 20 de agosto de 2013.

Aspectos econômicos e segurança forrageira no espaço rural do município de Campina Grande

Daniel Duarte Pereira¹;
José Jonas Duarte da Costa²;
João Macêdo Moreira³;
Salomão de Sousa Medeiros⁴;
Aldrin Martin Perez Marin⁵;
Delfran Batista dos Santos⁶

Introdução

Acredita-se que a região abrangida por Campina Grande já era habitada por índios da Nação Cariri quando em 1697 Theodósio de Oliveira Lêdo ali iniciou um aldeamento inserindo inclusive elementos de outra nação indígena denominada Tarairiú. Ponto de retorno de tangerinos, almocreves e tropeiros quando das negociações no vizinho

¹ Pesquisador Bolsista INSA/MCTI/Núcleo de Desenv. e Tec. Sociais. Prof. da UFPB/CCA/DFCA/Campus II

² Pesquisador Bolsista INSA/MCTI/ Núcleo de Desenv. e Tecnologias Sociais. Prof. da UFPB/ Campus I

³ Pesquisador Bolsista INSA/MCTI/ Núcleo de Desenvolvimento e Tecnologias Sociais.

⁴ Pesquisador Efetivo INSA/MCTI/Núcleo de Recursos Hídricos.

⁵ Pesquisador Efetivo INSA/MCTI/Núcleo de Desertificação.

⁶ Pesquisador Bolsista INSA/MCTI. Professor do IFBA.

estado de Pernambuco, a presença abundante da farinha e da rapadura oriunda das áreas mais úmidas vizinhas representavam parte da “munição de boca” que em conjunto com a carne-do-sol e os queijos por muitos séculos foram os principais alimentos das casas-grandes e das suas imediações e ração predominante nos alforjes dos vaqueiros. Já em 1790 era transformada em Villa Nova da Rainha devido ao poderio comercial e político. Em 1864 ocorre efetivamente a sua emancipação política.

Encontra-se hoje o município e em especial a cidade de Campina Grande fortemente impregnado por ciclos que representaram outrora, e atualmente, a pujança da economia. Desprovido de mananciais hídricos que pudessem abrigar grandes indústrias ou atividades agrícolas dependentes de irrigação, o município além do ciclo da farinha, respondeu ativamente perante as dificuldades de clima com atuações surpreendentes em curtumes; prensagem e comércio do algodão; beneficiamento e comércio de fibras de sisal e caroá; metalurgia; comércio varejista e de atacado e mecânica. A cada aceno de esgotamento de uma destas atividades houve uma série de respostas que resultaram em pólos de educação, medicina, financeiro e tecnológico, por exemplo.

Campina Grande fica localizada na Mesorregião Agreste, Microrregião de Campina Grande. Parte do município recebe forte influência da região mais úmida denominada de Brejo de Altitude e parte fica encravada em área mais seca limítrofe ao que se denomina Cariris Paraibanos, em especial a Microrregião do Cariri Oriental.

Localizado em área de clima semiárido e enquadrada na Região Semiárida na nova delimitação de 20057, o município apresenta uma particularidade: devido a sua proeminência em outras vertentes produtivas a exemplo do comércio, da indústria, da educação, do turismo de eventos, entre outras, há quem não releve a contribuição da **parcela rural** em alguns aspectos sócio-econômicos. Destarte, é como se o município se resumisse apenas a cidade de Campina Grande.

Porém, dados extraídos do último censo do IBGE para 2010, do Censo Agropecuário Parcial do IBGE de 20118 e da Sinopse do Censo

⁷O enquadramento ocorreu desde 1936 quando foi criado o Polígono das Secas. Termo em desuso desde 2005.

⁸<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=250400&search=paraiba|campinagrande>

Demográfico para o Semiárido Brasileiro INSA/MCTI de 20129 demonstram que da população total de 3.766.528 hab da Paraíba, Campina Grande participa com 385.213 ou 10,22% do total. Considerando que na Paraíba a população urbana é de 2.838.678 hab e a **rural de 927.850 hab** e que em Campina Grande a população urbana é de 367.209 hab e a rural de 18.004 hab pode-se dizer que 12,93 % da população urbana e **1,94 % da população rural** do estado encontram-se no município.

Analisando a composição municipal observa-se que a população urbana representa 95,32 % e a **rural 4,67 %** do total. Esta população rural encontra-se a princípio, distribuída parcialmente em 1.704 hab de 20-24 anos (9,46% da população rural) e 1.757 hab de 25-29 anos (9,75 % da população rural) que somados resultariam em 3.461 hab ou 19,21 % da população rural (0,89% da população total). Podendo-se traduzir por efetiva força de trabalho para as atividades agropecuárias. Por outro lado, 6.510 hab com mais de 10 anos de idade alegaram ter a ocupação principal na agricultura o que representa 1,68% dos habitantes do município.

A área do município de Campina Grande é de 594,1820 km² totalizando 59.410,82 ha. Destes **28.701,0 ha** (48,30 %) são reconhecidamente, segundo o IBGE, formadores de uma área de domínio de **2.138 estabelecimentos rurais**. A renda *per capita* mensal da população rural é de cerca de R\$ 228,00 e a renda domiciliar rural de cerca de R\$ 934,01. Já os valores para a zona urbana são de R\$ 382,50 e R\$ 2,224,88, respectivamente. O PIB municipal em 2010 foi de R\$ 4.336.824.000,00 de onde **R\$ 9.571.000,00 (0,22%) foram advindos do PIB Agropecuária**. O PIB Indústria representou R\$ 1.200.823.000,00 (27,68%), o PIB Serviços representou R\$ 2.613.637.000 (60,26 %) e o PIB Impostos sobre Produtos Líquidos representou R\$ 512.794.000 (11,82 %).

Para o ano de 2011 constatou-se uma área colhida de **Lavouras Permanentes** de 2,0 ha de abacate (R\$ 6.000,00); 20,0 ha de banana (R\$ 160.000,00); 10,0 ha de coco-da-baía (R\$ 63.000,00); 5,0 ha de goiaba (R\$ 12.000,00); 5,0 ha de laranja (R\$ 12.000,00); 4,0 ha de mamão (R\$ 40.000,00); 10,0 ha de manga (R\$ 36.000,00) e 5,0 ha de agave (R\$ 3.000,00). Totalizando **R\$ 332.000,00**.

Já **para Lavouras Temporárias** registrou-se uma área colhida de 10,0 ha de algodão herbáceo (R\$ 11.000,00); 430,0 ha de fava (R\$

⁹ http://www.insa.gov.br/?page_id=57

258.000,00); 4.000,0 ha de feijão (R\$ 1.440.000,00); 10,0 ha de mamona (R\$ 9.000,00); 100,0 ha de mandioca (R\$ 240.000,00); 2.800,0 ha de milho (R\$ 168.000,00) e 20,0 ha de tomate (R\$ 400.000,00). Totalizando **R\$ 2.526.000,00**. Para os dois segmentos Lavoura Permanente e Lavoura Temporária resultou um valor total de **R\$ 2.858.000,00**.

Ainda para o ano de 2011, foi observado um rebanho de 20.931 bovinos; 2.500 caprinos; 3.700 ovinos; 1.400 asininos; 3.700 codornas; 1.227 equinos; 1.931 suínos; 340 muares; 3.500 vacas ordenhadas; 36.200 galinhas; 266.100 frangas, frangos, galos e pintos; 30.000 dúzias de ovos de codorna (R\$ 27.000,00); 697.000 dúzias de ovos de galinha (R\$ 2.091.000,00); 3.780.000 litros de leite de vaca (R\$ 3.213.000,00) e 750 kg de mel de abelha (R\$ 7.000,00). Como valores parciais de produção pecuária podem ser contabilizados **R\$ 5.338.000,00**.

Somando-se os valores de produção agrícola e pecuária pode-se inferir para o ano de 2011 uma contribuição mínima de **R\$ 8.196.000,00**. A este valor, podem ainda ser adicionados R\$ 33.000,00 advindos de 2.350 m³ de lenha e R\$ 4.000,00 advindos de 5,0 t de carvão vegetal. O que resulta em um total de **R\$ 8.233.300,00** que no episódio de estiagem/seca que ocorre desde agosto de 2011 pode, em muito, ter sido reduzido.

É sabido que o período de estiagem/seca tem provocado sérios prejuízos aos municípios paraibanos sendo os efeitos também sentidos no município de Campina Grande mesmo que a contribuição oriunda da atividade no espaço rural seja muito reduzida em relação às atividades industriais e de serviços. Observa-se ao longo da estiagem/seca que os danos são mais expressivos nos rebanhos o que atesta o completo despreparo dos criadores, técnicos, governos e instituições frente ao fenômeno da estiagem, conhecido e cíclico, e o episódio da seca que só ocorre devido ao despreparo frente à estiagem.

Pergunta-se, entretanto, onde estão as **raízes da seca**? E pode-se observar que muitas respostas podem ser dadas. Uma delas inclusive, relacionada à capacidade de suporte em termos forrageiros. Sabe-se que em muitos locais os restos de cultura (restolhos) do feijão, do milho, do algodão e da fava são importantes reservas forrageiras. Que as matas e capoeiras constituem áreas de pastoreio traduzidas em sistemas agroflorestais e que existem ainda os pastos nativos e os pastos plantados e as áreas de forrageiras para corte. Não se descartam ainda as áreas de plantio de palma forrageira que lamentavelmente foram extintas em razão do ataque de uma praga denominada cochonilha-do-carmim.

Assim, utilizando os dados da Agenda do Produtor Rural 2006 (Banco do Nordeste. Fortaleza, 262 p. Il.) e dos Censos do IBGE pode-se verificar a situação em relação à parte do rebanho de Campina Grande observada no quadro 1.

Quadro 1 – Efetivo de parte do rebanho de Campina Grande

Rebanho	Número	Fator de Conversão Médio em Unidade Animal	Valor Total em Unidade Animal
Bovino	20.931	0,83	17.373,0
Caprino	2.500	0,10	263,0
Ovino	3.700	0,10	388,5
Equino	1.227	1,25	1.553,75
Asinino	1.400	1,25	1.750,0
Muare	340	1,25	425,0
Total	30.098	-	21.723,55

Fonte: Adaptado da Agenda do Produtor Rural. BNB. 2006;
Censo Agropecuário IBGE. 2011

Por outro lado, é possível estimar parte do suporte forrageiro do município a partir dos dados fornecidos pelo IBGE e fazendo-se a devida correlação com os do BNB. Isto pode ser observado no quadro 02.

Quadro 2 – Capacidade de suporte forrageiro estimada de Campina Grande

Suporte Forrageiro	Hectares	Fator de Conversão em Unidade Animal¹	Valor Total em Unidade Animal
Dados 2011			
Restolho de Algodão	10,0	0,2	2,0
Restolho de Fava	430,0	0,2	86,0
Restolho de Feijão	4.000,0	0,2	800,0
Restolho de Mandioca	100,0	0,2	20,0
Restolho de Milho	2.800,0	0,2	396,0
Dados 2006			
Sistemas Agroflorestais	786,0	0,2	157,0
Pastagens Plantadas	1.922,0	0,6	1.153,0
Pastagens Naturais	12.536,0	0,1	1.254,0
Matas e Florestas	565,0	0,2	113,0
Forrageira para Corte	2.497,0	5,0	12.485,0
Total	25.646,0	-	16.466,0

Fonte: Adaptado da Agenda do Produtor Rural. BNB. 2006;
Censo Agropecuário IBGE. 2011.

Quando confrontados os quadros 1 e 2 observa-se que o **rebanho parcial estimado** resulta em **21.723,55 U.A.** e a **capacidade de suporte estimada** é de **16.466,0 U.A.** acusando-se um **déficit** de suprimento para **5.527,55 U.A.** Ou seja, transformados em bovinos estas 5.527,55 U.A. significariam 6.334 animais. Observando-se de outra forma seria necessário o plantio de 8.762,58 ha de pastagem. De um modo geral poderia se estimar que deveriam ser eliminados 6.334 bovinos ou plantados 8.762,58 ha de pastagem. Não são iniciativas fáceis de serem realizadas nem de resposta tão rápida. Porém devem ser entendidas como ajustes necessários a plena sustentabilidade do rebanho.

De qualquer modo, pode-se observar ao longo deste estudo que a parcela rural do município de Campina Grande em que pese representar cerca de 28.701,0 ha ou 48,30 % da área total e ser formada por 2.138 estabelecimentos rurais abrigando 18.004 hab ou 4,67 % do total contribui para cerca de 0,22 % do PIB municipal podendo-se orçar valores mínimos de R\$ 8.000.000,00 anuais. São cerca de 61,0 ha ocupados por lavouras permanentes e 7.370 há ocupados por lavouras temporárias que garantem esta contribuição.

A renda *per capita* rural, entretanto é muito reduzida não ultrapassando R\$ 228,00, o que indica a necessidade de diversificar e se protagonizar projetos e ações tanto de utilização correta do espaço de produção notadamente seco como de utilizar rebanhos e culturas de maior agregação de valor.

Preocupante mesmo é a relação rebanho x suporte forrageiro **extremamente deficitária** o que origina a cada período seco anual e a cada estiagem mais prolongada o surgimento da “convulsão” denomina de seca advinda justamente da ausência de maiores estoques em campo ou guardados a exemplo do feno e da silagem.

Estes dados indicam a necessidade de maior planejamento em termos de segurança forrageira e de diversificação de oportunidades de produção no espaço rural do município não se esquecendo, porém da otimização de algumas atividades de cunho agropecuário que resultem em menor ocupação de áreas florestadas e maior rendimento por unidade de área com o desafio de se utilizar insumos internos e repor os recursos utilizados em cada etapa de produção.

A condição social dos “flanelinhas” em Campina Grande¹

Rosa Emília Araújo Idalino

Roberto Véras de Oliveira

Introdução

O s “flanelinhas” se converteram em um segmento bastante disseminado especialmente nos médios e grandes centros urbanos do país, inclusive na Paraíba. Trata-se de um tipo de trabalhador informal que se apresenta como guardador de carros estacionados em espaços públicos. Compõe a problemática mais ampla da informalidade, tão presente no desenvolvimento urbano-industrial brasileiro.

A desestruturação de um mercado de trabalho historicamente dual e marcado pela precariedade, como ocorrido no Brasil especialmente a partir da década de 1990, também repercutiu na cidade de Campina Grande². Vários processos, relacionados a transformações ocorridas em escala mais ampla, concorreram para afetar a condição de entreposto comercial que Campina Grande exerceu na Paraíba e no Nordeste ao longo do Século XX. Ao mesmo tempo, a crise do projeto da Sudene afetou a estruturação do seu Distrito Industrial. A economia municipal se viu diante de uma

1Este artigo se baseia na Dissertação de Mestrado defendida em 2012 no PPGCS/UFPG, sob a orientação de Roberto Véras de Oliveira, com o título “A reinvenção do trabalho no limiar da exclusão social: um estudo sobre a condição social dos ‘flanelinhas’ na cidade de Campina Grande – Paraíba”.

2 Ver, a respeito, Alves e Silva (2009).

encruzilhada especialmente a partir dos anos 1980, situação que desembocou em uma crise que a abalou de modo importante, época em que muitas empresas foram fechadas, resultando numa forte onda de desempregos. Associada à queda na oferta de empregos formais, ocorrida nos anos de 1980 e de 1990, o quadro social em Campina Grande se agravou nesse período também com a diminuição do fluxo migratório com destino ao Sudeste do país e até mesmo com o retorno de alguns dos antigos migrantes, desencantados com a falta de oportunidades naquela região.

Aspectos como esses foram responsáveis pelo agravamento da informalidade nessa e em outras cidades do país. Nas diversas ruas de Campina Grande foi possível se observar o crescente número de pessoas em luta diária para obter uma forma de sobrevivência, visto que não conseguiam inclusão no mercado de trabalho formal. Entre esses, os assim chamados “flanelinhas” e os lavadores de carros.

○ cotidiano dos “flanelinhas”/lavadores de carros

Diariamente, sobretudo nas ruas mais centrais de Campina Grande, inúmeros são os que, não encontrando oportunidades de inserção no mercado formal de trabalho, nem mesmo um lugar enquanto assalariado sem carteira assinada, nem conseguindo se estabelecer em uma ocupação melhor estruturada enquanto um *trabalhador por conta própria*, se inventam como “flanelinhas” e ou lavadores de carros. Se estabelecem e passam a cobrar, aos motoristas que estacionam seus carros em áreas públicas, um preço pela vaga e segurança de seus veículos e ou um preço pela lavagem do carro. Desse modo demarcam um território, criam uma ocupação e um “serviço” ao público, constituem uma “clientela”, estabelecem regras (tácitas) de convivência e de prestação de serviço (portanto, um padrão de sociabilidade) e, assim, recusando a condição de exclusão social extrema a que são submetidos (“vagabundo” ou “marginal”), se inventam como *socialmente úteis* (conforme expressão do cientista social francês Robert Castel). Não permitindo que outros “flanelinhas” e lavadores de carro atuem na sua área, garantem a percepção de uma renda. Os espaços assim conquistados são praticamente tudo o que “possuem”. O valor do “serviço” algumas vezes é estipulado por eles próprios, outras vezes, por conta do proprietário do veículo. Ressentem-se da discriminação ordinária a que estão submetidos, mas defendem a atividade que realizam como sendo um tipo de *trabalho* que deve ser respeitado, *reconhecido socialmente*.

A afirmação e reprodução da condição de “flanelinha”/lavador de carros requer uma luta diária, sem trégua, pela sobrevivência e pelo reconhecimento, contra a *exclusão social*.

Calcula-se que existam centenas de “flanelinhas” atualmente em Campina Grande. 210 é o número registrado pelo cadastramento da Associação de Lavadores de Carros de Campina Grande, mas entrevistados consideraram já representar bem mais do que isso. Em termos nacionais tal atividade é regulada pela Lei 6.242, de 23 de setembro de 1975, que dispõe sobre o exercício da profissão de guardador de veículos automotores (“flanelinha”) e pelo Decreto 79.797, de 8 de junho de 1977, que regulamenta a lei citada acima. No que se refere à Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, “guardadores de veículos” e “lavadores de carros” são classificados diferentemente: enquanto o primeiro é identificado pelo código 5199-25, o segundo o é pelo código 5199-35. Entretanto, a partir da observação *in loco*, constatamos ser possível a concomitância de funções a um mesmo trabalhador, ainda que isso não se verifique em todos os casos.

Constatamos, no entanto, que o poder público local tem se mostrado praticamente alheio à problemática em questão. Na consulta à AMDE, nenhuma informação nos foi concedida. Lá apenas nos informaram que houve de fato a criação da referida Associação, com sinalizações de que o poder público municipal apoiaria a categoria. Para mais informações nos foi sugerido que procurássemos o atual presidente da Associação. Quanto à STTP, não foi diferente, nos informaram que não existia nenhum tipo de relação deste órgão com o trabalho executado pelos “flanelinhas”, sendo que a implementação dos estacionamentos regulados pelo poder público local, conhecidos como *Zona Azul*, em algumas ruas onde estes atuam, não traz nenhuma ação correspondente para esta categoria. Descobrimos, no entanto, nas entrevistas realizadas e em pesquisas na mídia, que pelo menos mais uma ação foi implementada pelo poder público nos últimos anos, a qual consistiu na entrega pela Prefeitura, no dia 25 de julho de 2007, de 200 *kits* com material de trabalho para os membros cadastrados na Associação de Lavadores de Carros de Campina Grande, incluindo uniforme com identificação, balde, flanelas, escova, sabão e cera para polimento³.

³ Veiculado em iParaíba Notícias, 25/07/2007, disponível no endereço <http://www.iparaiba.com.br/noticias,95191,5,veneziano+entrega+kits+a+lavadores+de+carros+e+destaca+inclusao+social.html>.

Os “flanelinhas”/lavadores e usuários entrevistados foram abordados em estacionamentos localizados na região central da cidade. Recortamos quatro pontos: 1) imediações da Superintendência do INSS e do hotel ONIGRAT – localizado no início da Rua João Lourenço Porto (entrevistados 3 dos 6 “flanelinhas”/lavadores ali atuantes); 2) antigo estacionamento do Cine Capitólio – localizado nas imediações da Praça Clementino Procópio e a ela articulado (entrevistados 3 de 8 “flanelinhas”/lavadores); 3) imediações da Faculdade de Administração da UEPB – localizado no início da Av. Getúlio Vargas e nas proximidades dos Correios (entrevistados 3 de 16 “flanelinhas”/lavadores); 4) ponto da Feira Central – localizado no final da Rua João Lourenço Porto (entrevistados 2 de 3 “flanelinhas”/lavadores).

Entre os “flanelinhas”/lavadores que atuam nos pontos e ruas referenciados, encontramos indivíduos de 23 aos 58 anos de idade. A grande maioria com baixa ou nenhuma instrução escolar, havendo apenas um que concluiu o ensino médio. Quase todos os outros nem o ensino fundamental chegaram a concluir. Dentre os 11 entrevistados, 7 se disseram casados e com filhos. Entre os 4 solteiros, um se disse com filhos, 2 moram com as mães, as quais dependem deles para sobreviver, e apenas um vive sozinho. De acordo com as informações prestadas pelo atual presidente da Associação, atualmente as atividades de guardar e lavar carros só são realizadas por indivíduos do sexo masculino, mas já existiram mulheres atuando. Os entrevistados arrolados aqui são todos homens. Até onde apuramos, tal atividade é o que garante a sustentação de suas famílias.

Quanto à renda auferida nesse tipo de ocupação, comporta-se de modo totalmente oscilante, dependendo das condições climáticas, do humor dos “clientes”, de como se estabelece a divisão dos territórios disputados etc. A renda depende sobretudo da frequência diária ao ponto. Dos 4 pontos pesquisados, aquele que tem propiciado uma maior rentabilidade corresponde ao da Faculdade de Administração da UEPB, no qual nas melhores semanas e para os “flanelinhas”/lavadores de melhor *performance* se pode chegar a uma renda de mais de R\$200,00. O de menor rentabilidade tem sido o do INSS/Hotel ONIGRAT, no qual o pico se situa no patamar semanal dos R\$100,00.

A determinação do valor do “serviço” de guarda dos veículos não se pauta por qualquer critério objetivo, depende mais do que o dono do veículo estipula, mas podendo oscilar a partir de uma barganha estabelecida

a cada vez. Mas, diante da recusa do pagamento, uma conversa tensa pode se estabelecer. Ou mesmo diante de um valor considerado muito baixo, o prestador do “serviço” pode retrucar: “só isso, doutor?” e, com um quê de negociação e de tensão, conseguir um pouco mais. O valor pode ser estipulado em centavos, ou em um ou 2 Reais, raras vezes ultrapassando esse patamar. Já no que se refere à lavagem de veículos, o preço é em geral previamente acertado e depende também do tipo de serviço a ser feito, “lavagem simples”, “lavagem completa”, “só por fora” etc. Fato é que o valor da lavagem é menos oscilante, ainda que o exercício da atividade também se mantenha sempre muito irregular, com variações por diversos motivos na quantidade de veículos lavados.

Nos depoimentos colhidos ficou evidenciado o quanto a informalidade tem marcado suas trajetórias de vida e ocupação. Dos 11 entrevistados, 5 já tiveram empregos com carteira assinada. Entretanto, sempre por pouco tempo e em empregos que demandam baixa qualificação profissional (servente de pedreiro, comércio e serviços, etc.). No caso daqueles que já fizeram parte do mercado formal de trabalho, a questão de um retorno a essa condição se coloca como um ideal distante, quase inatingível. Alguns dos entrevistados realçaram casos em que aquele que hoje é “flanelinha” e/ou lavador de carro ingressou na atividade ainda na infância, tendo sido essa toda sua experiência de ocupação.

Condições de atuação

Conforme pudemos observar, as condições de atuação dos “flanelinhas”/lavadores se mostraram extremamente precárias. Esses atuam expostos às adversidades climáticas, em geral sem contar com meios minimamente apropriados ao desempenho de suas atividades e convivem com uma total ausência de proteção social e de garantia de direitos, colocando-se assim sob total vulnerabilidade social.

Sobre a jornada de trabalho, nos pontos do centro da cidade, o normal é que preencha o dia inteiro e se estenda da segunda ao sábado. A inclusão do domingo ocorre em casos em que as atividades do entorno continuam nesse dia, como nas imediações de *shoppings*, entre outras. Ou em situações especiais, como em eventos (comemorações, *shows*, manifestações religiosas etc.). Em quaisquer casos, é preciso permanecer no ponto até o último carro.

As precárias condições de atuação dos “flanelinhas”/lavadores se revelam extremas também quando referidas ao que ocorre nos casos de doenças. Os custos dos medicamentos frente ao ganho médio, a necessidade de se fazer presente cotidianamente no ponto e as estreitas margens de possibilidade de solidariedade nesse tipo de atividade foram sinalizações do quão difícil é para, os mesmos, a compatibilização entre doença e trabalho.

Tensões cotidianas

Os mesmos revelaram que tanta insegurança os tornam expostos a tensões cotidianas, seja na relação com órgãos públicos, seja frente aos “clientes” ou, ainda, no âmbito das relações entre eles próprios (ao lado de formas de solidariedade e apoio mútuo, tais relações são também marcadas por disputas, que muitas vezes resvalam para ameaças recíprocas).

Na entrevista realizada com o presidente da Associação foi possível observarmos ser o confronto com a STTP um dos aspectos de grande preocupação dos “flanelinhas”/lavadores, e que esse se apresenta enquanto um campo de disputa em torno do controle dos locais de estacionamento do centro da cidade. A queixa do presidente da Associação se estende até o prefeito e às suas promessas. Aquele, depois que assumiu a presidência da instituição, em 2010, tem orientado os “flanelinhas”/lavadores a não usarem o uniforme distribuído pela prefeitura, por não concordar com o tratamento que vem sendo dispensado à Associação e seus representados e por não admitir que o pouco que receberam como apoio os caracterize como funcionários públicos.

Uma outra área de permanente tensionamento no cotidiano dos “flanelinhas”/lavadores se encontra na relação com os “clientes”. Nos depoimentos, foram vários os momentos em que a dimensão desse conflito foi amenizada: “é besteira!”, “deixa pra lá!”, “se um não dá, outro dá”. Mas o tensionamento é evidente. Em várias situações, o conflito resvala mesmo para a agressão ou ameaças, como muitos entrevistados reconheceram.

Quanto aos usuários, também há muitas queixas. Dentre os entrevistados, as abordagens mais negativas recaíram sobre o trabalho dos “flanelinhas” quando comparado ao trabalho dos lavadores de carros. Questiona-se desde os resultados propriamente do serviço, por exemplo, sobre a capacidade daqueles impedirem o roubo de um aparelho de som

ou outras investidas por parte de assaltantes ou até mesmo ações de vândalos. Mas também se questiona se se pode classificar tal atividade como *trabalho* e os “flanelinhas” como *trabalhadores*. A isso ainda se liga o fato de se sentirem, os usuários entrevistados, obrigados a práticas tidas como de extorsão, por parte dos “flanelinhas”.

Por último, registrem-se ainda os conflitos presentes entre eles próprios, envolvendo disputas por território, por “clientes”, pelos meios necessários (sempre escassos) à prestação dos “serviços” (água, balde, flanela, sabão etc.). Uma das maneiras dessas tensões serem demarcadas se refere aos conflitos entre os antigos, os já estabelecidos no território, e os novos, os que buscam no mesmo território um novo espaço de atuação. Há também tensões entre parentes e não parentes. É muito comum se notar pessoas da mesma família dividindo o controle sobre um ponto ou atuando em substituição a alguém que se encontra doente.

Redes e formas de solidariedade e de apoio

Apesar de atuarem na informalidade, os “flanelinhas”/lavadores não deixam de contar com o suporte de alguns dos que se encontram no lado formal da economia. É o que se observa, nos pontos por nós estudados, com a autorização para “pegarem água” (indispensável na lavagem dos carros), para fazerem uso de banheiros, se protegerem da chuva e do sol, beberem e se alimentarem, entre outras formas de ajuda. Por outro lado, é esse público que frequenta e trabalha nos estabelecimentos do entorno que se constitui em “clientes” dos “serviços” por eles ofertados.

No que se refere à configuração de redes de solidariedade entre os próprios “flanelinhas”/lavadores, são decisivas relações de parentesco e ou de amizade. Outro elemento que entra em linha de conta na constituição de formas de solidariedade se refere à antiguidade. Certo é que qualquer um que chegue com o intuito de inserção no ponto vai depender “dos antigos”.

Sentidos do trabalho e perspectivas futuras

A atividade dos flanelinhas, para eles próprios, tem um caráter ambíguo. Se, de um lado, se referem a essa como uma atividade não plenamente digna de ser chamada de *trabalho*, por outro lado, é não só o que lhes traz o sustento, é também algo que permanece, que se reproduz e que, assim, perfaz suas trajetórias de vida e identidades.

Se o parâmetro adotado for o trabalho formal, “com carteira assinada”, o realce recai sobre o caráter improvisado e precário dessa atividade: “não é trabalho”, “é ganha pão”. Entretanto, se, conforme o segundo depoimento, o parâmetro passar a ser a situação daqueles que não apenas se encontram sob o primado da exclusão social, mas, mais do que isso, se vêem enredados nas teias da criminalidade ou se encontram sem qualquer ocupação passível de ser socialmente reconhecida como “útil”, como a de pedinte, “vagabundo”, o realce recairá sobre o seu sentido como “um trabalho”, “um grande *trabaio*”, “o pouco que é muito”. A *invenção cotidiana do trabalho no limiar da exclusão social* é não só uma luta permanente pelo reconhecimento social dessa atividade como *trabalho* (que, como vimos, articula dinâmicas, ao mesmo tempo, de conflito e de solidariedade), mas também um exercício permanente de autoconvencimento (que, também como vimos, articula momentos, ao mesmo tempo, de afirmação e de negação da condição social identificada como “flanelinha”/lavador de carro). Trata-se da busca do reconhecimento público e do autoconvencimento de que o que se faz é *trabalho*, de que embora “pouco” isso representa “muito”, de que essa “opção” é melhor do que o “crime” ou a “vagabundagem”.

Fato posto é que muitos já estão nas ruas há muito tempo, e se não estão desiludidos, adquiriram resistência. A **condição do flanelinha é uma** de uma situação limite, um desafio para o poder público local.

Os incentivos fiscais e a indústria de Campina Grande de 1960 a 2011

Leonardo da Silva Alves¹

Os lombos dos animais dos tropeiros carregavam farinha, rapadura, peles e algodão, sendo este último o principal produto comercializado em Campina Grande. A chegada do trem, em 2 de outubro de 1907, transformou a cidade na segunda maior exportadora de algodão do mundo, perdendo apenas para Liverpool, na Inglaterra. A ciclo do “ouro branco” atravessou várias décadas, atingindo seu ápice na década de 1950.

Silva Júnior (2009) destaca que Campina Grande viveu dois ciclos econômicos importantes: o do algodão e o da industrialização, sendo que esses dois ciclos mostraram-se entrelaçados. As primeiras indústrias que surgiram na cidade foram com base no algodão. No início do século XX beneficiavam e prensavam o algodão e até a década de 1940 se constituíam nas principais e quase únicas unidades industriais.

A Sanbra (Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S.A.) era especializada em produtos como o agave, óleo e artigos comestíveis, além de trabalhar com o próprio algodão. Instalou-se em Campina Grande em

¹Leonardo da Silva Alves, Doutorando em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ), Mestre em Desenvolvimento Regional (UEPB/UFCG), Especialista em Marketing (UEPB), Jornalista.

Este texto é parte da Dissertação de Mestrado “A industrialização incentivada do Nordeste e o caso de Campina Grande-PB”, do Mestrado em Desenvolvimento Regional (UEPB/UFCG), orientada pelo Prof. Dr. Hermes Magalhães Tavares e co-orientada pelo Prof. Dr. Cidival Morais de Sousa.

1935, sendo filial da empresa argentina Bunge Y Born, criada em 1884. Além a Sanbra, a Anderson Clayton, a Zé Marques de Almeida e outras empresas beneficiavam o produto para uso doméstico e exportação.

O surgimento de novas indústrias impulsionou novos setores além do têxtil, como, por exemplo, couro e alimentos. Na década de 1940, Campina Grande mostra sua vocação para o setor industrial. A cidade passa a ser a única cidade do interior do Brasil, que se tornou sede de um órgão de liderança do processo de industrialização do país, a Fiep. A primeira diretoria da tomou posse em 17 de julho de 1949.

O potencial do setor industrial ficou evidente em 1960, quando Campina Grande possuía mais estabelecimentos industriais que João Pessoa. A capital tinha 186 indústrias, 1446 operários e a Rainha da Borborema, 212 unidades e 2588 pessoas empregadas no setor.

Nesse contexto de expansão industrial, o empresário Newton Rique, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), tem a candidatura lançada à prefeitura de Campina Grande para se opor às oligarquias tradicionais que tinham como principal proposta de governo o assistencialismo e era representada pelo Partido Social Democrático (PSD), com Severino Cabral. Newton Rique defendia uma nova forma de ação do poder público, em consonância com a política desenvolvimentista e o projeto de industrialização (LIMA, 1996).

O programa de governo do candidato Newton Rique, intitulado Revolução da Prosperidade, trazia, entre outros pontos, que não se resolvia o problema da miséria em uma cidade de 100 mil habitantes, sem emprego e estes empregos só poderiam vir das atividades da indústria.

O adversário, o então deputado Severino Cabral, do PSD, propõe, no Plano para Campina Grande, um item referente ao desenvolvimento rural, providências na área de educação rural, fomento agropecuário, criação do Banco Municipal de Crédito Cooperativo e construção de silos e armazéns, ações voltadas para o melhoramento da vida do homem do campo. Em relação à industrialização, a proposta de governo era sem objetivos concretos que pudessem incrementar a atividade.

A proposta inovadora para a época não conseguiu seduzir a população campinense e Newton Rique saiu derrotado. Severino Cabral, ganhador do pleito municipal em 1959, estava muito mais identificado com os interesses agrícolas do que com os interesses industriais e teve como *slogan* de campanha Dividir, Doar e Ajudar, reforçando a política assistencialista.

Apesar da derrota, o grupo que lançou a candidatura do empresário Newton Rique continuou atuando em organismos paralelos à administração pública, como a Fiep e a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (Fundact)², que orientava os empresários locais e os que desejavam se instalar na região, através de assessoria e elaboração de projetos industriais.

Várias ações mostram que Campina Grande tinha como projeto de desenvolvimento a industrialização e, por isso, tratou de criar a infraestrutura que favorecesse às empresas que pretendiam se instalar na cidade. Entre 1956 e 1960 foram inaugurados os primeiros 20 km dos trechos Campina Grande – João Pessoa, é instalada a Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico (Comude), criada pela Prefeitura Municipal de Campina Grande. Criada a Saneamento de Campina Grande S.A. (Sanesa), primeira sociedade mista de água e esgoto de todo o Brasil e também da América do Sul. A base do modelo da Sanesa serviu posteriormente para a criação da Companhia de Industrialização de Campina Grande (Cingra) e Telecomunicações de Campina Grande S.A. (Telingra). Em 1957, industriais paulistas visitam Campina Grande para analisar as potencialidades econômicas e financeiras do município.

Em 1958 outro fato importante para o crescimento da cidade foi a inauguração da adutora de Boqueirão. Neste período também foram criados o Banco do Município de Campina Grande S.A. e o Fundo Municipal de Desenvolvimento Agroindustrial (Fundagrim). O Distrito Industrial em fase de construção torna-se um diferencial para atração de novas indústrias por causa de toda a infraestrutura criada para receber os empreendimentos.

Em 1963 Newton Rique, do PTB, volta à disputa tendo como concorrente à prefeitura de Campina Grande Langsteine Almeida, do então Partido de Representação Popular (PRP). Dessa vez vitorioso, Rique coloca em prática o que propunha no seu programa de governo, o qual tinha como metas atrair indústrias de grande porte para a cidade, apoiar a pequena indústria e fortalecer a estrutura econômica do município.

Para isso, durante sua gestão, criou a Secretaria de Indústria e Comércio, que orientava a elaboração de projetos dos investidores interessados em se instalar na cidade. O resultado das ações foi a importância

² Entidade de caráter privado criada pela Lei municipal nº 48, de 28 de dezembro de 1957.

que Campina Grande ganhou no cenário nacional no que se refere à localização, infraestrutura, mão de obra e recursos naturais favoráveis para instalação de novas indústrias.

A localização e serviços de infraestrutura em nível favorável; energia e água abundantes e a baixo custo; apoio da Sudene e estímulos fiscais e financiamentos pelo estado e pelo próprio município, tornaram-se atrativos para que as indústrias se instalassem em Campina Grande. Com o objetivo de favorecer a política de industrialização, o prefeito Newton Rique criou, em 13 de dezembro de 1963, o Fundo Municipal de Industrialização de Campina Grande (Fumingra) e, no prazo de 60 dias, se comprometeu a criar a Cingra, que tinha como objetivo administrar o Fumingra.

Em 1964, Newton Rique é cassado depois de dar declarações afirmando ser contrário ao golpe militar, assumindo, em seu lugar, Williams Arruda. Embora não compartilhasse dos mesmos ideais, Arruda dá continuidade à política desenvolvimentista iniciada por Newton Rique.

A cidade destaca-se pelo número de projetos enviados à Sudene, conseguindo atrair importantes indústrias por meio dos incentivos fiscais. Na primeira década de instalação da Sudene, segundo dados da autarquia, de 1961 a 1970, Campina Grande foi contemplada com a aprovação de 26 projetos industriais de instalação, ampliação e modernização. Nos primeiros cinco anos a cidade se destacou na aprovação de projetos do órgão federal, tornando-se a quarta cidade nordestina mais beneficiada, superando todas as capitais, com exceção de Recife, Salvador e Fortaleza.

Entre esses projetos dois merecem destaque: o projeto de implantação da Campina Grande Industrial Ltda. (Cande), produtora de tubos plásticos, e o projeto de implantação da Wallig Nordeste S.A., empresa de grande porte, produtora de fogões a gás. A instalação da Wallig serviu de exemplo para que outras indústrias de grande porte também se instalassem na cidade.

Na primeira década de instalação da Sudene, segundo dados da autarquia, de 1961 a 1970, Campina Grande foi contemplada com a aprovação de 26 projetos industriais de instalação, ampliação e modernização. Nos primeiros cinco anos a cidade se destacou na aprovação de projetos do órgão federal, tornando-se a quarta cidade nordestina mais beneficiada, superando todas as capitais, com exceção de Recife, Salvador e Fortaleza.

Entre esses projetos dois merecem destaque: o projeto de implantação da Campina Grande Industrial Ltda. (Cande), produtora de tubos plásticos, e o projeto de implantação da Wallig Nordeste S.A., empresa de grande porte, produtora de fogões a gás. A instalação da Wallig serviu de exemplo para que outras indústrias de grande porte também se instalassem na cidade.

No período de 1971 a 1980 foram aprovados 25 projetos de incentivos fiscais foram aprovados pela Sudene. Entretanto um fato chamou a atenção de toda a cidade: o fechamento da Wallig em 1979. A indústria chegou a oferecer 1.500 empregos diretos e produzir 22.500 fogões por mês. Outras empresas importantes fecharam as portas, como a Cooperativa Regional dos Produtores de Sisal da Paraíba (Coopersisal, criada em 1974), Sanbra, Susy, Bravisa, Sanca, Mimonor, Sibrall, Fracalanza, Incopresa e Fibrasa, enquanto que várias empresas reduziram seu ritmo de atividades e, portanto, passaram a oferecer menos empregos. A indústria enfrenta um momento de crise.

Embora os acontecimentos sinalizassem que poderia haver uma diminuição do apoio da Sudene, na década de 1980 é que a indústria de Campina Grande continua a receber incentivos fiscais. No período de 1981 a 1990, 49 projetos foram aprovados pela Sudene, dos quais para indústrias de Campina Grande, sendo assim distribuídos em relação ao seu enquadramento: 1 de reformulação técnica, 1 de modernização, 17 de complementação, 16 de ampliação e 14 de instalação.

Nesse aspecto ressalta-se a importância do órgão federal para as empresas que já estavam instaladas e necessitavam de incentivos fiscais para investir em infraestrutura, numa tentativa de superar o momento de crise.

No período de 1991 a 2000, o número de projetos pela Sudene para Campina Grande foi ainda maior que no período anterior. O órgão federal concedeu incentivos fiscais às indústrias por meio da aprovação de 71 projetos, sendo que 45 foram para a instalação de novas indústrias.

Em fevereiro de 2001 a Sudene deixou de existir, depois que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso assinou uma Medida Provisória extinguindo as superintendências e, juntamente com ela, as respectivas modalidades de incentivos fiscais para a região Nordeste do país.

No lugar da Sudene, o governo decidiu criar a Adene (Agência de Desenvolvimento do Nordeste). A extinção da antiga Sudene e a criação

da Adene resultaram da iniciativa do governo federal concretizada na edição da Medida Provisória nº 2.146-1, de 4 de maio de 2001. No entanto, a criação da Adene, sem a mínima condição de levar adiante a política de desenvolvimento que havia sido iniciada com sucesso pela Sudene, sofreu severa rejeição da sociedade nordestina, abrindo espaço para a discussão de propostas alternativas quanto à política de desenvolvimento regional.

O reflexo da falta de ação da Adene pode ser observado no número de projetos aprovados para Campina Grande no período em que esteve em operação, de 2001 a 2006. Tanto é que o primeiro projeto aprovado pela Agência Nacional de Desenvolvimento para a cidade só ocorre em 2002. Em relação ao número, a queda é vertiginosa. No período de 2001 a 2006, apenas 19 projetos tiveram aprovação da Adene, sendo que apenas três destinavam-se à instalação de novas unidades industriais.

A instituição da nova Sudene ocorreu por meio da Lei Complementar nº 125/2007. No reinício das operações indústrias que já estavam instaladas em Campina Grande e outras que pela cidade optaram foram contempladas com incentivos fiscais do órgão federal. No período de 2007 a 2011, 30 projetos de incentivos fiscais foram aprovados para indústrias da cidade, dos quais sete destinaram-se à atração de novos empreendimentos.

No período de 50 anos, 1960 a 2011, o órgão federal transformou-se no principal incentivador da indústria de Campina Grande, chegando ao total de 220 projetos aprovados pela Sudene e Adene. Entre 1991 e 2000 foi o período que o órgão liberou mais incentivos fiscais, no total de 71 projetos aprovados.

Considerando os incentivos fiscais da Sudene, numa pesquisa em 2012 realizada no cadastro industrial da Fiep, disponível no sítio da entidade, constatou-se que entre as empresas beneficiárias, 65 não estão mais em atividade em Campina Grande.

Neste sentido os dados apontam para a importância dos incentivos fiscais para a industrialização em Campina Grande. Embora a industrialização não tenha sido capaz de absorver toda a mão de obra excedente é preciso considerar que o número de empregos, em alguns setores, aumentou em determinados períodos. O setor de calçados foi o que mais cresceu no período de 1985 a 1992, saindo de 367 postos de trabalho no ano de 1985 para 1980 no final de 1992.

A localização estratégica de Campina Grande ao longo dos anos tem sido destacada como importante diferencial para o seu desenvolvimento econômico, pois historicamente tem servido de ligação entre o interior do estado e a capital paraibana e até para outros estados. Apenas esse fator não é capaz de atrair novos investimentos para a cidade, devido à guerra fiscal travada pelos estados, que oferecem incentivos fiscais para a instalação de novas indústrias ou ampliações das já existentes.

Os incentivos fiscais têm suprido a ausência de políticas nacionais de desenvolvimento, sendo o elemento responsável ao menos pela manutenção das taxas de crescimento de determinados estados.

O modelo de descentralização industrial implantado pela Sudene a partir da década de 1960 tem sido alvo de críticas. Entretanto faz-se necessário uma reflexão: se com a atração de novas indústrias para o Nordeste, no caso Campina Grande, as desigualdades sociais não foram resolvidas, como seria a realidade da região em relação aos demais se nenhuma ação tivesse sido realizada?

Referências

FIEP. Federação das Indústrias do Estado da Paraíba. **Cadastro industrial da Paraíba**. Campina Grande: Fiep, 2011.

LIMA, Damião de. **O Processo de industrialização via incentivos fiscais: expansão e crise em Campina Grande**. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal de Campina Grande, 1996.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais 2011**. Disponível em: <www.mte.gov.br/rais/default.asp>.

SILVA JÚNIOR, Geraldo Francisco da Campina Grande: Desenvolvimento histórico no século XX. In: OLIVEIRA, Roberta Vêras de (Org.). **Campina Grande em debate: a condição urbana da periferia pela lente do trabalho e das políticas públicas**. Campina Grande: EDUEP; UFCG, 2009.

SUDENE. **Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste**. Pesquisa documental.

TORRES, José Valmi Oliveira; MONTENEGRO, Rosilene Dias. **Escola politécnica:** construindo o imaginário de modernidade em Campina Grande através do Diário da Borborema. 2007. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/torres-jose-construindo-o-imaginario-de-modernidade.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2012.

Desafios da gestão urbana de Campina Grande

Cristian José Simões Costa
Rozeane Albuquerque Lima
Ana Paula Silva dos Santos

Algumas palavras iniciais

Pensar a gestão urbana de Campina Grande, especialmente pensar um projeto paisagístico, implica em ressignificar conceitos sobre meio ambiente e qualidade de vida, considerando o meio ambiente como um todo, suas relações e interconexões com os demais ecossistemas e grupos sociais.

A gestão urbana, entenda-se pelo ato de gerir e a capacidade de bem administrar o espaço urbano, se caracteriza pelo planejamento e aplicação de uma série de instrumentos políticos, dentre eles, o Plano Diretor, o Plano de Mobilidade Urbana, a Lei Orgânica do Município etc. Um dos grandes obstáculos enfrentados neste processo é a construção de um modelo de gestão participativa, pois exige uma eficiente articulação com diferentes atores da sociedade, a saber, os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, ONGs, Sabs, instituições envolvidas com ensino, pesquisa e extensão, comunidades de base, entre outras. A aplicação do conhecimento interdisciplinar é um facilitador importante deste tipo de proposta, pois permite um olhar amplo acerca dos problemas, sob diferentes aspectos: políticos, sociais, ambientais, econômicos, e culturais.

Neste sentido, um projeto paisagístico, que é um plano traçado paralelamente ao projeto urbano, visa o conforto ambiental e a otimização do

aproveitamento dos espaços públicos e tem por referência a vida harmônica e sustentável e o bem estar da população. É uma ferramenta de preservação e melhoria ambiental, bem como da melhoria dos demais aspectos. Como um elemento culturalmente construído, a paisagem urbana pode ser compreendida a partir de aspectos naturais e socioculturais, leitura que buscamos fazer neste texto, apresentando elementos da proposta paisagística para Campina Grande.

Reflexões sobre o planejamento do espaço urbano de Campina Grande

O município de Campina Grande está situado no agreste paraibano, na parte oriental do Planalto da Borborema, numa área de transição entre a zona da mata, brejo e sertão. Faz parte do Semiárido paraibano e apresenta uma média de precipitação pluviométrica de 800 mm ano. Localiza-se numa altitude média de 550 metros acima do nível do mar, a 130 km de distância da capital do estado e abrange uma área territorial de 594,182 Km². A população estimada para 2013 é de 400.002 habitantes. Atualmente, a população urbana é de 367.209 e a rural 18.004. É considerado o segundo município mais populoso do estado. (IBGE, 2010)

Quadro 1. População, área e densidade demográfica de C. Grande. IBGE.

População estimada 2013	400.002
População 2010	385.213
Área da unidade territorial (km ²)	594,182
Densidade demográfica (hab/km ²)	648,31

Nas últimas décadas houve um crescimento significativo da população, especialmente na área urbana, alcançando uma média de 104% entre os anos 1970 a 2010. Esse crescimento reflete uma realidade nacional e está relacionado a um modelo de desenvolvimento urbano-industrial.

A cidade é um ambiente construído para atender às demandas crescentes da população. Quando se trata de planejamento e manutenção do espaço urbano, mais especificamente a aspectos relacionados à paisagem natural, verificamos que o acesso às áreas verdes tem sido relegado a um segundo plano. Esta atitude se faz sentir nos dias atuais em muitas

idades brasileiras, como é o caso de Campina Grande, seja pelo déficit de árvores, seja pela forma de apropriação desta vegetação.



Figura 1. Arvore abaixo do viaduto (Av. Floriano Peixoto) 2013

Foto: Cristian Costa

Projetos paisagísticos que não possuem uma visão interdisciplinar deixam transparecer a tentativa do ser humano em dominar a natureza e não se integrar a ela. Ao selecionarmos plantas para um jardim público ou privado com a intenção de contemplar o belo, estamos usando o aspecto sociocultural do paisagismo e desconsiderando a sensibilidade de entender o ciclo natural que as mesmas possuem: o ciclo da água, do carbono ou a proteção do solo.

Para pensar uma gestão urbana sustentável¹ para Campina Grande, as pesquisas sobre percepção ambiental, definida como uma tomada de consciência do ambiente pelos seus habitantes e a interação entre eles, são relevantes. Também são necessários estudos que contribuam

¹ Entenda-se por sustentável satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades. (ONU, 1987)

para compreender as funções biológicas exercidas pela fauna e flora, os ciclos biogeoquímicos e uma reflexão sobre paisagismo urbano que, em muitos aspectos, dilua a visão dicotômica equivocada de que o ser humano está fora da natureza e que ela está lá para servi-lo nos mais diversos níveis (exploração de recursos naturais, ornamentação, entre outros).

A paisagem urbana foi e ainda é construída para atender às necessidades da sociedade em cada momento, que, em geral, não prioriza a preservação dos recursos naturais e a função que a vegetação urbana e os demais elementos naturais deveriam cumprir neste espaço. Como consequência, as cidades ficam mais insustentáveis e desarmônicas, necessitando ser abastecidas por recursos advindos de outros espaços. Um exemplo disto, é o fornecimento de água de Campina Grande: a cidade desde o fim da década de 1960 vem sendo abastecida pelo açude Epitácio Pessoa, localizado na cidade de Boqueirão, o que implica em custos adicionais para garantir à população o acesso à este recurso.

Thomas Skidmore (1988) se referiu a este período como o milagre econômico, iniciado em 1967 com o Governo Arthur da Costa e Silva que conseguiu um maior controle da inflação a qual, em anos anteriores, chegou a 80% ao ano e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) a uma velocidade 2,18% maior do que a média mundial. Segundo Regina Horta Duarte (2007), este crescimento econômico se refletiu na paisagem das cidades, que tiveram que dar passagem aos inúmeros automóveis recém-adquiridos pela nova classe média. A derrubada de árvores, a abertura de estradas, a exploração dos minérios, foram sinais do crescimento econômico de uma época. Mas o que parecia progresso, trazia consequências desastrosas para os ecossistemas brasileiros.

Campina Grande se insere no contexto do crescimento das cidades brasileiras, que se ampliou notadamente na década de 1960, provocado pela explosão demográfica e pelo êxodo rural intensificados neste período. Esse adensamento populacional desordenado trouxe problemas de impactos ambientais causados pela urbanização de novas áreas: "(...) Como resultado dessa expansão, processos geomorfológicos são alterados, e, em consequência, cheias, ravinas, voçorocas e desabamentos passam a constituir problemas afetando toda a comunidade" (DEL GROSSI, 1991, p.109).

Quadro 2. População rural e urbana de C. Grande entre 1970 e 2010. IBGE

População	Pessoas					Percentual				
	1970	1980	1991	2000	2010	1970	1980	1991	2000	2010
Total	195.303	247.827	326.307	355.331	385.213	100	100	100	100	100
Urbana	167.335	228.182	307.468	337.484	367.209	85,7	92,1	94,2	95,0	95,3
Rural	27.968	19.645	18.839	17.847	18.004	14,3	7,9	5,8	5,0	4,7

Em 1965 a cidade canalizou o Riacho das Piabas, considerado sua única fonte de água doce, e ampliou gradativamente a malha viária, impermeabilizando o solo e derrubando árvores para atender demandas de expansão do espaço urbano. Nas décadas de 1980 e 1990 destaca-se o crescimento da construção civil. Essas mudanças provocaram alterações no microclima e na paisagem, afetando de maneira direta a qualidade de vida da população, que com maior frequência tem enfrentado problemas como enchentes, poluição do ar, poluição sonora, e perda da biodiversidade.



Figura 2. Trecho do Riacho das piabas canalizado desde 1965 (Av. Canal) 2013

Foto: Cristian Costa

Na busca pela modernização e progresso, nos anos 1980, Campina Grande passa por intensas transformações na sua paisagem. Estas alterações foram estimuladas por um projeto estético paisagístico e pela postura de alguns intelectuais engajados no movimento verde da época, visando tornar o centro urbano um espaço mais agradável. Foi nesta década que foi construído o Distrito dos Mecânicos, com o objetivo de deslocar as oficinas que se localizavam no Centro e proximidades, dando um tom de cinza à cidade, para um lugar mais afastado, criado especificamente para

abrigá-las. Também nesta década foi construído um horto com o intuito de melhor arborizar o espaço urbano.

Até o ano 2000 aproximadamente, os estudos sobre plantas exóticas e invasoras e o seu potencial de destruição da biodiversidade local ainda eram muito iniciais, portanto, em nome do que historicamente se considerava belo, muitos fícus foram plantados, dentre várias outras espécies exóticas. Atualmente é visível a preocupação da cidade com o plantio das mudas nativas nos canteiros e demais espaços públicos, embora esta concepção ainda não tenha atingido a grande maioria dos cidadãos campinenses.

Nas três últimas décadas, houve um considerável aumento na frota de veículos que provocou a intensificação de ações na cidade, dentre elas a impermeabilização do solo, derrubada de árvores e canalização dos rios em seus trechos urbanos, aumentando o risco de catástrofes já bem conhecidas do público em geral, divulgados pelos vários meios de comunicação, tais como as enchentes e os desmoronamentos. Registra-se no ano de 2011 uma das maiores enchentes da história, quando o Riacho das Piabas transbordou.

As gestões municipais, depois da redemocratização do país, após a Constituição Federal de 1988, contemplaram, na Lei Orgânica Municipal (2013), algumas áreas como zonas de proteção. Atualmente temos que:

Art. 269- Consideram-se áreas de preservação permanente, além das declaradas por lei:

I.A cobertura vegetal que contribua para a estabilidade das encostas sujeitas à erosão e deslizamento;

II.As áreas que abriguem exemplares raros, ameaçados de extinção ou insuficientemente conhecidos da flora, fauna e aqueles que sirvam como local de pouso, abrigo, ou reprodução de espécie;

III.O Açude Velho, Açude de Bodocongó, Rio Bodocongó, Floresta do Louzeiro, Horto Municipal, Floresta de São José da Mata e Feira Central.

Parágrafo Único- Não serão permitidas, nas áreas de preservação permanente, atividades que contribua para descaracterização ou prejudiquem seus atributos e funções essenciais, excetuadas aquelas destinadas a recuperá-las e

assegurar sua proteção mediante própria autorização dos órgãos municipais competentes.

(Lei Orgânica Municipal de Campina Grande – PB)

Os problemas ambientais em um espaço urbano podem ter consequências ainda maiores. Ao pensarmos em uma cidade, imaginamos a possibilidade de ter bem estar e qualidade de vida, para tanto é necessário o acesso a bens naturais essenciais, entre os quais a água é um dos mais importantes. Pensar em sustentabilidade em uma cidade exige um planejamento político que preserve seus recursos hídricos, e isso inclui um solo permeável protegido pela vegetação, que permite a absorção da água e garante sua proteção. Embora já haja uma percepção diferente de ocupação do espaço urbano em Campina Grande-PB por parte não apenas de alguns segmentos sociais, mas também de gestores públicos, ainda estamos longe de seguir estes preceitos.

Segundo estudos de Ivan Coelho (2004), o déficit arbóreo de Campina Grande é de aproximadamente 700 mil árvores. Visualizamos vários aspectos que tem levado a esse passivo: crescimento desordenado da cidade e a ausência de estudos interdisciplinares capazes de direcionar novas estratégias para melhor qualidade de vida dos seus habitantes (RAYNAUT 2010). Tais estudos possibilitam a compreensão do comportamento humano enquanto parte do ecossistema e as relações sociais, essenciais para manutenção da biodiversidade.

Ao contemplar a flora de um jardim residencial, de uma praça, de um parque em Campina Grande, evidencia-se que o conhecimento sobre a harmonia dos ciclos biogeoquímicos não é colocado em prática. A visão de uma árvore em uma calçada completamente impermeabilizada já é suficiente para mostrar que não existe uma relação harmônica e respeitosa entre o ambiente urbano e as necessidades naturais dos elementos que compõem ou deveriam compor a paisagem da cidade. E o que dizer das podas feitas com o intuito de atender aos critérios de beleza estabelecidos pela sociedade da época? Tais podas interferem no ciclo de floração das árvores prejudicando sua reprodução, que envolve também os agentes polinizadores e disseminadores.

Considera-se também outro problema a ser enfrentado, como é o caso da falta de crescimento das árvores causada por projetos paisagísticos que consideram o uso das espécies exóticas, algumas até invasoras, em

um plano que aprecia o estético-cultural em detrimento do ciclo natural (Figuras 3 e 4).



Figura 3. Poda ornamental.
Foto: Cristian Costa, 2013



Figura 4. Área do solo reduzida para o crescimento da planta.
Foto: Cristian Costa, 2013.

O desenvolvimento desordenado da cidade, recebido pelos cidadãos como progresso, também impede este crescimento das árvores que encontram obstáculos na fiação elétrica e nas calçadas estreitas.

A sensibilidade dos legisladores para com o meio ambiente reflete também a preocupação da população por eles representada, sinal de uma maior consciência da necessidade de preservação do meio ambiente urbano e da tentativa de uma convivência mais harmônica com este ecossistema.

Na gestão ambiental, as políticas públicas se apresentam como alternativas para reduzir as deficiências e estabelecer as conexões necessárias na relação ser humano-natureza. Caracterizadas como uma atividade dinâmica nas negociações de interesses de diversos grupos em prol de um objetivo, elas devem ser pensadas a partir da inserção do ser humano no ambiente em uma relação recíproca de benefícios. Uma árvore no ambiente urbano não é só uma árvore, ela corresponde, junto com outros organismos vegetais, a uma relação de construção de benefícios múltiplos que se concretizam pela proteção do solo, controle hidrológico, isolamento acústico, produção de alimentos, dentre outros.

Partindo deste princípio as políticas públicas se caracterizam como instrumentos implícitos no processo: provocam a formação de uma cultura social de entendimento da relação do ser humano com a natureza para preservação dos recursos naturais.

É neste sentido que o plano de mobilidade urbana para Campina Grande, a implantação do Jardim Botânico do Louzeiro em março de 2013, o anúncio de um novo parque urbano a se localizar no Bairro da Liberdade, a preocupação ainda que insipiente com o aumento das ciclovias, na Avenida Dinamérica, por exemplo, entre outras ações, podem ajudar a ressignificar o espaço urbano, a inserir Campina Grande no rol das cidades que se preocupam com resiliência e sustentabilidade no Brasil atual, e consequentemente, formar cidadãos com uma percepção ambiental mais apurada.

É importante salientar que ações de Educação Ambiental são imprescindíveis para atingir este objetivo e que, sem elas, as mudanças são apenas pontuais, e fadadas ao fracasso na gestão seguinte e/ou, quiçá, na mesma gestão.

Considerações Finais

Ao refletirmos sobre a paisagem de Campina Grande como construção sociocultural e também como construção natural temos que considerar duas temporalidades diferentes para as transformações no meio Ambiente. O que se considera natural tem uma temporalidade de longa duração para atingir seu pleno desenvolvimento e se transformar. O aspecto sociocultural da paisagem, no entanto, muda de acordo com a concepção de beleza construída para cada momento histórico sendo, portanto, uma transformação em uma temporalidade mais curta. A temporalidade que se tem aplicado quando da definição de um projeto estético-paisagístico para as cidades é notadamente a de curta duração, o que acaba por desrespeitar os ciclos biogeoquímicos das plantas usadas nos referidos projetos.

Outro aspecto desta construção da paisagem urbana que prioriza a transformação da cidade em um jardim que atenda ao conceito de beleza de uma dada época é a relação que se estabelece do ser humano com a natureza. Atualmente o ser humano não se desfez da dicotomia que perpassa esta relação e o coloca como um ser superior ao meio no qual está

inserido. Esta construção, que atravessa vários discursos, inclusive o religioso, naturaliza o sentimento do ser humano como um ente arrogante, alguém que tem o poder de manipular a natureza. A concepção de que o humano é parte da natureza ainda é uma construção recente na história das sensibilidades, cuja ideia ainda não foi apropriada pela sociedade, mas já aparece de forma mais intensa.

Colocar em prática um plano de gestão que considere as necessidades urbanas, entre elas a permeabilização do solo, a redução no déficit de árvores urbano, e a sensibilidade para com o tratamento destas plantas implica em, necessariamente desenvolver, junto à comunidade urbana, um plano de educação ambiental através de políticas públicas que tenham como público alvo Ongs, escolas, universidades, entres outros agentes sociais. Além de problematizar a relação humana para com a natureza, sensibilizando os indivíduos quanto ao respeito ao meio ambiente e os inserindo no todo que está em sua volta, tornando-os responsáveis por suas atitudes.

Um projeto estético paisagístico para o município de Campina Grande deve considerar sua localização na região do Semiárido, observando os aspectos próprios das condições naturais, dentre eles, a insegurança hídrica, alimentar, preservação de espécies nativas, entre outros.

Referências

BRASIL. 2001. Lei 10.257 de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos Municípios e Cidadãos** – Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

BRUNDTLAND, G . H. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

DANTAS, Ivan Coelho & SOUZA, Cinthia Maria Carlos. **Arborização urbana na cidade de Campina Grande – PB; inventário e suas espécies**. Revista de Biologia e Ciências da Terra. Campina Grande PB, v.4, n.2, 2004.

DEL GROSSI, Sueli Regina. **De Uberabinha a Uberlândia: os caminhos da Natureza**. Contribuição ao estudo da geomorfologia urbana. São Paulo: USP. (Tese de Doutorado em 1991).

DI FIDIO, M. **Architettura Del paesaggio**. 3º Ed. Milano: Pirola Editores, 1990.

DUARTE, Regina Horta. **À sombra dos ficus: Natureza e sociedade em Belo Horizonte**. Ambiente & Sociedade. Campinas, v.10, pp 25-44,2007.

GUZZO, P. **Estudos dos espaços livres de uso público e da cobertura vegetal em área urbana da cidade de Ribeirão Preto** – SP. 1999. 106f. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 1999.

IBGE. **Censo Demográfico**. IBGE: Rio de Janeiro, 2010.

INSA. **Sinopse do Censo Demográfico para o Semiárido Brasileiro**. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Campina Grande: INSA, 2012.

RAYNAUT, Claude. **Interdisciplinaridade: mundo contemporâneo, complexidade e desafios à produção e a aplicação de conhecimentos**. In: PHILIPPI, Jr., Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação. São Paulo - SP: Manole, 2011. P. 69 – 105.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo – globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec,1994.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo à Tancredo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. TRIGUEIRO, A. **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

Desafios à governança da Região Metropolitana de Campina Grande

Cidoval Morais de Sousa¹

Em que pese a controvérsia acadêmica e política sobre as Regiões Metropolitanas da Paraíba, o fato é que estão criadas por Lei. O conceito mais amplo de RM deixaria até Campina Grande de fora, quanto mais Esperança, Araruna, Barra de Santa Rosa, Guarabira e Itabaiana, só para citar alguns exemplos. O Brasil, durante muito tempo, “operou” por assim dizer, com cinco grandes RM’s: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e Fortaleza. Mais recentemente, como resultado de pressões políticas e econômicas e, principalmente, de novas leituras do perfil das aglomerações urbanas (espaço urbano contínuo resultante de um processo de conurbação), esse número subiu para 57. Desse total, 08 estão localizadas na Região Norte; 02 no Centro-Oeste; 08 no Sudeste do País; 15 no Sul; e 24 na Região Nordeste. A Paraíba, sozinha, tem mais Regiões Metropolitanas que a Região Sudeste, aonde estão São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Somos, nesse momento, um bom objeto de estudo para a geografia e a sociologia urbana.

Acredito, porém, que os desafios não são apenas de ordem acadêmica e que não é a sociologia e nem a geografia que vão emperrar o projeto de RM do Estado. Há outros desafios de maior monta. Neste pequeno texto agendamos dez deles, não necessariamente por ordem de importância,

1 Jornalista e Pesquisador da UEPB, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional

e tomamos como foco apenas o caso de Campina Grande, que está na ordem dia já há algum tempo. É certo que algumas das questões aqui pontuadas podem ser generalizadas para as demais Regiões recém-criadas. Mas não é a nossa intenção.

O primeiro grande desafio é o que chamamos de *titularidade dos serviços nas RMs*, ou seja, qual o papel dos atores envolvidos (governo do Estado, Prefeitura) em questões críticas como saneamento básico, transporte público, serviços de saúde, dentre outros? O segundo diz respeito ao que chamamos de construção do *pertencimento*. A Lei não previu particularidades; fez ajuntamentos. Não será tarefa fácil pactuar políticas que, no fundo, favorecem mais a sede do que aos municípios integrantes. O terceiro desafio evidencia a dinâmica do *planejamento e disseminação das informações* no interior das RMs. O modelo de definição das políticas públicas integradas será decisivo na obtenção de consenso ou no aprofundamento das tensões. O quarto desafio problematiza a questão da *sustentabilidade* da rede de ações integradas em diferentes dimensões (econômica, política, cultural, social e ambiental). O quinto diz respeito ao compartilhamento, assegurando qualidade, das redes de serviços já existentes, como por exemplo, dos serviços de transporte público. Como ficam as pequenas empresas? Como serão definidas as novas linhas, os novos trajetos, a vida útil dos transportes?

O sexto desafio diz respeito ao enfrentamento das assimetrias localizadas. Como garantir que as políticas de mobilidade urbana tenham por princípio a inclusão social? Respeitem os diferentes tipos de transportes? Assegurem o direito de ir e vir do pedestre, dos cadeirantes? Há mais diferenças entre os municípios que integram a RM de Campina Grande do que necessidades comuns, e este é o sétimo desafio. Mesmo quando são de mesma natureza, divergem na dimensão da ocorrência, nas consequências e na qualidade da política de enfrentamento. O oitavo desafio chama atenção para a complexidade da hierarquia que verifica entre Campina Grande e os demais municípios a ela subordinados pela RM. O PIB per capita de Campina Grande é R\$ 9.000,00; o de Fagundes é de R\$ 3,3 mil. A experiência das RMs Brasil afora tem mostrado, no modelo atual, a predominância do efeito Mateus: aos que mais tem, mais lhe será dado. Qual será o papel de Campina Grande? Vai sustentar sozinha a RM? Quem ganha e quem perde nesse processo? O nono desafio pergunta sobre o formato da participação da sociedade civil na

governança da RM. E o décimo provoca: como essas e outras questões serão tratadas no Plano de Desenvolvimento Integrado? Voltaremos **ao tema.**

Continuidades e rupturas do espaço público em Campina Grande (PB): uma reflexão do processo de requalificação do bairro do Catolé.

Maria Jackeline Feitosa Carvalho
Rayanne Rachel Gomes Farias

Introdução

O presente artigo tem por objetivo analisar o processo da requalificação urbana ocorrida no bairro do Catolé e o conjunto de transformações socioespaciais que inauguraram, acentuadamente a partir dos anos 1990, um contexto de intensas modificações deste espaço. Modificações essas dadas em um desenho formulado, por intervenções públicas e privadas, que estabeleceu a inserção de uma imagem estratégica deste bairro na cidade de Campina Grande: espaço característico de crescentes empreendimentos imobiliários.

O Bairro do Catolé, situado na zona Sul da cidade de Campina Grande - PB na sua origem era dividido “em quatro setores distintos: a baixa do pau, a terra do santíssimo, catolé e o prado”.¹ A área mais conhecida era a do Prado, devido na referida área ocorrer corridas de cavalos. No advento da reforma urbana de Campina Grande na década de 1940, essa localização (atual Catolé) torna-se bairro, sendo chamado bairro do Prado. Esta localidade abrigou a população operária das antigas indústrias de Campina Grande como a SANBRA e a ANDERSON CLAYTON.

1 Revista MERKADO(sic), 2012, p. 66.

O bairro do Prado evoluiu muito principalmente na década de 1980, sendo substituído pelo nome Catolé, que correspondia a uma demanda de terras pertencentes a uma família que tinha esta nomenclatura como sobrenome. (FARIAS, 2011, p.133).

A origem do Bairro pode ser representada pelos relatos dos antigos moradores abaixo:

(...) o Catolé se destacou muito na época porque tinha uma família, ainda tem em Campina muito grande, que o ramo deles era o ramo de gado e cavalgada e esse tempo tinha uma tal de derrubada de boi aqui, que era o Prado,(...) foi Prado, então o finado Jiló Guedes de Andrade, que era de uma família tradicional aqui, inventou essa corrida de cavalo (...) a corrida de cavalo do Prado, essa daí me marcou pelo resto da vida, eles correndo a cavalo e a gente correndo com os cavalos de pau atrás e com uma vara (...) sim esse bairro aqui é da cor de sangue rapaz, bem “vermelhinho” aí, depois, foi que calçaram. (I.M, 80 a, morador do Bairro).

O bairro apresenta na sua gênese aspectos primordialmente rurais, com parca infraestrutura caracterizado pelas vastas áreas de plantação de aveloz, de criação de cavalos e gados e pela realização de corridas envolvendo os mesmos.

Por aqui não tinha nada de casa, só na Santa Margarida que hoje é a Rua Elpídio de Almeida. Essa área pertencia a Aluízio Campos e existia aqui perto uma Cerâmica e o Curtume dos Motta que era o ponto mais conhecido do setor. Lá na frente é que tinha umas casas como a de William Tejo. (...) Ninguém queria morar no Catolé, no Prado (...). Aqui próximo tinha uma lagoa, perto de onde hoje é o Parque da Criança, a gente ia lavar roupa lá. Daqui de onde eu moro até o Amigão era só uma fila de avelozes, tinha muito roçado, uma casa aqui outra acolá. As ruas não tinham nem calçamento, quando eu vim morar aqui não tinha comércio nenhum (...). Não tinha também rede de esgoto nem saneamento, na Elpídio de Almeida tinha um chafariz onde o pessoal ia pegar água. Com relação a comércio só existia mercearia, bodega. Por aqui as casas eram de alvenaria, nessa rua só tinha umas quatro ou cinco casas. Até o final dessa

rua era só terreno vazio, mato, tinha muito roçado no bairro do Catolé (...) (M.Z, 83 a, moradora do bairro).

Podemos assim afirmar que o bairro possuía um número mínimo de empreendimentos residenciais e comerciais.

Isso aqui não tinha nada de casa não, isso aqui era só capoeira e (...) essa Elpidio de Almeida era uma estrada que ia lá pra doutor Argemiro (...), *num* tinha nada de movimento ou envolvimento aqui, *num* tinha casa *num* tinha nada, nem tinha luz nem tinha água (...). A Vigário Calixto, tinha a Vigário Calixto que hoje é essa pista que vai pro amigão ali não existia (...) pra cá não tinha nada (se referindo ao entorno da sua casa) ai o povo criava gado (...). (G.S, 85 a, morador do Bairro).

O Bairro fora se desenvolvendo sendo implantado no mesmo alguns empreendimentos comerciais que vieram a modificar suas características socioespaciais. A partir dos anos 1970, passam a requalificar o Bairro e suas dimensões através de um processo de abertura de ruas, avenidas, calçamentos, iluminação de vias. Observa-se que o processo de requalificação urbana do bairro do Catolé se inicia nos anos 1970 em parceria entre governo federal e prefeitura (PMCG) pelo Programa CURA (Complementação Urbana de Recuperação Acelerada), o qual se objetivou consolidar áreas ociosas pela urbanização e valorização dos investimentos realizados.

O CURA almejava consolidar uma imagem moderna de Campina Grande e do Catolé, norteado por um planejamento centralizador e autoritário. O Catolé constitui-se então como zona de expansão da cidade no sentido Sul, tendo como principal mudança no traçado viário algumas ruas, que se tornariam as suas principais vias de acesso e de comércio, e recebeu intervenções públicas importantíssimas como: a construção do Estádio Ernani Sátiro (1974); do Terminal Rodoviário Argemiro de Figueiredo (1985); do Shopping Luiza Motta (1991); do Parque da Criança (1993); e do Shopping Center Iguatemi (1998), atualmente denominado de Boulevard. O processo de requalificação urbana do Catolé, no que tange aos investimentos públicos, incentivou a construção da infraestrutura de suas novas centralidades e conseqüentemente, modificações da utilização do espaço.

Reconstruído através do CURA o bairro se reestruturou onde, para tanto, tornou-se necessário a remoção dos cortiços ali presentes,

resultantes da aproximação das fábricas e indústrias anteriormente localizadas no bairro. É notória a intenção de higienização do mesmo, pois, baseado na justificativa oficial de assegurar a conservação do centro da cidade de Campina Grande, parte da população pobre do Catolé foi removida para as franjas e/ou periferias precárias de serviços públicos aumentando ainda mais a desigualdade sociourbanísticas em termos locais. O processo de requalificação urbana do Catolé, no que tange aos investimentos públicos, incentivou a construção da infraestrutura de suas novas centralidades e conseqüentemente, modificações da utilização do espaço.

De modo geral, podemos situar que a partir dos anos 1970 Campina Grande passa por relevantes transformações em seu traçado urbano, por intervenções urbanísticas as quais consigo colocarão crescentes contrastes e heterogeneidade que se impõem na estruturação da cidade e que irão interferir decisivamente em seu espaço público. É interessante assim percebermos, partir da apreensão destas transformações, de que modo o Catolé emerge por uma mudança em sua origem -- proletária -- a um tipo de intervenção, inicialmente estatal, que o redefine através de uma visão integrada, espacial e social imposta por um outro sentido ao seu espaço público, que passa a ser delimitado por práticas sociais e características físicas que, acentuadamente a partir dos anos 1990, alteram o seu traçado urbano estimulando um tipo de ocupação que coloca por uma complexa e diversa dinâmica em seu espaço público atual.

Pois o traçado urbano do bairros outrora precário, desorganizado e desalinhados, passa a ter a necessidade de se moldar aos padrões estabelecidos pelo desenvolvimento urbano. Ou seja, o Catolé, tal como os bairros proletários na sua origem, era vinculado a aproximação com os locais de trabalho de seus primeiros moradores, como forma de facilitar o acesso dos operários ao mesmo.

De tal forma que caracterizado pela ausência de infraestrutura, de condições mínimas de moradia, fatores que são de responsabilidade do poder público e, muitas vezes, transferidos à iniciativa privada no intuito de racionalizar o erário e ao mesmo tempo embelezar os bairros e, conseqüentemente, a cidade que passa a ser mais uma mercadoria com atrativos à sua comercialização. (MALEQUE, 2007).

○ Processo de Requalificação do Catolé

A partir da década de 1970 o Catolé começou a se transformar através do Programa CURA (Complementação Urbana de Recuperação Acelerada), o qual se objetivou consolidar áreas ociosas pela urbanização e valorização dos investimentos realizados, pois, até então o bairro possuía um número mínimo de empreendimentos residenciais e comerciais.

Assim, o processo de requalificação urbana do bairro toma outra proporção a partir dos anos 1990, onde o Catolé tem denotado um padrão de intervenção, pública e privada, marcadamente sob a ótica do mercado, da estética e da segregação, processo percebido por uma crescente mudança do padrão habitacional, assim como de um perfil dos seus “novos moradores”.

Em 1991 é inaugurado o então Centro de Modas, hoje denominado shopping Luiza Motta, já em 1998 foi construído o shopping o Iguatemi na mesma localidade, onde as casas também foram se adaptando ao novo padrão do bairro, e logo pessoas de alto poder aquisitivo foram ocupando essas redondezas. Que passara de um bairro de características rurais e de um nível baixo de infraestrutura a um bairro nobre.

O Catolé, mediante as iniciativas do poder público e privada alcançou grande importância econômica, representada pela chegada de seus novos empreendimentos a citar: rodoviária, supermercados, shopping's (vide Figura 1), e tantos outros setores de serviços, que contribuíram para a redefinição do mesmo.

Pois, modificaram-se os valores simbólicos e a importância da vida em comunidade e dos seus espaços públicos mais tradicionais, agora entendidos como espaço de desordem e de insegurança, em um discurso enfatizado pelos empreendedores imobiliários visando o lucro e agudizando o processo de segregação socioespacial no bairro. Podemos dessa forma, acrescentar que ocorreu no Catolé um processo de transformação funcional de seus espaços.



Figura 1: Shopping Boulevard- empreendimento que modificou o status do Bairro.

Fonte: Trabalho de campo.

Esta imagem retrata o símbolo maior que modificou o status do Catolé, instalado na década de 1990 o shopping Iguatemi modificou toda uma leitura do bairro, outrora de características rurais e proletária, agora como área nobre. Mesmo em meio ao alcance de grande importância econômica e de status o Catolé não é um bairro homogêneo, exclusivo da classe alta. O Catolé é um bairro carregado de contrastes socioespaciais, um espaço de conflitos entre antigos e novos moradores, resistência popular e investidas públicas e privadas. É perceptível elementos de continuidade, denominada de rugosidades, a citar o açude velho, a pedreira, as vilas e cortiços, ainda que encobertas pelos enclaves, as desigualdades sociais. O que fora de encontro com a perspectiva higienizadora do Poder Público através do Programa CURA.

O Catolé transformou-se num espaço de crescente investimento de equipamentos de grandes portes voltados à educação, lazer e moradia de alto padrão. Tais intervenções mudaram a percepção do Catolé que passou a ter elevação do padrão de suas moradias, do comércio e de seus serviços. Porém mesmo sendo considerado um bairro nobre é notório os entraves e as rugosidades no catolé, onde são visíveis contrastes em toda sua extensão, estes sinônimos dos conflitos e resistência dos antigos, ainda que poucos, moradores do bairro.

O bairro passou a oferecer uma nova maneira de utilizar o tempo e o espaço, mudando hábitos da população, trazendo consigo elementos

marcantes da lógica da urbanização, os investimentos públicos - privados para modernização da cidade. Desta forma, no decorrer do presente artigo, abordaremos *primeiro* como se deu a mudança de status de bairro proletário à nobre e, *segundo*, analisaremos as marcas e imagens postas no espaço público a partir do processo de requalificação do bairro.

A requalificação do Catolé influenciou também a sua própria economia, onde sua imagem foi modificada pela valorização de ideais contemporâneos que terminam por traduzir a atribuição de novos sentidos ao bairro que terminam, por sua vez, contribuindo para uma imagem que implica em conflito na estruturação do seu espaço público.

Imagem esta impulsionada pela vinda de grandes empreendimentos privados, em especial o Shopping Iguatemi, na década de 1990, trazendo consigo novas marcas ao bairro, que inicialmente era um espaço de moradias precárias e de operários, ampliando atividades com ênfase na produção, circulação e diversificação de serviços, lazer, educação e modificando, conseqüentemente, os aspectos simbólicos do Catolé: de bairro proletário à emergência como bairro nobre.

De bairro proletário ao atributo de status do Catolé:

Tal como em outras cidades brasileiras, o embelezamento do Catolé pode ser feito por dois vieses: o de *gentrificação*, onde a população antiga é expulsa para abrigar um outro espaço construído, voltado à ocupação de negócios e moradores que não possuem identidade com o local. Um outro viés é o processo de higienização, dada pela remoção tanto das pessoas quanto das construções indesejadas, dando espaço aos novos empreendimentos.

Cabe perceber que, no caso específico do Catolé, observa-se acentuadamente o surgimento de novas construções pela remoção e expulsão de seu antigos moradores, ora removidos para dar lugar a grandes equipamentos ou, ora lentamente expulsos pela especulação dos empreendimentos privados na área em um processo que explica as alterações em seu espaço público. Visto que o processo de embelezamento do Catolé é resultado das ações conjuntas entre empreendedores e do Estado. Os empreendedores são responsáveis pela construção de condomínios horizontais e verticais que “asseguram” aos seus novos moradores o estado de poder, de tal forma que:

(...) tornaram-se símbolo de status e prestígio para seus moradores projetando e vendendo uma ambicionada imagem de exclusividade (...). Observamos também a implantação de condomínios horizontais em tecido urbano tradicional colocando sobre apropriação privada vias e praças de domínio público, impondo restrições à circulação urbana (...) (COUTO, 2003, pp.116-117).

Desta maneira, o Estado cria barreiras a partir de formas sutis de privatização do acesso aos espaços públicos do Catolé, transformando-o com o objetivo de receber grandes empreendimentos (Vide Figura 2) que gerem a curto, médio e longo prazo investimentos e rendimentos na economia. Há ações de infraestrutura como a abertura de vias, a criação e ampliação de sistemas de transportes, e de dispositivos legais da ocupação do território, ajustes fiscais, etc.



Figura 2: A verticalização como processo de transformações sociourbanísticas do Catolé.

Fonte: Trabalho de campo.

Percebemos então melhorias no Catolé com a chegada dos novos investimentos, contribuindo assim para que se tornasse um grande atrativo para o setor imobiliário, que até então, era composto de casas humildes, de arquiteturas simples, e dera lugar a um novo processo e um novo modelo de residências, que seriam as verticais, ou seja, a construção dos

prédios, e inicia-se o processo de verticalização resultando na valorização do Bairro:

(...) prédio a gente não tinha, edifício a gente não tinha no Catolé, e de repente começa a aparecer um ou outro, e agora com essa explosão imobiliária a gente (...) só pode olhar pra cima que tá cheio de prédio “né?”. (A.M, 57 a, moradora do Bairro).

Mediante o processo de verticalização, ocorrem transformações da paisagem através de algumas mudanças e adaptações, processo necessário para que esses prédios possam ser construídos:

(...) é essa vila fica por traz do SESC Açude Velho e o SESC era integrado à própria vila, não tinha nenhum muro de proteção era tudo aberto, a gurizada ia pra lá, se sentava nas calçadas, nas escadarias brincava e interagia com aquele espaço físico sem nenhuma restrição, não tinha guarda, não tinha vigia, não tinha nada a gente podia fazer o que quisesse lá, (...) Aqui ao redor do Açude Velho, por exemplo, essa área era toda, tipo virgem, era uma área não utilizada pelo público, dificilmente quer dizer na época do meu pai ele dizia que tomava até banho no Açude Velho, mergulhava no domingo pra lá e pra cá, lá pra “trás”, mas hoje a gente vê que houve uma chegada daqueles quiosques, e que esses quiosques estão invadindo até o espaço dos transeuntes e tudo isso é modificação (A.M, 57 a, moradora do Bairro).

Todo o crescimento, expansão e mudança de status, trouxe ao Catolé uma crescente e perceptível desigualdade entre novos e antigos moradores; onde a segregação socioespacial está claramente presente através da construção de prédios luxuosos ao lado de precárias moradias ou sem nenhuma infraestrutura adequada. De modo que riqueza e pobreza, acentuadamente a cada dia, “comungam e partilham” um mesmo espaço. Porém, por usos, atributos e imagens distas e conflitantes entre si: de Bairro nobre às rugosidades de vilas de quarto, cortiços e ruelas que insistem em também se colocarem nesta mesma paisagem; avaliada distintamente pelos moradores do Catolé:

(...) de certa forma esses (...) equipamentos que vão chegando, os próprios prédios, eles vão tentando maquiagem, esconder

realidades que (...) não devem ser expostas, muitas vezes até o próprio poder público não quer que elas sejam expostas, é ambientes como umas favelinhas que tem ali perto da Estação Velha, ali por trás,(...) a própria Pedreira (...) quem se preocupa com status, que quer montar um empreendimento qualquer, quer montar uma empresinha ou (...) um comércio nessa rua Vigário Calixto ou quem quer comprar um apartamento chique, aqui no Catolé ou uma casa muito boa, não vai nunca se lembrar que ali tem aquela pedreira, aquilo ali é camuflado, é deletado mesmo do (...) acho que até do inconsciente coletivo, ninguém se lembra mais da Pedreira (...) ali perto do Du Bú VI, no Catolé, que é um famoso um prédio antigo, por trás também tem favela, mais pra frente depois do Amigão, tem outras também, então, você vê a questão daquelas casas, aqueles chalés tudo lindo cada um de uma cozinha, tudo bonito quem vai imaginar que ali por trás tem uma comunidade que não vive essa realidade do status que o Catolé aparenta ter, então como eu disse a você, houve uma contribuição, claro a questão do desenvolvimento a gente acaba se envolvendo e achando bom, que tem mais facilidade, tanto de locomoção, como bens de serviços oferecidos em várias áreas “né?” que é: alimentação, hospedagem, tudo mais, comércio, como um todo também, mais a gente vê que isso provavelmente para os que não são tão assim “inocente”, maquia “né?”, esconde, bota uma cortina, por trás da qual existem questões que demonstram que ainda os desequilíbrios, as assimetrias sociais, e outras coisas mais (...) (A.M,57 a; moradora do Bairro).

Os condomínios fechados denominados por Caldeira (2000) de *enclaves fortificados* vêm mudando consideravelmente as relações sociais e morfológicas das localidades que em que se instalam. De modo que ditam explícita ou implicitamente a forma de viver, consumir e se relacionar com os outros (sejam eles “iguais” ou “diferentes”). Os enclaves oferecem o maior número espaço de convivência e lazer, para que haja uma sociabilidade segura para seus moradores, mas mesmo com toda esta oferta é notória a pouca utilização dos mesmos.

(...) poderia ser uma convivência mais ampla, principalmente por que a gente mora num condomínio, mas a concepção de condomínio, eu mesmo eu me iludi um pouco, é as pessoas

mesmo morando no mesmo edifício bem próximos, mas não há uma convivência assim de uma relação de amizade forte. Quer dizer o convívio na minha concepção do tamanho do condomínio eu acho que ela é pouca, ela é pouca, eu não sei se isso é uma característica dos condomínios ou é o que representa a cidade hoje, mas até mesmo é as tentativas de fazer eventos pra os moradores, é a participação é tão pequena que as pessoas deixaram até de fazer esse eventos, tipo São João do prédio, o Natal do prédio, é a gente tentou no início e era pouco as pessoas não se interessavam muito e hoje não existe mais cada um tem sua festinha particular mesmo. (R.F.T, morador do bairro e do *Residence Iguatemi* há 08 anos).

Ao observamos a fala acima podemos ver que a sociabilidade tão difundida pelos empreendedores, como sinônimo de homogeneidade é falsa, só é presente e mesmo assim meio que forçadamente em festas e reuniões realizadas nos condomínios, o que estão se tornando cada vez mais raros. Os espaços de convivência são mais frequentados por crianças. Observemos o discurso abaixo:

(...) sou muito satisfeito com todos os vizinhos, a gente faz reuniões lá, e tal, num tem uma reclamação, viu?! O ambiente é muito bom é fora de sério. Por isso é que eu não vou sair nunca desse prédio a minha família hoje tá resumida, filhos casaram ficou eu, a esposa e um filho, um apartamento que dá bem pra gente e se houvesse algum problema eu dizia e saía, mas estou lá a 10 anos interessante quando sai um que é transferido pra João Pessoa ou outra cidade e o que vem parece que é ainda melhor. (J.P, morador do bairro e construtor do *Residence Iguatemi* há 10 anos).

O discurso acima é carregado de contradições, a se considerar que outro morador do mesmo prédio afirmou que os encontros são raros, e na própria fala deste morador ele se contradiz, no sentido de uma convivência mais extensiva entre vizinhos. Talvez seja uma forma de apontar para o que Caldeira (2000), abaixo, chama-nos à atenção:

O pouco uso das áreas comuns poderia também indicar que a presença de todas essas instalações – algumas delas bastante luxuosas – é mais uma marca de status do que uma condição necessária para uma vida cotidiana mais gratificante. Em outras

palavras essas, essas instalações parecem ter a ver mais com ostentação do que com um novo padrão de sociabilidade entre vizinhos ou com novos conceitos de vida privada. (p. 268).

Visto deste prisma, e de forma bastante adversa ao discurso do mercado como atributo do morar bem, o enclausuramento de moradias gera sentimentos ambíguos e contraditórios entre moradores, isto é, os afeta de forma diferenciada às sensações que vão desde a liberdade até o sentimento de perda de vinculação. É por este olhar que as especificidades apresentadas pelo Catolé vivencia um amplo e contínuo processo de transformações socioespaciais denotando, por um lado, uma elevação do padrão econômico do Bairro. Cada vez mais projetado estrategicamente ao embelezamento, empreendimentos residenciais de alto padrão e pelo crescimento do setor de serviços e, por outro, a um padrão (crescente) de desigualdades.

Considerações Finais

Podemos concluir que o Catolé fora se desenvolvendo ao passo de crescente número de empreendimentos privados de alto padrão de moradia que vieram modificar suas características socioespaciais postas por um vigoroso e acentuado processo de intervenção de empreendimentos privados; prontamente, viabilizado pela iniciativa pública através da infraestrutura implantada no local.

Por outro lado, através dos discursos de moradores antigos percebemos que há um misto sentimento de estarem abertos ao novo, sem, no entanto, desejarem abrir mão do sentimento de pertencimento que os vincula ao bairro, acionando a memória daquilo que o Catolé já foi, sem porém esquecer da imagem rural do bairro, trazendo agora um outro status para o bairro.

Desta forma, observa-se que a modificação dos aspectos simbólicos no bairro, não tem muito sentido, enquanto prática, aos antigos moradores que, ao que parecem, preferem ler o Catolé pelas lembranças de um tempo passado. Mediante exposto podemos concluir que o processo de requalificação do Catolé deva ser compreendido em meio à crescente e acentuada segregação sociourbanísticas que tende a mascarar, para somente assim poder vende um mundo distante do real, problemas tais como a insegurança no bairro e a expulsão de seus antigos moradores que, em grande

parte, já não podem permanecer pois não tem como consumirem o uso deste espaço.

Há assim a convergência de duas imagens opostas - o Catolé de *antigamente e o novo Catolé*; duas imagens, constituídas por um mesmo processo de requalificação urbanística, que fazem com que o Catolé se torne o que é hoje: um dos espaços mais cobiçados e caros da cidade de Campina Grande.

Referências

BÓGUS, Lucia Machado. Segregações urbanas. In: FORTUNA, Carlos. **Plural de cidade**: léxicos e culturas urbanas. Coimbra (Portugal): Edições Almedina, 2009. (pp. 116-123.).

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves fortificados: erguendo muros e criando uma nova ordem privada. In: CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. 34. ed. São Paulo: Edusp, 2000(pp. 257-301).

MALEQUE, Miria Roseira. De Bairro Proletário á elegância da Gávea. In: LIMA, Evelyn Furquim Werneck (Org.). **Espaço e cidade**: conceitos e leituras, 2ºed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano**. 2.ed. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP: Lincoln Institute, 2001(pp. 141 -155).

Um metrô para Campina

Ailton Elisiário¹

Não existe cidade sem povo como não existe cidade grande sem o ferrenho desempenho dos que nela habitam. É natural que seja assim, pois a grandeza das coisas está nos corações dos que as fazem. Se as maravilhas do mundo são providas de Deus, as maravilhas da cidade são providas do Homem. As maravilhas, pois, de Campina Grande, provêm dos seus filhos.

Campina é Grande porque seu povo é grande. Por isto que os empreendimentos dos seus filhos despontam sempre com força e vigor. Não há filho que fique ou que se vá que não ame esta cidade. Perto ou longe, Campina Grande está impregnada em sua alma. Portanto, se ser grande é conviver com ela no dia a dia de sua vida, também ser grande é não se esquecer de onde veio.

A Associação Comercial e Empresarial de Campina Grande, com o apoio de pessoas e empresas, lançou em 2012 uma página na rede mundial de computadores, com vistas a mobilizar todas as pessoas que nasceram ou viveram em Campina Grande, estando residindo nela ou fora dela. Trata-se do Movimento Campina Cresce com Você, cuja proposta é “Pensar Campina”.

Assim, onde quer que um campinense se encontre que pense em Campina, não apenas como uma doce lembrança dos tempos aqui vividos ou como uma cidade aprazível de se viver, mas com o compromisso de fazer algo por ela, de torná-la ainda maior, em razão dos laços umbilicais

1 O autor é economista, advogado, professor universitário e presidente da Academia de Letras de Campina Grande.

que o prendem a ela, pois a todos ela maternalmente dá as mãos e o coração. Desse modo, aos que nela hoje não vivem sejam seu prolongamento aonde se encontrem, aos que nela estão sejam guardiões de suas tradições. Sejam todos, enfim, defensores da Rainha da Borborema.

Com este propósito a empresa carioca Macroplan realizou em 2012 uma pesquisa com o objetivo de captar opiniões e expectativas sobre a situação atual de Campina Grande, envolvendo 4 eixos temáticos: qualidade de vida, economia e empregos, qualidade dos serviços e da gestão pública, cidadania e participação.

Entre os meses de março e maio desse ano foram entrevistadas 1.512 pessoas, das quais 64% eram do sexo masculino, 51% delas eram jovens com idade até 30 anos, 85% tinham escolaridade completa ou incompleta de nível superior e residiam 36% na zona sul e 31% na zona oeste da cidade.

Os resultados da pesquisa demonstraram que Campina Grande acha-se bem no tocante aos serviços públicos de ensino superior e no nível educacional e de qualificação profissional, ao lado da autoestima da população orgulhosa de ser campinense e de viver nesta cidade.

Todavia, acha-se mal no que diz respeito à segurança pública e aos serviços públicos da saúde, com sofrível participação da gestão pública e baixa participação da população na fiscalização do exercício dos poderes legislativo e executivo.

Não obstante, 5 pontos positivos são destacados pela pesquisa, representados pela infraestrutura de inovação e conhecimento (55,4%), posição geográfica estratégica de Campina (46,6%), condições climáticas (39,7%), força do comércio e da prestação de serviços (27,5%) e serviços avançados nas áreas de informática e comunicação (23,5%).

Mas, os 5 principais problemas que a cidade deve resolver com prioridade estão na violência urbana (71,3%), no acesso e qualidade de atendimento na saúde (38,2%), engarrafamentos e dificuldades de locomoção (33,6%), falta de investimentos estruturais (24,1%) e má qualidade dos serviços públicos (23,2%).

Instados ainda sobre quais as prioridades imediatas para os próximos 4 anos, as respostas apontaram como as 5 primeiras preocupações dos entrevistados a redução da violência urbana (64,0%), viabilização de novas alternativas viárias (44,5%), ampliação e melhoria do sistema de saúde pública (40,8%), melhoria da qualidade de educação (33,7%) e integração e ampliação do transporte público (24,7%).

Com vistas ao longo prazo as respostas dadas contemplaram para um período de 15 a 20 anos o anseio de um polo de desenvolvimento tecnológico (52,0%), baixos índices de violência (34,0%), qualidade da oferta de educação superior e pesquisas (32,0%), transporte coletivo eficiente e acessível a todos (26,0%), e empatados (25,0%) pelo logístico de alta eficiência e educação pública fundamental de qualidade.

Tais indicadores são importantes para os administradores públicos da cidade, pois sinalizam os problemas atuais observados pelos campinenses, dando-lhes meios de traçarem diretrizes de futuras políticas públicas que realmente venham ao encontro dos anseios da população.

Todos estes pontos são cruciais, porém permito-me destacar dentre eles a questão da viabilização de novas alternativas viárias e integração e ampliação do transporte público.

Como se sabe, o trânsito em Campina Grande tem sido um problema que se avoluma ao longo do tempo, não obstante os permanentes estudos e adoção de medidas para sua adequação e melhoria proporcionados pelos órgãos setoriais. O trânsito nas cidades requer bom planejamento que alcance não só a sua fluidez, mas a segurança das pessoas que trafegam em seus veículos ou que caminham a pé.

Não é por menos que o Código de Trânsito Brasileiro dispõe no artigo primeiro que o trânsito deve apresentar condições seguras e que os órgãos de trânsito respondem objetivamente por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro.

Questões relacionadas com transporte coletivo, paradas de ônibus, circulação de ônibus interbairros e intermunicipais, fluxos de trânsito, placas de sinais de trânsito e semáforos, espaços proibidos às paradas e estacionamentos de veículos, estacionamentos privativos, estacionamentos rotativos tipos zona-azul, passeios e canteiros e praças de taxis, entre outros, integram as pautas das discussões em foros apropriados que a cidade tem promovido. No entanto, são temas constantes de análises, ante o crescimento da produção nacional de automóveis incentivado por políticas públicas, que repercutem no planejamento do trânsito das cidades.

Recentemente a STTP – Superintendência de Trânsito e Transportes Públicos de Campina Grande anunciou um projeto de retirada das árvores da Avenida Floriano Peixoto, para dar maior vazão ao fluxo de veículos no

centro da cidade. Porém, grupos de pessoas se movimentaram nas redes sociais pugnando pela conservação daquelas árvores, tanto pela idade das mesmas, plantadas que foram há mais de meio século, quanto pela necessidade de árvores em toda a cidade, cada vez mais carente para melhor preservação do meio ambiente e da vida dos seus cidadãos.

A STTP divulgou nota informando que a frota anual de veículos em circulação em Campina Grande é da ordem de 136.000 unidades, com média de cadastramento no DETRAN – Departamento de Trânsito de 30 carros novos por dia. Tal volume de veículos tem propiciado trânsito lento em vários trechos das vias públicas, notadamente entre o Açude Novo e o Viaduto na Avenida Floriano Peixoto, cujo fluxo se acha comprometido com média de 5,3 km/h, requerendo a implantação de faixa exclusiva para ônibus para possibilitar maior fluidez do trânsito e transporte de maior número de pessoas.

Disse a STTP que não pretende simplesmente retirar as árvores, mas replantá-las na Avenida Manoel Tavares e em outros locais da própria Avenida Floriano Peixoto, inserida tal pretensão em projeto que se encontra sob a análise do Conselho Municipal do Meio Ambiente e da Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente. Este é outro dado que se insere na discussão, que cada projeto deve conter, ou seja, o tratamento dispensado ao meio ambiente.

Todo projeto de modificação ambiental deve ser analisado sob vários aspectos, o técnico, o econômico, o social e em especial o do impacto ambiental. Campina Grande há tempos que exige uma política pública de educação ambiental e de plantação de árvores, pois, necessitando de pelo menos 700.000 árvores dispõe hoje de 65.000, segundo os ambientalistas.

Assim, é conveniente que o projeto da STTP venha a ser discutido amplamente, não apenas com órgãos do próprio município, mas com a sociedade organizada através de suas entidades de proteção ambiental e de desenvolvimento social, tais como a Sudema, a Federação das Indústrias, a Associação Comercial, o Clube de Diretores Lojistas e outras. A audiência pública pode ser o primeiro passo para compatibilizar os interesses do poder público e da sociedade.

O Brasil necessita rever sua política de transportes e sua malha de tráfego, para permitir o planejamento de investimentos para as ferrovias, viabilizando o transporte de passageiros por linhas férreas. Historicamente, as desativações ao longo do tempo das ferrovias

contribuíram para a elevação dos custos de transporte. Sob a alegação de inviabilidade econômica o governo federal começou a desativar diversos trechos pelo país. Na verdade, os sistemas ferroviários foram sendo privatizados, em face da política neoliberal. A maioria das estradas de ferro já não transporta pessoas, mas sim cargas, produtos pesados e de grandes volumes, minerais, cimento, grãos, em geral destinados à exportação.

Neste sentido, a STTP havia iniciado estudos para a implantação do sistema de Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), para melhorar a mobilidade urbana em nossa cidade. VLT é algo como um metrô de superfície, porém mais rápido que o metrô convencional já que utiliza veículo mais leve. O Mobile 2, protótipo mais adequado segundo os estudos preliminares da STTP, teria a capacidade de transportar 358 passageiros por viagem e 10.000 passageiros em uma hora nos horários de pico.

O projeto de viabilidade técnica que sinaliza a possibilidade de sua implantação viria beneficiar a população dos bairros, dentre os quais os de Pedregal, Malvinas, Catolé e o Distrito Industrial, além de permitir ramificações com os terminais de integração de linhas de ônibus da cidade.

Este tema já havia sido objeto de minhas crônicas, sugerindo ao Poder Público Municipal o aproveitamento da linha ferroviária que dispõe Campina Grande e que se encontra ociosa. Lembro-me que por ocasião das comemorações do centenário da chegada do trem a Campina Grande no Largo da Estação Velha, onde falei ao público presente apresentando o livro Memórias da Modernidade Campinense: 100 Anos do Trem Maria Fumaça, obra coletiva na qual sou coautor, encerrei minha oração sugerindo ao Prefeito Municipal aquela mencionada integração.

Dizia-lhe que temos uma grande parte da cidade, de forte densidade populacional, que a linha do trem por ela passa: Estação Velha, Liberdade, Santa Rosa, Malvinas, Bodocongó, além dos Distritos de Galante e São José da Mata. Mas ela está lá, vazia, esquecida, abandonada. Parcerias público-privadas poderiam contribuir para essa integração – trem, vlt e ônibus – barateando o custo do transporte para a população mais pobre.

Campina Grande não tem que ter apenas o Trem Ferroviário que desliza nos trilhos de Campina a Galante em alguns dias de O Maior São João do Mundo. Campina Grande tem que ter mesmo todos os dias é o Trem Ferroviário, a exemplo do que tem João Pessoa, para a qual se desloca

em trem urbano parte do contingente laborioso das cidades vizinhas de Santa Rita e Bayeux.

Pondo de lado a má prática nacional de que obras ou projetos de governos anteriores não devem ter continuidade pelos que lhes sucedem, desperdiçando-se assim o dinheiro público, é de se esperar que o projeto possa ser reanalisado e implementado saindo do papel e das intenções. A cidade requer que o trânsito seja melhorado nos seus fluxos de veículos e a população de baixa renda necessita ser aliviada nas suas despesas de transporte. Com isto o sonho do campinense dinamarquês Cristiano Lauritzen será reavivado, e Campina Grande entrará em nova fase de crescimento produzindo melhor qualidade de vida a seu povo.

Que a fibra de Cristiano Lauritzen, sua tenacidade, seu ideal de progresso, permaneçam para sempre na fleugma da cidade, como exemplo da persistência e da vontade política que devem guiar os governantes em favor de nossa gente. O escritor Cristino Pimentel já havia cobrado homenagem póstuma a Cristiano, com a aposição de seu busto numa das praças da cidade, por seus inúmeros e inestimáveis serviços prestados. Mas, quem sabe, ao invés de um busto, um metrô de superfície cognominado Cristiano Lauritzen? Fica a sugestão para estudos de viabilidade técnica, econômica e política.

Campina: Grande, apesar dos pequenos

Lenildo Ferreira

A marca de cidade progressista, o papel proeminente no cenário nordestino, a relevância no contexto cultural e tecnológico do país são atributos bem consolidados do perfil de Campina Grande. As qualidades da Rainha da Borborema, tantas vezes cantadas em verso e prosa, são muito mais do que apenas loas de poetas apaixonados, políticos loroteiros e artistas arrebatados, e vão muito além do mero ufanismo de uma gente por demais ciosa da sua terra. Na verdade, mesmo quando era apenas um burgo simplório e inexpressivo encravado no interior de um dos menos importantes estados do país; mesmo quando não passava de uma comunidade pequena cujo mérito mais destacado era a privilegiada posição geográfica em relação ao trânsito entre a capital do estado e os sertões; mesmo quando a grandeza manifesta no nome figurava somente como uma qualificação distintiva para uma campina maior que o comum; mesmo naqueles idos não tão distantes – hoje podemos ver – a cidade demonstrava respirar um ideal de progresso e expirar uma perspectiva de crescimento que atraía forasteiros e seus projetos de plantar nesta terra sonhos para colher realizações.

Foi essa aura que atraiu viajantes de regiões vizinhas e plagas distantes, os quais, ao aportar na Serra da Borborema e lançar olhos sobre o humilde ajuntamento, pareciam penetrar o futuro, antever o progresso que se confirmaria no caminhar dos anos. Essa fé, essa aposta e essa esperança caracterizam o cerne dos relatos de descendentes de alguns daqueles precursores que se tornaram figuras de sucesso no comércio, na indústria e na política da cidade. Não por acaso o professor Fernando Silveira – um campinense nascido no Ceará – registrou no Hino de Campina Grande

o famoso verso “Canaã de leais forasteiros”. Se a Canaã dos hebreus era terra onde manava leite e mel, a Canaã da Borborema vertia sonhos e ideais. Fomos um entroncamento de caminhos, um aldeamento de índios, um entreposto de comércio. Tornamo-nos “capital do trabalho”, expoente econômico, polo cultural, educacional e tecnológico, centro de saúde para paraibanos da maioria das cidades do estado.

Ao lançar olhos pela jornada percorrida pela Campina Grande de ontem e de hoje, na busca dos indícios do que esperar da Campina Grande de amanhã, uma faceta de grande valor salta-nos à vista: o progresso da cidade se deu a fórceps, sem o apoio e, na verdade, muitas vezes com a imposição de obstáculos pelo poder público. Ao lançar olhos sobre a Campina de ontem e de hoje, pondo de lado os óculos da paixão e do bairrismo, deparamo-nos com constatações preocupantes em cenários de estagnação, desenvolvimento insatisfatório e mesmo de retrocesso, que precisam ser confrontados, discutidos e remediados a tempo, ao invés de empurrados com a barriga para debaixo do tapete da indiferença e da negação. Ao lançar olhos sobre a Campina Grande de ontem e de hoje, é possível enxergar, claramente, a necessidade de revolvermos esse passado, recontá-lo às gerações atuais e à posteridade, como um legado de honra, de coragem, de empreendimento, de construção, da moldagem de um amálgama humano tão impressionantemente heterogêneo quanto surpreendentemente bem-sucedido. Uma lição de autoestima, de encorajamento, de ânimo em tempos de desesperança para revigorar nossa luta em favor da Campina Grande que queremos para o amanhã.

○ progresso a fórceps

Foram diversos ciclos de batalhas políticas para que a vocação desenvolvimentista da Rainha da Borborema pudesse se confirmar. Em linguagem clara, é preciso dar relevo ao fato de o crescimento da cidade ter ocorrido pela força do seu povo, filhos naturais e adotivos que, enfrentando todas as adversidades e, via de regra, confrontando a falta de suporte ou estímulo dos poderes públicos, construíram Campina como uma cidade grande. É possível ver, porque é mesmo evidente, que, desde os primórdios, desde o aldeamento dos ariús até o presente, salvas as poucas exceções, a classe política pouco contribuiu com o progresso de Campina Grande. E, na verdade, em não poucas ocasiões, essa mesma classe política – incluindo a ação de políticos campinenses – ajudou a estorvar o caminho da cidade.

Em seu Datas Campinenses, Epaminondas Câmara registrou, na página 30, tal realidade, ao referir-se à cidade no período em que foi alçada à condição de vila. “Quase nenhum melhoramento público possuía, de vez que as rendas provinciais eram totalmente invertidas em serviços na capital, e as municipais, escassas e mal arrecadadas, mal chegavam para as lutas políticas e para o pagamento dos funcionários da Câmara” (1).

Esse desamparo chegou até a Campina Grande cidade, como relatam outros autores, e a perseguiu mesmo após já desenvolvida, pujante e fundamental ao cenário paraibano. Até hoje, raramente, muito raramente, o município recebe atenção à altura merecida por parte das gestões estaduais. E, da mesma forma, frequentemente é ainda vista pela classe política como mero trampolim para chegar a cargos mais elevados.

Mencionar nomes seria prolixo, beligerante, injusto e desnecessário. Prolixo porque, em verdade, é bem menos extensa a lista com figuras políticas cuja contribuição de fato ao desenvolvimento de Campina Grande extrapolou a mera praxe de ações convencionais das competências administrativas, ou seja, aqueles que foram além do pouco que os cargos ocupados naturalmente permitiam e prometiam. Seria beligerante porque, decerto, feriria suscetibilidades, vaidades inesgotáveis, orgulhos e egos inflados de tantos e tantos que se jactam de (supostas) incontáveis benfeitorias a esta terra. Injusto não tanto pela dificuldade de prestar tributo preciso àqueles que muito fizeram quanto pela impossibilidade de relacionar todos os que poderiam ter feito muito mais e deixaram de fazer. Desnecessário porque, para todos os efeitos, esse rol é menos importante que a premissa em questão: Campina fez-se grande apesar dos pequenos.

Outro cenário a ser considerado é o da Campina Grande de hoje, sua realidade econômica, política e cultural, num exercício que, aliás, era típico dos nossos pioneiros: buscar projetar o futuro, estabelecer os mecanismos necessários à garantia do desenvolvimento da cidade. Não há progresso divorciado do planejamento. Se essa regra vale plenamente até para um pequeno negócio de fundo de quintal, quanto mais para uma cidade do porte da Rainha da Borborema. É preciso planejar, projetar, buscar caminhos que assegurem a manutenção nos trilhos do progresso, a despeito de todas as adversidades que surgirão nessa estrada. Conscientes ou não, os pioneiros campinenses não se limitaram apenas à busca do atendimento das próprias necessidades, mas empreenderam esforços que definiram os rumos da nossa urbe.

O presente real

No final de 2011, já sob os ares da pré-campanha municipal, o empresário José Artur Almeida, o Artur Bolinha, que disputaria a eleição majoritária pelo PTB, apresentou um comparativo do crescimento democrático de sete cidades do interior nordestino (2), para respaldar seu discurso de que, em quatro décadas, Campina Grande cresceu, proporcionalmente, menos que aqueles municípios, a saber: Arapiraca (AL), Vitória da Conquista (BA), Petrolina (PE), Juazeiro do Norte (CE), Juazeiro (BA), Caruaru (PE) e Feira de Santana (BA). Em um quadro, o então pré-candidato mostrava, por exemplo, que, enquanto Campina saltou dos 195 mil habitantes em 1970 para 385 mil em 2010, Feira de Santana pulou, no mesmo período, de 187 mil habitantes para 556 mil, Vitória da Conquista de 125 mil para 306 mil, e Petrolina de 61 mil para 293 mil. O empresário, interpretando os números, afirmou que “o crescimento da população de uma cidade é um indicador claro do seu nível de desenvolvimento econômico”.

Ou seja, pelo entendimento firmado por Artur, um menor crescimento populacional, comparativamente a outras cidades expostas a mais ou menos as mesmas condições gerais, implica em uma evidência de estagnação ou, pelo menos, nítida desaceleração do processo de crescimento. “Há um trânsito incessante de gente de estado para estado, de cidade para cidade, procurando, primariamente, o melhor lugar para, nele se estabelecendo, poder trabalhar, empreender, garantir o sustento da família, melhorar de vida. Não é por acaso que os maiores centros financeiros do país são os que registram maior densidade populacional. O raciocínio é bem lógico”, complementou Artur. À época, o então prefeítavel apresentou outros dados, com números referentes à economia, que também mostravam Campina Grande avançando em menor velocidade que as cidades do comparativo. Não cabe, por ora, uma exposição detalhada de planilhas e, ademais, a análise, como qualquer avaliação, é passível de divergências.

Entretanto, os dados do empresário-político têm sua relevância, sobretudo quando lançados em um contexto mais amplo. Em alguns setores importantes, Campina Grande, realmente, parou no tempo ou andou para trás. E poucos segmentos são tão claros nesse sentido quando o das comunicações. Em termos de televisão, o cenário não anima, mais, apesar

dos pesares, é o “menos pior”, tendo registrado alguns avanços, a exemplo da chegada, em 2006, da TV Itararé, que, contudo, ainda carece de uma maior penetração. As TV’s Paraíba e Correio, principalmente a segunda, seguem no papel coadjuvante de complementar a grade das emissoras da rede na Capital. A TV Borborema, primeira da Paraíba e de todo o interior do Nordeste, ainda mantém-se viva, a despeito das limitações estruturais e das constantes especulações sobre seus destinos.

No que se refere ao jornal impresso, porém, o quadro é desanimador. Com o fechamento, pelos Associados, do Diário da Borborema, em 2012, a segunda principal cidade do estado e uma das mais importantes do Nordeste deixou de possuir um jornal local. O Correio da Paraíba, campeão de vendas no estado, mantém sua sucursal na cidade, mas jamais conseguiu uma maior identificação com Campina – e nem parece preocupado com isso. O Jornal da Paraíba, nascido campinense, naturalizou-se pessoense de corpo e alma. Hoje, mantém modesta redação em Campina, que cada vez mais tem reduzido o espaço nas suas páginas, e sempre sob a ameaça de um encolhimento ainda maior. O jornal oficial do Governo do Estado, A União, completou 120 anos sem conseguir superar os 120 quilômetros que separam a capital da Rainha da Borborema. É, ainda hoje, um jornal pouco conhecido e pouco expressivo em Campina.

Quanto ao rádio, à exceção de três emissoras comunitárias, inteiramente divorciadas do desiderato deste tipo de veículo e, inclusive, no geral dirigidas com mão de ferro por diretores que figuram como verdadeiros proprietários, há muito a cidade não “ganha” uma nova rádio. E mais, a marca geral é de ausência de profissionalismo e profunda vinculação direta, ou, mais claramente, subordinação em relação aos grupos políticos, caso da Rádio Cariri AM, propriedade da família Ribeiro. A rádio Borborema, dos Associados, sofreu uma violenta descaracterização pelo grupo de Assis Chateaubriand ao ter seu nome trocado para um muito genérico, Clube. A emissora passou por reformas, ganhando instalações modernas e ensaiando um avanço no mercado, mas o projeto, até hoje, não decolou. A Caturité, controlada pela igreja católica, segue a linha de arrendamento de horários e nenhum avanço. Também comandada por políticos, a rádio Cidade, embora com sede em Esperança, costuma ser contada na sôfrega lista de emissoras campinenses, mas, além das dificuldades das demais rádios AM, ainda sofre com uma péssima qualidade de sinal.

No caso das FM's, o aspecto é também de estagnação. O rádio campinense, na verdade sofreu, mais recentemente, um duro revés, com a prática da programação em cadeia. Maiores, mais fortes e mais robustas financeiramente, as rádios de João Pessoa engoliram as da Rainha da Borborema. Os campinenses, antes concentrados nas notícias da cidade, hoje, em índice expressivo, ouvem diariamente noticiaristas da capital discutir a capital e, em quadros ou espaços devidamente marcados, o interior. E Campina Grande, nessa estrutura, passa a, via de regra, figurar como apenas mais uma cidade do interior. O cenário ficou tão absurdo que, em 2012, candidatos a prefeito deslocaram-se até João Pessoa para participar de debates eleitorais, inclusive em uma emissora que sequer tem sinal aberto, coisa até pouco tempo impensável. Até mesmo portais e blogs não sobrevivem se focados prioritariamente em Campina. Esse encolhimento das comunicações é um sinal que não deve ser enganosamente atribuído apenas a mais um efeito da globalização ou da transformação do perfil das comunicações ou ao fato de a estrutura administrativa do estado estar na capital. Não é. As causas são, também, locais, mesmo porque, como é evidente, o segmento das comunicações reflete o vigor de cada região – não por acaso os principais centros concentram as principais empresas de comunicação.

O que há é mais uma conseqüência de uma cidade que, nos últimos anos, se viu obrigada a comemorar com pompa reforma de posto de saúde, inauguração de iluminação pública e de academias populares. Uma cidade que, para conseguir adquirir um prédio de R\$ 3,7 milhões para instalação de um pequeno hospital, teve que vender um imóvel público. É preciso, deixando de lado as paixões, reconhecer que Campina Grande, nas últimas décadas, não cresceu o quanto poderia e deveria ter crescido. A classe política em geral, que jamais contribuiu tanto quanto era de sua obrigação para com o progresso da cidade, continua, na poeira da intensa e encarniçada guerra pelo poder, fazendo pouco. Como no passado, o progresso de Campina dependerá da ação da sua gente. A elite econômica da cidade não pode continuar acreditando que já faz tudo o que pode por gerar emprego e pagar impostos. Num contexto em que boa parte da população, inclusive os formadores de opinião, tem sua voz estrangulada pela dependência do poder, é fundamental que quem tem voz a use – e em alto tom.

Entidades empresariais, por exemplo, precisam assumir papel mais efetivo e abrangente, cobrando, tornando a cobrar, provocando o debate,

incitando a mobilização da sociedade e propondo saídas e alternativas. Os intelectuais também deveriam assumir postura proativa, dentro das suas possibilidades. No entanto, como costuma acontecer no país, na brava Campina o intelectualismo passou a se resumir, com raríssimas exceções, ao exercício frívolo do culto à própria personalidade e uma feliz existência nefelibata. A imprensa, por fim, pela profunda dependência econômica, não tem liberdade, autoridade e expressividade para fazer muito. Em suma, é mister que quem pode fazer, quem pode, como nossos predecessores, erguer a voz, tomar a vanguarda da batalha pelos destinos de Campina Grande, que o faça! E sem maior perda de tempo.

○ futuro no passado

Campina Grande é uma cidade de história rica e pulsante. Não vai nisso nenhum bairrismo. É fato. Nascemos e crescemos pelas forças das nossas próprias mãos, contrariando perspectivas e superando desafios e impedimentos. A nossa história é a história de homens e mulheres que forjaram seu próprio destino e os rumos da comunidade no cotidiano da luta pelo sucesso, pelo progresso, pelo desenvolvimento. Nossa história, sobretudo em um momento em que as crises, as adversidades e a própria globalização parecem corroborar com um processo lento, porém evidente, de perda de identidade, não pode ser vista apenas como um registro do passado. Nela encontramos a gênese da nossa existência, como povo forte, um amálgama de culturas, credos e caracteres sociais, uma gente que foi buscar com as próprias mãos o desenvolvimento. A nossa história pode, por fim, aquecer a fé e a coragem para que, um pouco além da luta de cada um pela própria vida, possamos nos empenhar para sermos, quem sabe, protagonistas de um novo legado de progresso para Campina Grande.

Infelizmente, a Rainha da Borborema, pródiga em dar à luz tipos incríveis, virou mãe de um segmento intelectual (?) que, sobraçando amarras enormes para manietar a História, a enfurnam em baús abertos somente em cerimônias impenetráveis de culto estranho em que se queima o incenso da arrogância no altar da inutilidade. São, em linguagem direta, os “donos da História”, que julgam os que estão fora do seu círculo restritíssimo – que cheira a mofo e naftalina velha – como hereges que ousam, de forma blasfema, penetrar na seara da História sem consultar ou curvar-se aos seus oráculos. Aí estão os registros de Campina

Grande perecendo, em relíquias impressas há décadas, sem chegar ao conhecimento dos jovens e da população como um todo. Aí está nossa história clamando por novas revelações, novas pesquisas a serem trazidas a público. Há tanto a ser feito e os que se julgam os deuses do Olimpo da Borborema não o fazem. E não apenas por preguiça. Pior! Porque querem ser donos do conhecimento, aquele tipo que procura se manter informada simplesmente para saber o que os outros não sabem.

O fato é que a história de Campina Grande forma um livro aberto em que, no geral, tudo foi até hoje muito pouco revolvido. Nesse sentido, os “donos da História”, ao invés de trazerem ao prelo trabalhos efetivos, ainda torcem o nariz para quem se aventure a fazê-lo. Não por acaso é inegável que a maior contribuição dada ao resgate da história campinense na última década ficou por conta de uma página na internet, um blog, Retalhos Históricos de Campina Grande (3), obra de um administrador e bacharel em direito, Adriano Araújo, e um administrador e contador, Emmanuel Sousa. Nenhum dos dois senhor da História, fato que incomoda quem não compreende que a dupla, assim como outros interessados no assunto, não tem a menor pretensão de ocupar o espaço dos historiadores ou ignorar a importância dos “decanos iluminados”. São, isso sim, apenas campinenses apaixonados pelo torrão e sua história, que sentem a necessidade de contá-la e transmiti-la e, é fato, conseguiram, com um singelo blog, inscrever seus nomes no rol dos que deram contribuição relevante à nossa cultura. A lição do trabalho destes dois campinenses é valiosa. A cidade, as gerações atuais e a posteridade precisam de iniciativas assim.

Que os baús sejam abertos, que as gavetas e armários velhos sejam revirados, que os idosos sejam questionados e entrevistados, que a história da nossa terra e dos seus personagens seja contada, revelada, revivida! Que a Campina Grande de hoje possa se reencontrar com a pequena campina dos pioneiros, com a Vila Nova da Rainha, com a cidadezinha que exultava à chegada, pela primeira vez, do trem. Que Campina Grande busque, para ser no futuro a cidade progressista que ontem já foi mais que hoje, as lições do passado, contrapondo-as aos ensinamentos do presente. Não há especulações a serem feitas sobre o futuro da cidade porque o futuro será o produto das ações e decisões do presente. Campina precisa – missão árdua – libertar-se das paixões políticas, exercitar a autocrítica, ter sua sociedade mobilizada em prol do interesse comum. Campina, para

ser sempre grande, precisa ser senhora do seu destino, entregando-o nas mãos do seu povo, povo que construiu tudo o que aí está e que há de fazer a Campina Grande de amanhã confirmar sua vocação progressista, seu papel proeminente no cenário nordestino, sua relevância no contexto cultural e tecnológico do país. Como profetizou Félix Araújo, “Esta terra de bravos / Não será terra de escravos / Nem reinado de opressão”.

Referências

(1) Epaminondas Câmara, Datas Campinenses, Campina Grande: RG Editora e Gráfica, 1998, p. 30.

(2) Índices populacionais evidenciam: Campina cresce menos que cidades do mesmo porte no NE. Blog do Artur Bolinha. Disponível em < <http://josearturcg.blogspot.com.br/2011/09/indices-populacionais-evidenciam.html> >

(3) <http://www.cgretalhos.blogspot.com.br/>

Luz, câmera, Campina: Hollywood pode ser aqui

Rômulo Azevêdo

A primeira vez que Campina Grande viu uma câmera de cinema foi em 1926, quando esteve na cidade o fotografo e cineasta Walfredo Rodriguez – conhecido como o “pai do cinema paraibano” – que veio filmar algumas cenas para o seu documentário “Sob o céu nordestino”.

O filme de longa-metragem mostrava aspectos positivos da Paraíba para exibição no sul do país. Walfredo queria mostrar ao resto do Brasil que o estado também tinha coisas boas prá ser ver.

Em Campina Grande ele filmou o movimento nas ruas do centro, a feira e a fabricação de redes no município. O documentário tinha oito partes, Campina aparecia na quarta parte.

Era a produção cinematográfica, o fazer cinema, chegando por aqui e já revelando uma certa vocação da cidade para este tipo de atividade econômica.

Vocação que vai se afirmando a partir das décadas de 1950 e 1960 quando cinegrafistas como José Cacho e Soter Farias saiam pelas ruas empunhando suas câmeras de 16 milímetros (movidas à corda) registrando imagens da cidade. Lamentavelmente, a maior parte desses filmes foi perdida pois ninguém se preocupou em preservá-los.

Ainda nos anos 50 um grupo de abnegados montou uma empresa para produzir cinejornais para exibição nos cinemas locais, mas só ficou no entusiasmo.

A década seguinte, 1970, foi de efervescência na produção cinematográfica local por dois motivos: a necessidade do mercado de se produzir filmes publicitários para exibição na única –na época– televisão do estado, a Tv Borborema e a implantação da Cinética Filmes a produtora do fotografo e cineasta Machado Bitencourt.

Antes da Cinética Filmes ser implantada(a empresa surgiu em 1974) os filmes publicitários eram precariamente produzidos pelo cinegrafista Odilon Felisberto, o Odycline.

Além de produzir os filmetes para agências locais, Odycline também trabalhava como repórter cinematográfico da Tv Borborema filmando as reportagens dos primeiros telejornais da televisão paraibana.

Mas foi a Cinética Filmes de Machado Bitencourt , o capítulo mais importante desta história pioneira da produção cinematográfica em Campina Grande.

Machado instalou no bairro do Monte Santo – no final da rua João Suassuna-uma completa estrutura cinematográfica, com laboratórios para revelação e cópiagem dos filmes, gravação de áudio, e um grande estúdio profissional para gravação de filmes e comerciais.

Os filmes eram produzidos na bitola de 16 milímetros, em preto e branco e em cores. A bitola foi escolhida porque era compatível com o telecine da tv Borborema que exibia filmes neste padrão. Outro motivo para esta opção foi o barateamento dos custos, pois os filmes rodados em 16 milímetros eram mais baratos do que os filmes rodados em 35 milímetros que é a bitola usada nos cinemas comerciais.

A usina de filmes da Cinética não parava pois além de atender ao mercado publicitário local, a empresa fazia trabalhos em outros estados da região com o Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas.

Foi nesta ebulição que Machado Bitencourt resolveu ousar produzindo dois filmes de longa metragem usando a estrutura da Cinética.

O primeiro deles, filmado em preto e branco, foi “Maria Coragem” realizado em 1977 em co-produção com a então Universidade Regional do Nordeste(hoje UEPB).

Em 1982 ele fez “O caso Carlota” uma super-produção(para os padrões locais)filmada em cores e que teve lançamento no cinema Capitólio, ficando uma semana em cartaz.

Mais uma vez a Cinética contou com o apoio da universidade na realização de mais um longa da produtora.

A chegada das primeiras câmeras e gravadores de Vídeo Tape portáteis , barateando ainda mais os custos de produção dos comerciais televisivos, e a instalação das primeiras emissoras de tv da capital, foram fatores que forçaram a mudança da Cinética de Campina Grande para João Pessoa onde encerrou suas atividades no final da década de 1990.

A Cinética mostrou que era possível manter uma atividade cinematográfica regular em Campina Grande, e deixou como legado a profissionalização do mercado publicitário local e a formação de técnicos cinematográficos através de suas produções comerciais e universitárias de curta e longa metragens.

E hoje, que condições a cidade reúne para se tornar “uma hollywood”? No meu entendimento, todas.

Passados tantos anos das iniciativas pioneiras de Machado Bitencourt, o mercado televisivo local foi ampliado, os comerciais produzidos por aqui alcançam qualidade de alto nível graças aos seus realizadores, a maioria deles com formação acadêmica qualificada oriundos dos cursos de Arte e Mídia e Publicidade oferecidos por escolas locais.

A digitalização dos equipamentos cinematográficos é outro fator positivo, uma oposição vantajosa aos altos custos dos filmes feitos com película.

Tudo isso sem falar nas grandes ferramentas para o fazer fílmico oferecidas pela informática através de programas fantásticos que podem transformar qualquer estúdio de “fundo de quintal” em uma grande produtora blockbuster.

Graças a informática, hoje em dia as produções cinematográficas não são mais fixas de um único território, muitas vezes os filmes são feitos em partes cada uma delas produzidas em países diferentes.

Os estúdios Disney, por exemplo, já usam essa prática há muitos anos e muitos desenhos animados da produtora são “desenhados” aqui no Brasil – e em outros países- por desenhistas locais.

O suporte dado pelas universidades locais – A Universidade Federal de Campina Grande e a Universidade Estadual da Paraíba –na formação de mão de obra qualificada para o trabalho cinematográfico , é outro diferencial importante nesta candidatura vocacional de Campina Grande para se tornar uma “hollywood regional”.

E quando falo em Hollywood estou me referindo apenas ao maior ícone da indústria cinematográfica mundial, não estou sugerindo uma imitação dos modelos produtivos dos estúdios instalados naquele subúrbio de Los Angeles na Califórnia, até porque já tivemos aqui no Brasil várias tentativas frustradas de imitar o modelo hollywoodiano, sendo a mais celebre o caso Vera Cruz a produtora fundada pela burguesia paulista/italiana que tinha a pretensão de ser a “hollywood dos trópicos”.

Voltando ao tempo presente, acredito que o momento é muito propício para a atividade cinematográfica econômica, podendo gerar renda e ocupação para muita gente.

O século 21 tem reafirmado o papel de protagonista que a linguagem audiovisual ocupa em nossas formas de comunicação e informação, o audiovisual esta presente em todos os lugares: nos computadores, nos games, nos celulares, nos tablets e até nos cinemas e televisões.

E é preciso produzir conteúdo para estes veículos, muito conteúdo porque a oferta de canais para exibição desses produtos é cada vez maior. Vivemos uma era digital onde cada canal é multiplicado por oito, nove, dez cada um deles oferecendo programação diferenciada e variada.

E a indústria de videogames, que ja supera hoje em dia – em lucros - a indústria cinematográfica?

Por que não transformar a cidade em um polo industrial de produção de games, usando para isto toda uma herança cinematográfica?

É preciso criar políticas públicas para o incentivo desse tipo de atividade altamente lucrativa, temos que acabar com esse complexo ruralista que enxerga apenas as atividades agropecuárias e comerciais primárias, como alternativas econômicas viáveis para o município.

Unindo a produção de cinema a produção de games, Campina Grande pode enfim revelar toda a sua vocação para o fazer audiovisual despontando no nordeste como um importante polo de produção regional. Até as condições naturais nos ajudam pois temos luz natural praticamente o ano inteiro , cenários deslumbrantes para qualquer produção e mão de obra abundante.

Sem falar na boa infraestrutura da cidade e a proximidade com as outras regiões do estado: litoral, brejo, sertão, cariri e curimataú. Indicadores que contam muito quando se trata da instalação de um polo para produção audiovisual.

Vamos pensar grande os indicadores econômicos internacionais apontam que a indústria do entretenimento, via audiovisual, é a que mais cresce a cada ano faturando bilhões de dólares em todo mundo.

Se temos as condições porque não tentamos entrar nesse mercado privilegiado?

É preciso ousar para se poder chegar lá, é preciso mudar a mentalidade empresarial/industrial campinense temos talentos latentes nestas áreas esperando apenas uma oportunidade.

Gente muito criativa que pode fazer a diferença neste mercado tão competitivo e lucrativo.

Pode parecer absurda essa ideia, mas no mundo globalizado de hoje tudo é possível.

Temos visto exemplos na internet de mídias alternativas que conquistam grandes audiências em todo planeta, com ideias simples e originais que cativam o público.

Muita gente não sabe que atualmente são produzidos cerca de 30 filmes –de curta e média metragens– em Campina Grande por ano.

É pouco, mas já é um começo

Quem se habilita em investir no negócio?

Opus discontinuum

Josafá de Orós

Parodiar título de uma obra do imortal jornalista, poeta e crítico literário Ivan Junqueira sem a elegia, e sem o elogio apriorístico, mas ,molhado e envolvido num mergulho crítico-crítico sobre a história e os destinos de uma cidade, não é tarefa das mais fáceis, notadamente quando a cidade da qual pretendemos falar é uma cidade linda e arcaica, que vem ao longo dos anos provocando encantos e entusiasmos em nativos e forasteiros, muitas vezes escondendo, eventualmente expondo seus esdrúxulos paradoxos, evidenciando lirismo e caos, compleição poética e violência escancarada.

O presente texto não é propriamente um ensaio acadêmico ou mesmo algum exercício que se queira de crítica de arte ou de uma pretensa sociologia de processos ocorridos em contextos quaisquer que sejam, pois, o mesmo, é tão somente uma breve exposição de uma visão relativamente impressionista do *modus operandi* de uma cidade a partir da própria práxis e empiria do autor, que, sendo protagonista de algumas tantas situações reais e concretas, no texto, essas experiências são apresentadas como componentes excluídos do que viria a ser uma possível história cultural do município. Como sujeito histórico o autor situado em tantos processos e contextos, não se indispôs nem se omitiu ao longo dessa trajetória em refletir e laborar, muitas vezes motivado por uma permanente indignação com esse processo histórico-cultural que, ao que parece vem condenando a municipalidade a supostamente consolidar castelos sobre pântanos, construir paraísos e monumentos artificiais para conformar sua própria ilusão

ou a desenhar com ar de bruma e penumbra o que chamo de uma falsa mística sobre si mesma e ao vir se dando a prazeres e satisfações por acontecimentos mornos, corriqueiros e sem força inovadora alguma. Perfilando e conformando dessa maneira a Rainha da Borborema como uma bela e imponente estátua de pedra e sal. Que tessitura saem das mãos dos artesãos-cidadãos para cobrir o monte de Vênus da Rainha. Sobre a crista da Borborema, apenas o rei está nu? Como a Gérard Nerval golpearam Rainha a tua cabeça para escondesses na obscura memória as gárgulas de olhos grelados e línguas secas que bebiam nossos destinos? Serão aqueles artistas quarentões zumbis suicidados, como Van Goghs, pela sociedade?

Por vezes, pela agudeza de algumas tomadas, por considerar a urgência de um debate honesto e perscrutador de luzes e saídas para o desenvolvimento de uma cidadania plena com comida, dormida tranquila, saúde, educação, emprego, lazer, beleza, cultura, ócio, cio, e... o nosso texto que se quer sal, é, por vezes tempero, por vezes, como Cioran, Artaud, Nietzsche - não peço que não se espantem - é ácido, é substância corrosiva. É mergulho no absurdo do cotidiano. É desespero diante naniquite da política e dos políticos que na arena fazem profissão e iníqua riqueza.

Com uma lupa limpinha

Não disse ainda mas digo agora, a escritura que aqui se desenha não observa cronologias nem tenta contextualizar as muitas questões cruas, vivas e com status de a-históricas que nunca foram contributos a historia que se tem forjado ao longo do tempo. Que ingredientes fazem a historia oficial e não oficial? Em que bigornas, com que martelos e marretas se conformam e se desenharam essas ferramentas que não quebram espelhos? Como nos veremos nessa história? Que cinismo nos guia?

Anos oitenta em Campina Grande. Anos de bares marcantes cheios de obras de murais, baixos e alto relevos em cimento rude, pintura, lançamentos de obras literárias, literatos lançando livros sobre as mesas. Poesias, invenções de última hora. Panela da Arte, Maktub, Pilequinho, Aplauso, Visual, Buracão, Refavela. Em que coração essas insígnias são indelévels? Onde estão os cidadãos que pelas madrugadas frias e brumadas perambulavam ao destino da casa ou de um namoro descompromissado? Que insígnias estão sob a poeira e que palavras sobram ou bóiam como não-acontecimentos nesse inexplicável **limbo**

histórico. Teria a própria pragmática da história consumido este significativo momento como um dragão voraz busca o vazio pela combustão hálito? Ainda não sei como leio esse vazio! Um Ícaro que despenca do alto ou uma Fênix que, desejando um vôo mínimo que seja, chora suas penas presas sisificamente com o peso das cinzas. Plúmbeas cinzas? Vulcânicas? Intoxicadas?

O **Projeto Vamos Colorir a Cidade** foi movimentação singular entre artistas visuais da Rainha. Reuniu dezenas de artistas que orientados pela própria liberdade de criação, deram vida e staff reflexivo a cidade em mais de uma centena de grandes e pequenos murais no centro de Campina e nas ruas que conformavam o seu entorno, murais que se conformavam pelo signo da utopia, pareciam pedras de toque que desciam rasgando os céus borborêmicos, uma fagulha insana fatiando o infinito. Ali dentro, uma coisa doida e desconexa tinha uma prenhez: antenas captando olores, imagens, palavras perdidas, desejos para na crença num mundo, dar, de maneira substantiva beleza à paisagem urbana municipal. Artistas sobre escadas ou andaimes lançavam nas paredes brancas ou carcomidas pelo tempo vastas e certamente superficiais influências que sofriam. Pensamentos, filosofias, estéticas, desvarios, fantasias, idiossincrasias, construções metamorfoseadas no caldo das leituras, pesquisas, projetos pictóricos vários. Esse tempo que não está assim tão longe parece, contudo não ter deixado marca, nenhuma marca sobre esses universos em particular e sobre a sociedade campinense como um todo. A memória é uma bruma fria entorpecendo a paisagem. E aí, como não se zelou: alhures. A bela Inês morreu!

O movimento **A Arte somos Nós**, apesar de existência efêmera uniu artistas de vários lugares e escolas para alardes marcantes nos quatro cantos da cidade. Em praças, calçadas, teatros, museus, feiras levamos performances, monólogos, teatro, música, literatura, pintura, exposições, gritos como fôssemos neófitos tocados e iniciados diante de viandantes estranhos. Normais demais. Éramos jovens mochileiros das artes. Com os malotes nas costas, com as almas vivíssimas, buscávamos o infinito. Parecia que uma revolução ia acontecer no final da tarde. Nesse tempo lia-se Lênin, Trotski, Gabeira e também as vanguardas das artes. Ao lembra disso, avivo a memória da Gazeta do Sertão. Estamos ali estampando em nossas camisetas Lenin, Guevara, outros sonhos políticos. Para onde o vento leva tudo isso? Que história é essa, meu amigo? O que é isso

companheiro? Enquanto isso a granja da tortura nas encostas íngremes divertia os estúpidos.

Daqueles sem número de murais que davam vida, forma e cor (para lembrar o mestre de Apipucos) a Rainha, (mais de uma centena de murais) inclusive alguns deles celebrando importantes parcerias internacionais entre artistas (Brasil/México/ Espanha) foram jogados no lixo do esquecimento. Hoje, restam apenas, o mural do Capitólio (espaço através do qual, no quente do ato, chamamos a atenção das autoridades e da sociedade para a edificação de um novo templo da cultura que deveria se chamar Capitólio das Artes. Quem nos ouviu? Que tímpano vibrou? Hoje é o Capitólio do escombros mórbido. Cai não cai. Ai vem os engravatados cultos. Uma faixa amarela e preta arranca dos pés dos passantes suas passarelas. Determina por onde o povo não deve caminhar. Uma pedra (Drummond) no centro do caminho. Restam sobre suas sujas e carcomidas paredes aquela pintura que fora feita em homenagem ao próprio Festival de Inverno. Resta também o mural do artista Pedro Correia dos Santos, hoje escondido sob a os ponteiros do relógio do tempo e do desleixo (lado do capitólio que dá para a Praça Clementino Prociópio) e mais outro mural que coordenei sua execução coletiva, que ainda se encontra bem preservado no interior do Centro Cultural Lourdes Ramalho, (ave Lourdes Ramalho!) e por fim, resta aquele que fez sucumbir um dos representativos murais da parceria internacional Brasil/México/Espanha, aposto que está na parte frontal externa do referido Centro Cultural.

O Festival de Inverno de Campina é um dos nossos maiores patri-mônios. Pérola da resistência cultural incansável, e ao mesmo tempo, expressão e denuncia da estupidez da política local. Não falo nem de política cultural porque isso ainda é expressão nova no burgo que se agigantou sem jamais ter entendido a importância da cultura e da arte como elemento estruturante da civilização. Nunca vi um prefeito de Campina se acomodando numa poltrona do teatro para assistir a algum espetáculo. Nunca. Na abertura e fechamento do megaevento, quase sempre, estes, das mais diversas cores da política e da ideologia que supostamente carregam, estiveram lá para uma dose de devaneio. Mas, e depois? O depois no Festival de Inverno de Campina Grande é uma palavra carregada e cara. Caríssima!

Fui coordenador da modalidade artes visuais no Festival de Inverno de Campina Grande durante cinco anos consecutivos, a ultima vez que coordenei essa ação, realizei num mesmo festival seis importantes exposições

que evidenciaram tanto a dita prata da casa, como promovi junções de artistas visuais de outros países, ou brasileiros residentes no exterior, momento inclusive, no qual intermediamos uma das mais importantes doações de obras de arte dos último anos: 72 gravuras mexicanas e espanholas da mais alta fatura. Acontecimento sepultado sob as escuras e geladas lápides do esquecimento.

O bairro da Prata é um estranho termômetro da cultura

O bairro da Prata é um termômetro da cultura campinense. O que parece **estapafúrdio** é dura e cruel realidade. Espanta-me como os ambientes médicos e não os espaços da cultura foram pouco a pouco se tornando os espaços privilegiados do encontro das pessoas da cidade. É ali, em cada consultório que encontramos aglomeradas dezenas e centenas de navegantes de suas 'patias'. São sempre pessoas bem vestidas, maquiadas, perfumadas, cabelos devidamente chapeados diante de enormes aparelhos de TV assistindo Ana Maria Braga, entretidos, durante longas 2, 3, 4 horas, com os castelos da revista Caras e outras publicações do gênero aguardando o chamamento para um atendimento médico simplório e pífio durante míseros 2, 3, 4 minutos. Somos nós ai, ovelhinhas adestradas que não vimos o Teatro Severino Cabral fechado para uma reforma que o fechou durante cerca de 24 meses e que jamais foi concluída. É ali, que após o festival de inverno com sua programação `monstra`, primando pelo que de melhor se produz no país, nos contentamos com Pa Ta Ti Pa Ta Ta, Tirulipa, Bob Esponja e outras desgraças mais. Sou doído!

Somos nós que nada sabemos sobre o teatro Elba Ramalho. O teatro Raul sei lá... Uma cidade que adocece. Isso! Ah! Isso é virose. Virose! Virose! O pulso ainda pulsa? Não temos mais o Castelo da Prata mas temos os castelos de Caras e do mundo dos diagnósticos caríssimos e iníquos. Desejamos os maiores e melhores equipamentos do mundo para que mensurem em que situação estamos na corda que nos ata à vida e à morte. As placas, do mundo estapafúrdio das cem mil especialidades médicas continuam a me chocar. Inclusive por estar vendo que quanto mais existe a crença em tais supostas precisões diagnósticas, menos vejo o brilho da ética nos olhos desses profissionais. É uma das únicas profissões que pagamos antes de sermos atendidos. A propósito lembrando da genial banda Titãs, com a música O Pulso já nos demos conta do outro BBB

que nos vê por dentro, por cima, de lado, de baixo, no fígado, na uretra, no dedo, no fundo do olho, cabelo etc etc etc. É ultrassonografia, densitometria óssea angiografia, litotripsia, diálise peritoneal, inaloterapia, eletroencefalograma, cintilografia, eletroneuromiografia, alergologia, videolaparoscopia, ultrassonografia, imunohistoquímica, e... e...e... uma infinidade de... Um estranho dialeto, um glosário esquisito a construir o nossas moradas nos prognósticos, diagnósticos, clínicas, consultórios e hospitais e mesmo assim nos reservarem a língua. E quando descobriremos os detalhes da doença que temos ou teremos? Quem cuida de nós? Alhures! A terra. O que sobrar dos nossos inocentes recém nascidos com as rapinas dos testes do pezinho, da orelhinha, do olhinho, da lingüinha?

E a cultura nessa história?

Ainda não prestamos atenção que nenhum ou quase nenhum instrumento existe para promoção e medição da cultura como medida da cidadania, do saber e do prazer estético? . A propósito: quantos livros se publicam na cidade por ano? Quantas obras efetivamente são adquiridas e lidas a cada ano? Qual o nosso índice de leitura *per capita*? Que tipo de cinema se assiste na cidade? O que buscamos na rede mundial de computadores? Que petisco nos oferece a televisão? Que tipos de shows lotam nossas casas de espetáculos? Há quantos anos se luta para reativar o antigo Cine São José? E o cine Avenida? E o cine Babilônia? E o cine Capitólio? Águas. Águas passadas!

Será que isso tudo está sendo colocado dentro de alguma cápsula que, fechada hermeticamente se enterra em algum lugar para abrir como relíquia daqui a cem, duzentos anos? Será? Tenho a sensação de que os amanhã da cidade estão sempre carregados de teimosos ontens: sem chãos ou horizontes. Em alguma medida, a paisagem cultural e criativa da Rainha, muitas vezes cheia de supostos entusiasmos – cito o do cinema como o caso mais recente - se nos parece um comprimido duro, amorfo e amargo: difícil de engolir.

Apesar dos novos croquis que estão atualmente se desenhando (com a criação da unidade acadêmica de arte e mídia da UFCG, as acirradas e camufladas lutas entre universidades públicas com as privadas para ver quem melhor se sai nesse mercado, esses novos desenhos estão pouco a pouco tomando forma sob o guarda-chuva da Facisa, TV Itararé etc. serão

de fato novos desenhos ou velhos e conhecidos croquis de grafite? Quem em sua consciência não tira o chapéu para o maravilhoso trabalho realizado pela TV Itararé?.

Absinto ou ópio?

Vê-se como a precarização do mundo intelectual campinense tem sido uma pedra encaixando melhores aproveitamentos das produções simbólicas que se apresentam nas iniciativas e obras de novos artistas e de novos produtores da cultura e da arte. É como se os novos 'fazeres' estivessem travestidos de não fazeres. Uma película impermeável. As repercussões dessas ações parecem não se encontrarem e por assim dizer se somarem a um projeto de consolidação de um conjunto de ações que amplamente valorizam manifestações artísticas das mais variadas matizes e aportes. Os jornais e os intelectuais foram para Marte. Sempre vejo que Campina é realmente uma Rainha conservadora, inculta e arcaica que, para rebolar, usa modelitos extravagantes? Cidade da inovação. Pólo informático...

Fantasia de megalômano e depois

Aqui falo de uma Campina de agora e depois. Maior São João do Mundo: overdose de forró e depois? Comunicurtas: overdose de cinema e depois? Festival de Inverno: Overdose de dança e depois? Festival de inverno: overdose de teatro e depois? Campina Grande: Overdose de violência, depois, violência, depois, níveis mais cruéis de violência

Os esforços de memória, as dores dos hiatos profundos e a esquina do grude

Lembranças desconexas e sem datas

Lembro das fotografias em preto e branco de Thiago de Melo, Jorge Amado, Guimarães, Chaplin nas alturas do Pé-direito da saudosa Livro 7. Lembro do quase amigo poeta baiano que não podendo comprar livros, dominado pelo louco desejo da leitura, enchia dezenas de bolsos secretos do seu sobretudo. Devaneio e solidão! Lembro de aconchegante saleta,

com chás e biscoitos para apreciação de obras na de outrora, Livraria Cultura. Lembro do ar franciscano e do compromisso literário do primeiro Loyola e seu Alfarrábio na calçada dos correios. Seus livros nos resfolegar da imprensa nanica, geração mimeógrafo. Lembro da revista Garatuja, Rômulo Araújo, Edmundo Gaudêncio, Álvaro Guedes, Barroso garatujando capas a bicos de pena. Lembro da revista Grão. Estudantes apaixonados e suicidas refletindo sobre a Comuna de Paris. Lembro de Michel Zaidan. Lembro de Paola e de Mario Giulliani. Lembro de Gisélia Potengi. Lembro de Regina e de Beto Novaes. Lembro de Ema. De Margarida Maria Alves. Uma 'assessoria', um parabrisa quebrado. Lembro de Agnes Brocardi, e eu, projetando filmes do Nudoc sobre o cordão de policiais nos dias da invasão do conjunto habitacional que viria a ser as Malvinas. Lembro do Atelier livro do Museu de Artes Assis Chateaubriand e os imaturos artistas adolescentes encantados pelas aulas e seios branquinhos da professora americana olhando para os nossos olhos. Lembro de Rocha e suas pinturas gigantes e visionárias. Lembro de Batista esculpindo em rústicos troncos de imburana. Lembro de seu Bastos e seu pé-de-burro incensando a sala. Lembro do dia em que todos nós nos salvamos do limbo e do purgatório quando comemos um saco de sobras de óstias vindo do Convento das Clarissas. Lembro de belas exposições. Lembro do dia em que ficamos presos na festa de fartura do mestre louco Balduino Lélis. Seu balaio de rapadura e pão. Seu revólver! Lembro quando Eleonora Bronzeado foi salvar os seqüestrados e que não 'viam' banho a dias. Lembro que fugi numa carona inusitada com Humberto Lopes. Lembro do dia em que comi sequilhos dentro de um fusca perto de Taperoá com Machado Bitencourt. Lembro de quando a minha cama só tinha a tira onde me cabia porque o restante dela estava coberto de livros. Lembro do dia em que numa madrugada de livros e livros cavalos sem pele voaram sobre minha cama e eu vi a loucura se desenhando na parede. Lembro que na imprensa campinense eu escrevia sobre Nietzsche, Foucault, Bejamim, Picasso e havia leitores. Lembro do Leitorado Alemão. Lembro de Werner Fassibinder. Lembro de Margareth Von Trota. Lembro Werner Hersog. Lembro do cineclube Rui Guerra. Lembro do hall dos D.As. Lembro do 16 mm aprisionado na alvenaria. Lembro do MR 8. Lembro de Gabio, o PC do B, sua pintura e seu câncer traidor. Lembro de Jander e seus discursos inflamados. Lembro da TV bôbo de caixa de papelão. Lembro de Vanderley sem dentes e mochila nas costas. Lembro do jornal Companheiro, da

Tribuna Operária. Lembro das fraudes de um companheiro esperto que seria chamado para o comitê central de uma tendência leninista. Lembro que embaixo do colchão da minha cama tinha um mundo de cartazes de filmes e jornais com foice e martelo. Lembro do artificial acampamento em Jacumã que alguém me levaria documentos de uma organização morena. Lembro que a chuva respingou um amor que não houve. Lembro de quando acampávamos em Tambaú e o velho hippie holandês mangueava deliciosos rangos e que quase não os comia. Seu prazer era o de ofertar! Lembro que nunca fui `organizado` na esquerda e na política. Lembro da casa de livros do amigo Reginaldo do Acre. Paredes de livros. Camas escoradas com livros. Armários escorados com livros. Lembro da única vez que fui à casa de Raimundo Poiqueira. Seus sapatos em desuso e singular intelectual da renovação do comunismo. Gramisciano de carteirinha. Sua paciência monstra. Lembro de quando vi Dersu Usala. Lembro da minha primeira fala ao microfone aos doze anos de idade no Colégio Estadual de Bodocongó. Era um microfone engraçado. Lembro do Centro Artístico Jorge Miranda. Num colégio estadual. Lembro de quando copiei Ismael Neri e um meio expressionista francês que no nome não lembro. Eram pinturas que eu gostava. Lembro de quando expus no doce lar do garoto. Lembro de quando ali muito tempo depois fiz murais inspirados em Clovis Graciano. Muito tempo depois chegamos lá com um teatro militante com direção de franceses e um deles morreria no Brasil. Lembro das boas festas que fazíamos. Lembro quando no curso de ciências sociais perguntei: por que nesse curso não se lê Câmara Cascudo nem Gilberto Freyre? Lembro da poesia e do senso intelectual de Eduardo Jorge. Lembro de sua tranqüilidade e não aparente angústia. Lembro de Jonas Náusea. Lembro da esquina do grude da UFPB que desde cedo tinha ciência ou não tinha de que a revolução deste país precisava ser feita pela ética e pela cultura. Lembro do puleiro onde ficavam figuras como Glorinha, João Grandão e alhures. Lembro do dia em que o amigo Cidival Moraes comprou de alguém toda coleção de Veja e que as paredes da republica de Patos eram revistas. Lembro do macarrão nas paredes da cozinha. “O macarrão está bom quando não prega na parede”, diziam os mestres da culinária republicana. Lembro do Padre Charles Beylier. Nele eu via a honradez em pessoa! Lembro do nosso aparelho no Monte Santo, travestido de grupo de estudo. Cinco comunistas e um sargento do exército. Lembro da madrugada no Anísio Teixeira, no bairro da Palmeira, preparando a

fundação do PT, que quase pichamos um papa-sereno. Lembro de quando Capinan dormiu em minha casa cumprindo agenda maluca de um francês simpaticante do IRA. Lembro da morte extemporânea, como toda ela, do mesmo Francês, no Brasil em ações ligadas ao MST. Lembro que era no teatro e num projeto de revolução que depositava seus sonhos de adolescente, de jovem, de adulto, de inveterado fumante. Lembro do realismo impressionante e das sensações provocadas por Helena Blavastski. Lembro da energia de Rodin como algo diminuto e gigantesco guiando minhas mãos como um ímã sobre o barro bruto. Lembro do dia em que figuras medievais na minha pintura impressionante queriam sair da palheta após o deslizar da espátula sobre porções de tinta acrílica pura e pastas misturadas. Lembro do dia tempestuoso e das luzes iniciadas lançadas pela Paixão Segundo GH perto da Fazenda Boi Morto. Lembro de Soraia. Lembro de Gilberta. Lembro de Estelizabeth. Lembro do dia em que espantei um vampiro que sugava energias e a lama do meu amigo fotógrafo andarilho chileno Alberto Kroff. Lembro de quando uma dinamarquesa em minha casa se encantou com muitos gnomos. Lembro de quando tirando de uma Kombi a radiola de móvel prensado, que esfarelava, Taciano Valério, como bruxo, fez desaparecer meu Baudelaire de mais de quinhentas páginas. Lembro das exposições que fizemos no chão e no asfalto em plena Maciel Pinheiro. As grandes telas que coletivamente pintamos no meio da rua. Lembro das performances musicais e cênicas. Lembro de que líamos Boal e nossos monólogos de improviso chocavam passantes na extensão do Parque Evaldo Cruz no Açude Novo. Apesar de tão desmemoriado que sou, lembro de tanto e tanto e isso me estranha, me provoca estranhamento por nunca ninguém, ninguém jamais saber em que estantes estão esses volumes da história da cidade. Me estranha esse desconstrução sem obras. Essa acefalia.

Lembro do museu da ciência que jamais teve ciência ou museu. Lembro de duas fábricas de mosaicos. Lembro de Derly Honório, sua escrita e o grupo Nada. Lembro que a intensidade do show nada a ver, deixou as unhas de Romão espirrando sangue sobre o atabaque. Seus olhos verdes seus olhos vermelhos. Músicos vestidos de caixas de papelão no palco do Colégio Estadual da Prata.

Campina Grande como no Brasil, bem ou mal o conhecemos, parece não representar aquilo que podemos entender como obra aberta e sim como opus discontinuum, esse eterno começar de novo em chão ignaro e

sempre aparentemente virgem, contraditoriamente, fazendo um sólido gerúndio. O eterno recomeçar que parece não contar com a experiência do outro como válida e importante. Um 'olhar para frente' que não atenta para o desperdício da experiência, caldo que poderia ser elemento estruturante e seguro para a construção de um povo que ao criar se cria e construiria assim os caminhos para a plenitude de sua própria cidadania.

Lembro das audições de câmara no autitório do Museu de Artes Assis Chateaubriand. Bach, Vivaldi, Guerra-peixe, armorial. A marimba de Fernando Barbosa. Lembro de Fernando Pintasilgo. Lembro do Quinteto Armorial. Lembro do Berro do Jegue que vem bem depois. Que suíço inventor de instrumentos bizarros? Lembro de Íbis que mais tarde estaria na sala Cecília Meireles e o berro do jegue sem eco desaparece como paina atoa. Lembro de Tadeu que mais tarde estaria embaixo da terra. Por que não fizemos a revolução naquela época? Lembro de quando éramos revolucionários e como disso sabíamos...

Conclusão pendurada numa linha

À guisa de conclusão cabe lembrar e evidenciar para tentar elucidar algumas questões quanto ao atravancado desenvolvimento cultural campinense, idiossincrático e importante traço, por muito tempo conseguiu a cidade, no âmbito principalmente da cultura, levar as pessoas certas aos lugares errados e as pessoas erradas aos lugares certos, equação que sendo bastante original, é também dramática, irônica, cínica e trágica. Uma pequena alavanca nas mãos de Atlas diante de um infundo rochedo de Sísifo. Um andar em círculo e enjoar.

Evidente, as questões aqui tão esparsamente colocadas não querem quaisquer posições bem aportadas teoricamente ou assumirem postura de ultimato, mas desejam apenas alertar ao marinheiro sobre o conhecimento e quiçá a possível ocupação das lacunas que estão a demandar quando pouco pedra de toque para um debate tão urgente quanto necessário, notadamente, pela emergência que o dia a dia, já com a voz trêmula e rouca, clama por uma política cultural baseada nas assinaturas tantas vezes firmadas, tantas vezes assentadas em papéis e nas nossas testas insensíveis, tão visíveis em suas brutalidades, querem o fósforo que acende a memória, projetar uma pequena luz na forma de uma espada que rasga o céu num desenho ambicioso e bonito para em algum momento nos

alegrar e por nos olhos faíscas. Outros croquis, por enganosos, que nos lançam em túneis pantanosos e esquisitos não podem esmaecer nossos desejos. A crise, igualmente, ressalve-se, como sabemos é sempre grávida de rica e variadas possibilidades e potencialidades. No quadro das possibilidades, os olhos mais abertos poderão se colocar como *leitmotiv* de um processo que deverá em pouco tempo talvez, subverter a ordem das nossas fantasias e ilusões em nome de um vigoroso dinamismo cultural e artístico preñado de possibilidades, ante o quadro de nossa estarrecidora miséria cultural.

Hoje e Sempre, uma Oração à Liberdade: Frei Caneca em Campina Grande

Edmundo de Oliveira Gaudêncio

Diz Jacques Le Goff: “A história leva a tudo, com a condição de se entrar nela”.

Essa mesma História nos diz que, do lado de fora do Museu Histórico de Campina Grande, pessoas esperam ônibus, fazem compras, conversam. Lá dentro do prédio, as velhas paredes conservam os tempos que a erguida foi Correios e Telegraphos e, antes, foi Cadeia o sobrado em cuja cimeira se ostentam as Armas do Brasil República.

Lá dentro, desde sempre e para sempre, presos aos rebocos das paredes, ao madeiramento do teto e do piso, os sonhos do Frei Caneca.

Joaquim da Silva Rabelo, depois Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo, mais popularmente conhecido como Frei Caneca, nasceu em Recife, a 20 de agosto de 1779 e foi fuzilado, também em Recife, no dia 13 de janeiro de 1825. Esteve implicado na Revolução Pernambucana de 1817 e na Confederação do Equador, em 1824. Como jornalista, esteve à frente do Typhis Pernambucano. Costumava dizer: “Quem bebe da minha ‘caneca’ tem sede de Liberdade!”

Tomou o hábito em 1796, no Convento de Nossa Senhora do Carmo. Ordenou-se em 1801, e passou a ser conhecido como Joaquim do Amor Divino Caneca, sendo este último nome uma homenagem ao seu pai, que fabricava e consertava vasilhames de madeira e zinco.

Tinha ideias liberais, partilhava ideais republicanos e separatistas, havendo frequentado a Academia do Paraíso, onde se reuniam intelectuais que, influenciados pela Revolução Francesa e pela independência dos EUA, conspiravam contra o jugo imperialista português.

Participou ativamente da chamada Revolução Pernambucana (1817), que proclamou uma República e organizou o primeiro governo independente na região, o qual, esmagado, levou-o a quatro anos de prisão, em Salvador, na Bahia. Na ocasião redigiu uma Gramática de Língua Portuguesa.

Libertado em 1821, na leva do entusiasmo constitucionalista em Portugal, Frei Caneca voltou a Pernambuco e às atividades políticoideológicas. Preso no Ceará, dessa feita pela participação e chefia da “Confederação do Equador”, passou por Campina Grande, em seu caminho rumo ao Recife e ao fuzilamento. Pernoitou na Antiga Cadeia. Em seu “Itinerário do Ceará” descreve com brilho e coragem os dias que se seguiram à sua prisão. Em seu diário, narra a passagem por Campina e as impressões que lhe ficaram daquele 12 de dezembro de 1824, um domingo, tal como me conta o aedo com palavras alheias que faço minhas:

Eram onze ao todo os que contornaram a Serra da Borborema. A tropa mais parecia uma turba de retirantes. Rotos, descalços e maltrapilhos os presos surgiram na Rua do Seridó para o espanto de muitos. Chegaram à Rua da Matriz ao cair da tarde onde o cadafalso do prédio da Câmara Municipal os esperava. Terminava assim parte de sua caminhada iniciada no Sertão do Ceará – ocasião em que foram rendidos pelas forças do Império –, depois de atravessarem a Vila de Souza, passando pela de Pombal, freguesia de Patos e Riacho do Padre. Ainda sentiam as agruras da fome e da sede que lhes afligia quando adentraram ao imponente edifício que demorou dois anos para ser construído.

Nesta campanha, havia planos para a sua fuga durante o pernoite. Homens e cavalos estavam dispostos a arrebatá-lo das mãos da milícia o religioso. Mas o frade recusou. O revolucionário estava firme em sua convicção, preferindo submeter-se ao julgamento no Recife.

Recolhidos à Antiga Cadeia e Telegrapho de Campina Grande, para a sua surpresa, por volta das dez horas, um cidadão de cor, conhecido apenas por Manuel Alexandre, adentrou ao enclaustrado oferecendo algumas bolachas e um pouco de vinho aos heróis da Revolta de mil oitocentos e dezessete.

O homem, tocado pelo estado de miséria em que se encontravam os mártires, dispôs ainda de algumas peças de roupas dizendo que “não mais fazia por não lhe ajudar as suas posses, mas Deus era testemunha do seu

sofrimento por ver naquela situação os verdadeiros filhos da pátria.”. E o disse vertendo lágrimas!

Esta foi a primeira demonstração de carinho recebida pelo frade e seus companheiros em terra campinense, em que a compaixão humana se fez mais presente.

Todavia, um fato desagradável mereceu anotação em seu opúsculo, que assinalamos por suas próprias palavras:

Aqui em Campina Grande o nosso conductor, o major Pastorinha, portou-se connosco malissimamente, pondo-nos sentinellas à porta da cadeia, em que nos metteu, e até dando ordem para não consentir subir lá gente, e separando-se do nosso rancho para ir jantar como lord em casa do commandante; e como mandasse-nos o jantar, foi por todos nós repudiado, porque ainda que presos não tínhamos perdido os sentimentos de homens de bem, para nos sujeitar-nos a soffrer indignidades e vilezas. Passamos, pois, sem jantar, tomando apenas uma pequena refeição de bolachas, queijo e vinho, que alguns companheiros mandaram comprar; e com isto nos contentamos.

Àquela noite, revirando-se de um lado para o outro no catre de colchão de palha minguada, menos reza um credo que repassa as suas crenças, dizendo-se que, sim, que faria tudo novamente, exatamente como antes havia feito. E abraçaria, sim, os mesmos planos, os mesmos sonhos, as mesmas utopias. Acreditava e isto defenderia até à morte: que a soberania nasce do direito natural dos povos – e não da vontade de Deus. E necessário, por isso, instruir a nação e apontar-lhe os abismos em que lhe podem submergir a sua felicidade, a sua honra e a sua glória. Necessário iluminar o pensamento do povo rude com as luzes das ciências, das artes e dos ofícios... Isso é tarefa que compete não apenas ao governo, mas também aos cidadãos mais eruditos que desejem ser úteis ao povo e à sociedade. Necessário fazer com que todos conheçam o que se deve entender por Constituição, a base sobre a qual se edificará a nação soberana do futuro. Ora, a Pastoral, fiando-se na ignorância do povo e em sua adesão de poucas luzes à Igreja, apenas renova a sedição doutrina de que a soberania vem imediatamente de Deus e não dos povos. Doutrina falsa que tantos danos tem causado ao universo. Doutrina errada, pois rebate a sábia e verdadeira doutrina do presente século das luzes em nome de crença religiosa, sendo um passo retrógrado para ser sepultado nas trevas da ignorância. Deste principio, e de ser Deus o autor da lei natural, é que se entende ter

Deus mandado manifestamente fazer as sociedades civis, e nada mais. Quero dizer que se não deve deduzir que Deus haja determinado que se faça esta ou aquela sociedade debaixo desta ou daquela forma de governo, tirando dos povos e nações a escolha do seu governo, e o poder de que são investidos os governantes, e a faculdade de mudarem quando julgarem de razão para seu melhoramento e feliz existência. Nenhuma emanação imediata do poder a um soberano outro que não seja o povo! A soberania nasce do direito natural dos povos, movidos pelos princípios da liberdade e da igualdade de todos perante a lei. Não dissera tudo isso nas Cartas de Pítia a Damão e no Voto de Critica à Constituição Outorgada?

Repito: a soberania não vem imediatamente de Deus, sim dos mesmos povos. É preciso, pois, que o povo saiba que é ele o depositário da soberania. Por isso necessário que o povo se transforme em cidadão: Quando a náó da patria se acha combatida por ventos embravecidos; quando, pelo furor das ondas, ella ora se sobe ás nuvens, ora se submerge nos abysmos; quando, levada do furor dos euripos, feito o ludibrio dos mares, ella ameaça naufrágio e morte, todo cidadão é marinheiro; um deve sustentar o timão, outro pôr a cara ao astrolábio, ferrar o panno outro, outro alijar ao mar os fardos, que a sobrecarregam e afundam, cada um prestar a diligencia ao seu alcance, e sacrificar-se pelos seus concidadãos em perigo. Antes de mais nada, somos todos pertencimento: O lugar em que nascemos, é patria forçada; e aquelle, de que somos cidadãos, é patria forçosa. Aquella é mãe por acidente, esta é mãe por affecto. O ser natural de um paiz é o effeito de um puro acaso, mas o ser cidadão de um lugar, em que não nascemos, é uma acção do nosso arbitrio, é uma obra da nossa escolha, um factó, que mais do que outro qualquer, prova o ser e a existência da liberdade, a mais digna qualidade do homem, e que o distingue plenamente das bestas...

O candeeiro bruxuleia fantasmas e Frei do Amor Divino Caneca suspira, adormecendo: Não posso contar os meus males, Nem a mim mesmo em segredo; É tão cruel o meu fado, Que até de mim tenho medo... E dormiu embalado pelo que seria o sonho com a Constituição de uma Pátria futura: A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; o pluralismo político. Nela, todo o poder emana do povo,

que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição...

O sol ia alto quando o despertaram com um coice de coronha de fuzil à altura das costelas.

Pelas três horas e meia da tarde saímos de Campina Grande, para ir pernoitar a três leguas de distância no Caboclo de cima, fazenda de Bento Camporra, onde fomos hospedados pelo filho do dito Bento; os quaes nos mandaram fazer uma boa ceia, e nol-a administraram elles mesmos com a maior urbanidade possível.

O edificio onde ficou Frei Caneca ficou aprisionado em Campina Grande atualmente é sede do Museu Histórico da Cidade. Ali dentro, no primeiro andar, um alçapão e uma seta indicam o local onde esteve detido o grande republicano e um dos primeiros constitucionalistas do Brasil.

Do lado de fora, alheios à Liberdade, transeuntes não escutam os murmúrios da História a qual nos conta que, em chegando a Recife, em 18 de Dezembro de 1824, instalou-se uma Comissão Militar a fazer-lhe o Julgamento, presidida pelo coronel Francisco de Lima e Silva, pai do futuro Duque de Caxias. Seria julgado pela acusação do crime de sedição e rebelião contra as imperiais ordens de Pedro de Alcântara Francisco António João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim, Sua Majestade Imperial, D. Pedro I de Bragança e Bourbon. Com plenos poderes para julgar sumariamente, o acusado foi condenado à morte por enforcamento. O próprio condenado descreveu o seu julgamento:

No dia 20 fui eu conduzido perante o assassino tribunal da comissão de que eram membros o general Francisco de Lima e Silva, presidente; juiz relator, Tomás Xavier Garcia de Almeida; e vogais, o coronel de engenharia Salvador José Maciel, o tenente-coronel de caçadores Francisco Vicente Souto; o coronel de caçadores Manuel António Leitão Bandeira; o conde de Escragnoille, que foi o meu interrogante.

Nos autos do processo Frei Caneca foi indiciado como um dos chefes da rebelião e escritor de papéis incendiários.

A 13 de janeiro de 1825, foi armado o espetáculo do enforcamento diante dos muros do Forte das Cinco Pontas. Despojado do hábito religioso, ou seja, “desautorado das ordens” na Igreja do Terço, na forma dos

sagrados cânones, vestida a alva, os três algozes para tal fim designados recusaram-se a enforcá-lo. A Comissão Militar ordenou seu arcabuzamento, visto não poder ser enforcado pela desobediência dos carrascos.

Meirinho: Vai ser executada a sentença de morte natural na forca, proferida contra o réu Joaquim do Amor Divino Rabelo, Caneca.

Amarrado a uma das pilastras do patíbulo da forca, cruza as mãos sobre o peito e grita: Não há como errar, camaradas, este é o alvo!

Entre o barulho do engatilhamento dos fuzis e o troar de tiros que não são, ainda, Frei Caneca pensa que sim, sem nenhum arrependimento, nenhuma culpa, nenhum remorso, afinal, este o lugar a que me trouxe o meu Destino, pois se eu não disse uma *Dissertação sobre o que se deve entender por pátria do cidadão e deveres deste para com a mesma pátria?* Necessário dizer a palavra para que se veio...! E não fora isso que fizera, à frente de seu Jornal, cujo lema era o verso de Camões: “*Uma nuvem que os ares escurece sobre nossas cabeças aparece?* Nenhuma culpa, nenhum remorso, fiz o que havia que fazer-se...Combati o bom combate, morreria mil vezes em defesa da ideia de que os direitos naturais, civis e políticos do homem são a liberdade, a igualdade, a segurança, a propriedade e a resistência à opressão; que a liberdade consiste em poder fazer tudo, contanto que não seja contrário aos direitos do outro. Assim, o exercício dos direitos naturais de cada um homem só tem limite naquilo que assegura aos outros membros o gozo destes mesmos direitos; que a conservação da liberdade depende da submissão à lei, que é a expressão da vontade geral. Tudo o que não é proibido pela lei não pode ser impedido, e ninguém pode ser impedido, e ninguém pode ser obrigado a fazer o que ela não ordena; que a igualdade consiste em que cada um possa gozar dos mesmos direitos; que a lei deve ser igual para todos, recompensando ou punindo, protegendo ou reprimindo; que todos os cidadãos são admissíveis a todos os lugares, empregos e funções públicas. Os povos livres não conhecem outros motivos de preferência, senão os talentos e virtudes; que a segurança consiste na proteção concedida pela sociedade a cada um cidadão, para conservação da sua pessoa, dos seus bens e dos seus direitos; que nenhuma pessoa deve ser chamada a juízo, acusada, presa nem detida, senão nos casos determinados pela lei, e segundo as formas que ela tem prescrito. Outro qualquer ato, exercitado contra um cidadão, é arbitrário e, por consequência tirânico; que todo o homem pode entrar no serviço de outro pelo tempo que quiser, porém não pode vender-se,

nem ser vendido. A sua pessoa não é uma propriedade alienável; que os homens reunidos em sociedade devem ter um meio de resistir à opressão; e que há opressão, quando uma lei viola os direitos naturais, civis e políticos, que ela deve afiançar. Há opressão, quando os atos arbitrários violam os direitos dos cidadãos contra expressão da lei. Em todo o governo livre o modo de resistência a estes diferentes atos de opressão deve ser regulado pela lei. Afinal, a salvação do povo é a primeira máxima das leis; a fonte, de onde se derivam todas as outras; e o ponto de apoio, que sustenta os movimentos e equilibra a marcha de toda a máquina política.

(Aqui, descarga de espingardas.)

E Frei Joaquim do Amor Divina Caneca, gosto de sangue à boca, misturado à lembrança daquele último gole de vinho sorvido em Campina Grande, cai de joelhos, enquanto a escuridão se apossa lentamente de seus sentidos e ele entra, às escuras, na História, embalando o grande sonho que será um dia a sua Pátria: Sonhando que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade... Sonhando que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; sonhando que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei; sonhando que ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante; sonhando que é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; sonhando que é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias..., sonhando com que aquele documento que um dia seria amado e respeitado por governados e governantes de sua Pátria, um dia...

Ao todo foram executados onze confederados, dos quais três no Rio de Janeiro. O primeiro deles foi frei Caneca.

Seu corpo foi colocado junto a uma das portas do templo carmelita, no centro do Recife, sendo recolhido pelos religiosos e enterrado em local até hoje não identificado.

O muro contra o qual o religioso foi arcabuzado continua de pé, vizinho ao Forte das Cinco Pontas.

Dorme. Dorme como se não fosse com ele. Dorme como uma criança dorme. Mas está vivo, vamos ressuscitá-lo. Deste sono ainda pode ser ressuscitado...

...Afinal, diz Levi Strauss, “A história leva a tudo, com a condição de se sair dela”.

Fontes de colagens e plágios:

ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. Edições da Livraria Pedrosa: 1962.

BRANDÃO, Ulisses. **A confederação do Equador**. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1924.

CÂMARA, Epaminondas. **Os alicerces de Campina Grande: esboço histórico-social do povoado e da vida, 1697-1864**. Prefeitura Municipal. Secretaria de Educação. Edições Caravela. Campina Grande/PB: 1999.

CANECA, frei Joaquim do Amor Divino. **Obras políticas e literárias de frei Joaquim do Amor Divino Caneca**. Organização de Antônio Joaquim de Melo. Recife: Assembleia Legislativa de Pernambuco, 1972.

CANECA, **Frei Joaquim do Amor Divino** (1779-1825). Organização e introdução de Evaldo Cabral de Mello, Coleção Formadores do Brasil, 2001.

CASAL, Manuel Ayres de. **Corografia Brazílica**, ou Relação Histórico-geográfica do Reino do Brasil. Tomo II. Rio de Janeiro/RJ. Imprensa Régia: 1817.

FILHO, Lino Gomes da Silva. **Síntese histórica de Campina Grande, 1670-1963**. Editora Grafset: 2005.

GAZETA DO SERTÃO, **Jornal**. F. Retumba & I. Jóffily. Edições diversas. Campina Grande/PB: 1888 à 1891.

JOFFILY, Irineu. **Notas sobre a Parahyba**: fac-símile da primeira edição publicada no Rio de Janeiro em 1892. Prefácio de Capistrano de Abreu. Thesaurus Editora: 1977.

JOFFILY, Irineu. **Synopsis das Sesmarias da Capitania da Paraíba**. Typ. e Lth. a vapor M. Henriques: 1894.

LEMO, Brito. **A gloriosa sotaina do Primeiro Reinado**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Pernambuco: da Independência à Confederação do Equador**. Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979.

MELO NETO, J.C. **Auto do frade**. Rio de Janeiro : Liv. José Olympio Editora, 1984.

RIBEIRO, Hortênsio de Souza. **Vultos e fatos**. Secretaria Estadual de Cultura. João Pessoa/PB: 1979.

TAVARES, Francisco Muniz. **História da Revolução de 1817**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1969.

http://www.cchla.ufpb.br/caos/numero12/REVISTA_12_2007_Kelly%20Cristina%20Azevedo.pdf

<http://cgretalhos.blogspot.com.br/2012/12/criacao-da-vila-nova-da-rainha-parte-ii.html#.Ui0C5qwpjiU>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Uma agenda para o desenvolvimento de Campina Grande: o plano plurianual 2014-2017

Márcio Caniello¹

Por força constitucional, as despesas públicas no Brasil devem estar previstas em Planos Plurianuais (PPA), instrumentos de planejamento a médio prazo que estabelecem as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para um período de quatro anos nos níveis federal, estadual e municipal. O PPA instrui a elaboração anual da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que deverá estabelecer metas e prioridades para o próximo exercício administrativo, a qual orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), que define os recursos necessários para as ações da LDO.

Elaborado pelo Executivo e submetido ao Legislativo no primeiro ano de uma gestão, o PPA não é apenas um diploma legal, mas se constitui, sobretudo, num instrumento de orientação estratégica por meio do qual o governo procura compatibilizar a gestão com o seu programa eleitoral e, no caso dos municípios, com os planejamentos federal e estadual, de maneira a otimizar a captação de recursos. É também um instrumento de eficiência administrativa e transparência pública, pois mostra aonde o governo quer chegar num documento formal que articula objetivos, metas, programas, projetos e ações, estabelecendo prioridades programáticas e de ação para o futuro face às receitas. É, ainda, um dispositivo para o dinamismo do ciclo de gestão, pois a articulação entre suas quatro grandes fases – elaboração, implantação, monitoramento/avaliação e

1 Doutor em Sociologia, professor da UFCG. Atualmente é secretário de Planejamento de Campina Grande.

revisão – permite acompanhar o desempenho do governo e corrigir rumos quando necessário. Assim, o PPA deve estar inserido em um processo participativo de elaboração, acompanhamento de sua implementação e de correção de rumos, de maneira que a população possa interferir democraticamente nos planos e ações governamentais.

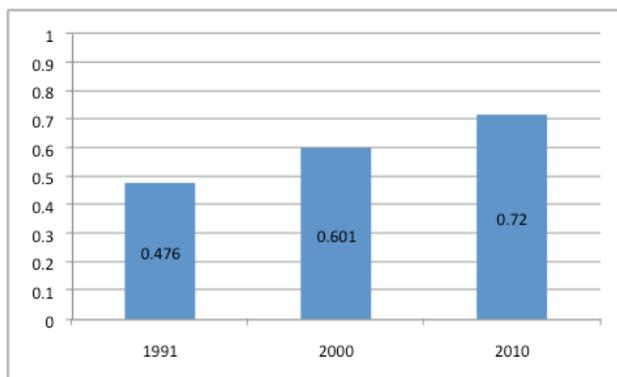
Este artigo visa descrever a lógica e a estrutura do Plano Plurianual 2014-2017 de Campina Grande, elaborado, sob a coordenação da secretaria de Planejamento em parceria com as coordenadorias de Gestão e do Orçamento Participativo (OP)², num processo amplamente democrático que envolveu a realização de doze audiências públicas e duas plenárias do OP. Nosso objetivo é demonstrar como a gestão do prefeito Romero Rodrigues percebe a cidade de Campina Grande e como elabora sua visão de futuro para o município.

Diagnóstico

Nos últimos vinte anos Campina Grande experimentou avanços importantes. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM) passou de 0,476 em 1991 para 0,720 em 2010, evoluindo de um desenvolvimento humano “muito baixo” no início da última década do Século XX para um desenvolvimento humano “alto” no final da primeira década do Século XXI. O IDHM teve um incremento de 51,26% neste período, acima da média de crescimento nacional (47,46%), mas bem abaixo da média de crescimento estadual (72,25%) e, embora seja a 57^a cidade mais populosa do Brasil e apresente o 130^o maior PIB entre os 5.564 municípios brasileiros, Campina Grande ocupa apenas a 1.301^a posição no ranking nacional do desenvolvimento humano. Portanto, é preciso avançar muito mais.

2 Meus agradecimentos a Madalena Márcia de Oliveira e Germano Araújo Ribeiro, coordenadores de Gestão e do Orçamento Participativo, respectivamente.

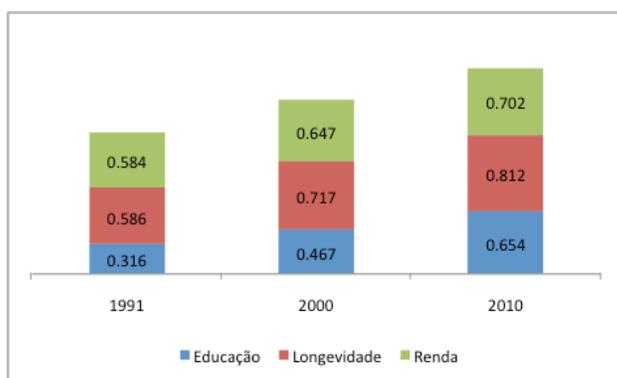
Gráfico 1 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano de Campina Grande (1991-2010)



Fonte: PNUD/ONU

Ora, se a dimensão “Educação” do IDHM foi a que mais evoluiu no período, nada menos do que 107% (0,654 em 2010 contra 0,316 em 1991), ainda apresentamos um IDEB dramaticamente baixo na rede pública municipal: apenas 4,2 para o 5º ano e irrisórios 2,9 para o 9º ano. Ora, segundo o Ministério da Educação, a nota mínima para uma escola ser considerada de qualidade é seis, score este atingido apenas pelo Fundamental I de uma das 120 escolas municipais. Assim, não é surpresa nenhuma que esta dimensão do IDHM tenha obtido o menor escore em 2010 (0,64) contra 0,812 para a dimensão “Longevidade” e 0,702 para “Renda”.

Gráfico 2 - Evolução do IDHM de Campina Grande segundo suas dimensões (1991-2010)



Fonte: PNUD/ONU

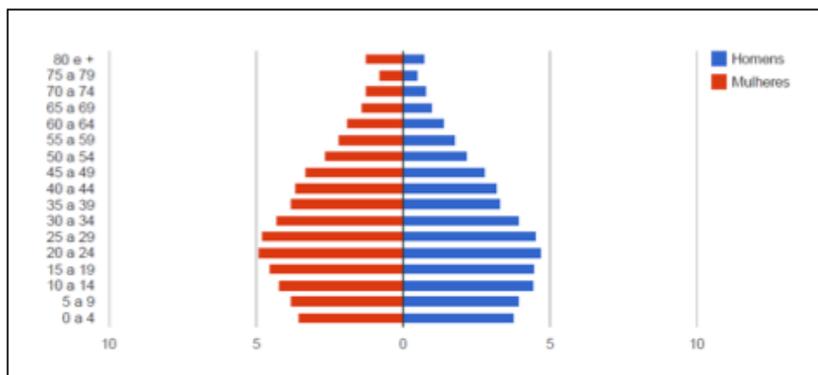
De fato, a longevidade da população campinense evoluiu muito nos últimos vinte anos, já que a esperança de vida ao nascer passou de 60,1 anos no início da década de 1990 para 73,7 anos no final da década de 2010 e a mortalidade infantil retrocedeu de 66,3 para 17,3 por mil nascidos vivos no mesmo período, fatos extremamente positivos. Entretanto, neste paradigmático quesito estamos abaixo da média nacional (16,7 por mil nascidos vivos) e muito próximos do limite máximo admitido pela ONU nos Objetivos do Milênio, uma mortalidade infantil de 17,9 por mil nascidos vivos. Assim, também na saúde o município precisa evoluir muito e rapidamente.

Em relação à renda da população, observa-se, em primeiro lugar, uma queda exponencial da porcentagem de pessoas extremamente pobres no município – que decresceu de 20,35% em 1991 para 5,02% em 2010 – e de pessoas pobres, que caiu de 49,51% para 16,34% no mesmo período, tendência observada no país como um todo, em maior ou menor grau, em virtude das políticas públicas de combate à pobreza e de geração de renda do governo federal nos últimos dez anos. Em segundo lugar, houve um expressivo aumento na renda per capita, que mais do que dobrou em 20 anos, indo de R\$ 302,81 em 1991 para R\$ 630,03 em 2010, fato também generalizado no país em virtude das já citadas políticas de combate à pobreza e, também, da universalização da previdência social e da política de valorização real do salário mínimo. Em terceiro lugar, e como decorrência da redução da pobreza e do aumento da renda per capita, o Índice de Gini – que mede o grau de concentração de renda – evoluiu de 0,61 em 1991 para 0,58 em 2010, estando a cidade melhor posicionada que o Brasil (0,60) e a Paraíba (0,61).

Em termos demográficos, o município vem reduzindo sua taxa média anual de crescimento populacional, que caiu de 1,12% entre 1991 e 2000 para 0,85% entre 2000 e 2010, fato que impacta positivamente na razão de dependência – que é a proporção entre a população em idade ativa e a população com menos de 15 anos e com 65 anos ou mais – que decresceu de 69,22 em 1991 para 46,08 em 2010. Por outro lado, o índice de envelhecimento da população – que é a proporção da população de 65 anos ou mais e a população com menos de 15 anos – aumentou, evoluindo de 5,83 para 7,79 no mesmo período. Assim, atualmente Campina Grande tem uma pirâmide etária com 23,75% da população com menos de 15 anos (contra 35,8% em 1991), 68,45% entre 15 e 64 anos (contra 59,09% em

1991) e 7,79% com 65 anos ou mais (contra 5,83% em 1991). Portanto, a População em Idade Ativa (PIA) do município, que é o seu potencial de mão-de-obra, cresceu nada menos do que 29% em vinte anos.

Gráfico 3 - Pirâmide Etária da População de Campina Grande (2010)



Fonte: PNUD/ONU

Assim, é preciso empreender muitos esforços para que esse potencial não se frustre e que a mão-de-obra disponível possa movimentar um círculo virtuoso envolvendo investimento público na infraestrutura para o setor produtivo, incentivos, fomento e apoio ao empreendedorismo e à inovação, criação de empregos, geração de renda, aumento da capacidade de compra da população e, em decorrência disso tudo, o crescimento de arrecadação do município e o aumento de sua capacidade de investimento em políticas públicas. Foi essa equação na qual entram, também, estratégias macroeconômicas nacionais e as já referidas políticas de combate à pobreza, universalização da previdência social e de valorização real do salário mínimo, que propiciou na última década a criação de 19 milhões de empregos, a ascensão social de 60 milhões de brasileiros – resgatando 20 milhões da linha de pobreza e colocando 40 milhões na classe média – e a elevação do Brasil à posição de sexta economia do Mundo.

Desenvolvimento Econômico

Daí é que se define o primeiro eixo estratégico do Plano Plurianual 2014-2017: o desenvolvimento econômico, com a alocação de R\$ 182,5 milhões de reais, recursos estes distribuídos em nove (09) Programas.

Destacamos, primeiramente, o **Programa Campina em Desenvolvimento** que, entre outras ações para o desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços, promoverá a implantação e manutenção do Parque Empresarial Aluizio Campos no terreno de 960 hectares desapropriado nesta gestão, uma das ações mais emblemáticas do primeiro ano de governo. O objetivo da implantação do terceiro distrito industrial da cidade é atrair novas empresas para o município e propiciar condições para a expansão da capacidade instalada das empresas locais, leiloando terrenos a preços subsidiados. A principal meta é criar, em quatro anos, 10 mil novos empregos e aumentar significativamente a receita do município.

Poderemos gerar ainda muito mais empregos por meio das ações dos outros Programas deste eixo estratégico, como o **Programa Turismo em Campina Grande**, que objetiva aumentar o fluxo turístico de 35 mil para 50 mil pessoas/ano e a taxa de ocupação hoteleira de 80% para 90%. O **Programa de Incentivo ao Desenvolvimento do Mercado de Trabalho**, do SINE Municipal, tem por metas elevar, até o ano de 2017, o saldo de trabalhadores admitidos no mercado dos atuais 1.315 para 1.500 e o número de empregos formais de 86.686 para 88.150. Por seu turno, a AMDE propõe dois programas: o **Programa de Apoio a Microempresários de Áreas Públicas**, que tem como meta aumentar em 47% o número de microempresas formais em Campina Grande, saindo das atuais 6.542 para 9.574, e o **Programa Incentivo à Política de Crédito**, que pretende disponibilizar cerca de 17 milhões de reais para os microempreendedores individuais formais e informais. Com um aumento tão significativo no número de empresas, é preciso também fortalecer o PROCON Municipal, de maneira a garantir os direitos dos consumidores, que evidentemente também aumentarão. A meta é aumentar o número de pessoas atendidas por ano de seis para dez mil (66%) e o número de audiências de 2.668 para 4.000 (50%).

Visando dinamizar um setor que vem perdendo muito fôlego nas últimas décadas, foi criado o **Programa de Fortalecimento do Setor Primário**, cujo objetivo é desenvolver a produção agropecuária no município, gerando riqueza, emprego e renda também na zona rural. Para tal, entre suas metas, destacam-se a implantação de 50 bancos de sementes, a distribuição de 31 toneladas de sementes de milho e feijão e a disponibilização de 9.860 horas/máquina para o corte de terras nos próximos quatro

anos. Também se constituem como metas importantes a inseminação artificial de 14 mil vacas e 3.000 cabras e ovelhas, além da distribuição de 1.800 cabras leiteiras e 90 mil galinhas poedeiras entre os pequenos produtores, que ainda poderão ter à sua disposição 180 mil raquetes de palma forrageira resistente à cochonilha para a segurança alimentar dos animais em período de seca. Também serão incentivadas a piscicultura (meta de distribuição de 55 mil alevinos para peixamento de açudes e outros 55 mil para engorda) e a apicultura, com a meta de produzir anualmente 3.000 litros de mel até 2017. Este Programa tem ainda como objetivo fomentar a agricultura familiar orgânica, investindo na formação dos camponeses com o oferecimento de mais de 200 cursos em controle sanitário com defensivos orgânicos, manejo de solo e irrigação sustentável, visando atingir a meta de produzir 25 toneladas/ano de vegetais orgânicos até 2017. Para facilitar a comercialização desta produção, o Programa almeja criar e apoiar a realização de 144 feiras itinerantes em quatro anos.

Desenvolvimento Humano

Sabe-se que o desenvolvimento econômico por si só não gera bem-estar social e a melhoria de qualidade de vida da população. O resultado do malfadado “milagre econômico” da ditadura militar instalada no país entre 1964 e 1985 demonstrou isso: embora a economia tenha crescido notavelmente, a renda ficou extremamente concentrada na mão de poucos, aumentando a miséria e a exclusão social. Por outro lado, a dívida pública cresceu de forma exponencial, gerando uma inflação voraz que reduziu drasticamente a capacidade de compra da população, a própria queda das receitas e, conseqüentemente, a diminuição da capacidade de investimentos públicos, o que redundou em políticas públicas sofríveis e péssimos serviços governamentais para a população. Isto é, neste caso de triste memória, o crescimento econômico alimentou um círculo vicioso.

Como não queremos que isso se repita, é necessário que o desenvolvimento econômico esteja intimamente associado ao **Desenvolvimento Humano**, que é o segundo eixo estratégico do Plano Plurianual, construído em consonância com os “Objetivos do Milênio”, pacto mundial da ONU a que nossa Edilidade aderiu em 2013. Por isso é que para este eixo foi destinada a maior fatia do PPA (42%), cerca de 1,7 bilhões de reais, a serem investidos em diversos Programas e Ações nas áreas de **Saúde**

(R\$ 799 milhões), **Educação** (R\$ 682,7 milhões), **Assistência Social** (R\$ 72,8 milhões), **Habitação** (R\$ 53 milhões), **Esporte e Lazer** (R\$ 46,5 milhões) e **Cultura** (R\$ 51 milhões).

Campina Grande, assim como o Brasil e o Nordeste, já atingiu o primeiro Objetivo do Milênio, que é reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população com renda inferior a 1 dólar por dia e a proporção da população que sofre de fome, que são os “extremamente pobres”. Contudo, o município ainda tem mais de 20 mil pessoas nesta condição. Assim, é preciso avançar, em parceria com o Governo Federal, nas políticas públicas de segurança alimentar e combate à miséria, tendo como principal meta a elevação das atuais 31.378 famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família para 35.290 em 2017.

Por outro lado, estão previstas, na área da **Assistência Social**, 25 ações em cinco programas para essa faixa da população, dentre as quais destacamos, no campo da Proteção Social Básica, a ampliação do atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social em 50%. No campo da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade são metas primordiais a redução de 40% no índice de trabalho infantil e a duplicação da capacidade de atendimento aos moradores de rua. Por fim, no campo do trabalho, emprego e renda a meta é aumentar em aproximadamente 15% o índice de admissão ao mercado de trabalho com maiores incentivos ao Centro Público Municipal de Trabalho, Emprego e Renda, consequentemente elevando também a quantidade de empregos formais e assim a População Economicamente Ativa (PEA).

Na área de **Saúde**, como já foi dito, atingimos a meta de reduzir a mortalidade de crianças menores de cinco anos, quarto Objetivo do Milênio, mas estamos muito próximos do máximo admitido pela ONU e para reduzi-la ainda mais propomos várias ações, sendo a mais importante universalizar a cobertura da estratégia do Programa Saúde da Família no município, que hoje é de 84%.

Podemos destacar ainda, dentre as inúmeras metas das 36 ações e seis programas do Fundo Municipal de Saúde para o PPA 2014-2017, a ampliação do número de leitos hospitalares de 1.353 para, no mínimo, 1.414, a ampliação do atendimento do SAMU de 2.800 para 5.000 atendimentos, da cobertura de saúde bucal de 62% para 90% e da cobertura da população com acesso a medicamentos de 83% para 90%. Em relação à vigilância em saúde, a proposta é ampliar a população atingida pelas campanhas

de vacinação, que hoje é de 80% para, pelo menos, 90%, reduzir o índice de infestação do mosquito transmissor da dengue dos atuais 2,66% para menos de 1,00% e aumentar o número de inspeções realizadas no setor de alimentos das atuais irrisórias 857 inspeções para 8.503 inspeções. Estas ações, dentre muitas outras, balizarão a PMCG no atingimento das metas do sexto Objetivo do Milênio.

Por outro lado, uma atenção toda especial à saúde das mulheres, principalmente as gestantes, associada ao fortalecimento das ações de Promoção Social, que tem como meta elevar o número de mulheres abrigadas de 70 para 300 e o número de mulheres atendidas de 100 para 2.500, serão fundamentais para atingirmos o quinto Objetivo do Milênio.

Mas a saúde da população não requer apenas políticas públicas de medicina preventiva e curativa, pois está intimamente relacionada também com a prática de **Esportes e o Lazer**, que propomos serem fortemente incentivados por meio de várias ações no PPA, entre as quais se destacam a construção e manutenção de espaços de esporte e lazer e projetos como o Mexe Campina, Campina em Movimento e Esporte em Campina. Com essas iniciativas pretende-se elevar a quantidade de praticantes de atividades físicas das atuais 8.214 para 22.300 pessoas e o número de atletas participantes de eventos de 3.900 para 6.600 até o ano de 2017.

Na área da **Educação**, foram propostas 39 Ações em quatro Programas, tendo como metas primordiais aumentar o número de alunos do ensino fundamental (faixa etária 6 a 15 anos) dos atuais 19.326 para 24.500, o número de alunos do ensino infantil (faixa etária 0 a 6 anos) de 5.239 para 10.000 e elevar a taxa de escolarização na faixa etária 7 a 14 anos no ensino fundamental de 91% para 100%, atendendo plenamente ao segundo Objetivo do Milênio. Ainda são metas para os próximos quatro anos reduzir o índice de abandono/evasão escolar de 4,3% para 2%, a distorção idade/série no ensino fundamental de 31,6% para 20%, o índice de retenção no ensino fundamental de 13,10% para 10% e a taxa de analfabetismo na faixa etária de 15 anos ou mais de 17,10% para 15,10%. Tudo isso para elevar o IDEB (séries iniciais) de 4,2 para, no mínimo, 4,8 e o IDEB (séries finais) de 2,9 para, pelo menos, 3,8.

Ora, não se atinge o desenvolvimento humano sem que as pessoas tenham o direito inalienável a uma moradia digna. Assim foi criado o **Programa Habitação para Todos**, cuja meta é zerar o atual déficit habitacional de Campina Grande, calculado pelo IPEA com base nos dados

do IBGE (2010) em 13.256 unidades³. A meta é oferecer, por meio do Programa Minha Casa Minha Vida, 13 mil novas unidades habitacionais para a população de baixa renda e cerca de sete mil para a faixa II do programa federal até o ano de 2017, além de realizar ações de regularização fundiária e urbanização dos 14 assentamentos precários remanescentes no município. Também em parceria com o Governo Federal pretendemos edificar 570 habitações rurais nos próximos quatro anos.

Ainda no eixo Desenvolvimento Humano, o **Programa Campina Cultural** tem por objetivo desenvolver ações de empoderamento do capital cultural como agente transformador socioeconômico do município e contribuir para o desenvolvimento e inversão social, visando atingir, entre outras metas, a elevação da taxa de visitação de espaços culturais por habitante dos atuais baixíssimos 5,13% para, pelo menos, 50%.

Cidade Sustentável

Intimamente relacionado com o desenvolvimento econômico, que é a sua base material, o desenvolvimento humano necessita também de um lócus adequado para vicejar, isto é de uma infraestrutura urbana e rural digna e ambientalmente sustentável. Neste sentido é que definimos, sintonizados com o sétimo Objetivo do Milênio, o terceiro eixo estratégico do PPA, denominado **Cidade Sustentável**, cujo objetivo é planejar e transformar o presente pensando no futuro, para garantir uma melhor qualidade de vida para as gerações atuais e vindouras com sustentabilidade ambiental. Para este eixo propomos a alocação de 964,5 milhões de reais (24% dos recursos do PPA).

De fato, muito tem que ser feito em relação à infraestrutura do município, cuja precariedade desabona a cidade, prejudica a mobilidade urbana e atenta contra a qualidade de vida da população. De fato, um terço da malha viária urbana de Campina Grande não é pavimentada (um total de 420 km), pouco mais de 60% da macrodrenagem pluvial está implantada, cerca de 35.000 m² de calçadas estão em condições precárias e nada menos do que 30% dos domicílios não estão ligados à rede de esgotamento sanitário.

3 IPEA, **Estimativas do déficit habitacional brasileiro (2007-2011) por municípios (2010)**, Nota Técnica, maio de 2013.

Para enfrentar estes problemas foi criado o **Programa de Infraestrutura Urbana – PROINFRA**, que tem como metas, entre outras, a construção do Segundo Anel Viário, com 17 km e já com recursos aprovados junto ao Ministério das Cidades na ordem de 135 milhões de reais, pavimentação de 258 km de vias urbanas, implantação de 283 km de rede de drenagem pluvial, 12 km de canais (complementação dos Canais do Prado, Bodocongó e Piabas), 40 km de rede de esgotos e 25 km de rede de distribuição de água, além da instalação de 5.200 novos pontos de iluminação na zona urbana e 1.000 pontos nos distritos.

Na zona rural, a situação da infraestrutura é ainda mais grave, pois as estradas vicinais estão em péssimas condições e há muito tempo o poder público pouco faz em relação à segurança hídrica da população. Assim, é preciso olhar com mais atenção para a zona rural e, neste sentido, foi criado o **Programa Desenvolvimento da Infraestrutura da Zona Rural – PROINFRA RURAL**, que tem como metas promover, até 2017, a recuperação de 700 km de estradas vicinais, a construção do Açude do Covão, além de outras 375 ações de construção, manutenção e limpeza de açudes e barreiros, a perfuração de 220 poços, a instalação de 50 dessalinizadores e de 1.200 cisternas.

Em termos de equipamentos públicos, também muito tem que ser realizado, o que pretendemos viabilizar por meio do **Programa de Equipamentos Públicos – PROCIDADE**, no qual se destacam as seguintes metas: edificação, por meio de Parceria Público Privada (PPP), do Centro Administrativo, reunindo os Poderes Executivo e Legislativo em uma mesma área da cidade; a requalificação da Feira Central e do Distrito dos Mecânicos; a reforma dos mercados públicos e a construção do Mercado do Bairro das Cidades, entre outras ações.

Precisamos também requalificar e construir mais praças, parques e áreas verdes, pois, dizem os especialistas, o déficit arbóreo da cidade é de 600 mil árvores. Neste sentido foi criado o **Programa Campina Te Quero Verde**, que tem como principais metas o plantio de 50 mil árvores por ano, a construção de 50 viveiros de mudas, a implantação de quatro novos Parques (Louzeiro, Liberdade, São José da Mata e Cachoeira), a requalificação do Parque Evaldo Cruz, a recuperação das 28 praças atualmente degradadas e a construção de 10 novas praças por ano.

No que tange à limpeza urbana, o **Programa Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos** tem, entre outras metas, elevar a taxa de cobertura da coleta de lixo dos atuais 90% para 100% e instituir a coleta

seletiva, com a coleta e beneficiamento, em parceria com as cooperativas de catadores, de pelo menos 40% desse insumo. Também temos como meta desenvolver um projeto sustentável para a destinação do lixo urbano não reciclável, atualmente em discussão com a sociedade campinense no âmbito da elaboração do Plano Municipal de Manejo de Resíduos Sólidos.

Considerando-se que a Legislação Urbanística da Cidade encontra-se bastante defasada e que só atingiremos a plena sustentabilidade da vida gregária com leis e planos atualizados e condizentes com a realidade, foi criado o **Programa Cidade Legal**, que tem como metas a revisão dos Planos Diretor e de Habitação, a elaboração dos Planos de Saneamento Básico (em curso), Manejo de Resíduos Sólidos (em curso), Regularização Fundiária, Mobilidade Urbana e Preservação do Patrimônio Cultural, além da proposição à Câmara Municipal de projetos de Lei de Parcelamento e de Uso e Ocupação do Solo, entre outros.

Boa Governança

Finalmente, mas não menos importante, temos o quarto e último eixo estratégico do Plano Plurianual, denominado “boa governança”, que tem por objetivo criar condições para o Poder Público governar para as pessoas com eficiência, atenção ao cidadão, transparência, comunicação cidadã, participação popular e valorização do servidor público. Segundo maior orçamento do PPA, foram alocados recursos na ordem de 1,18 bilhões de reais para este eixo, dos quais 66,8 milhões destinados ao Poder Legislativo, cerca de 511 milhões às ações de Apoio Administrativo da Administração Direta e das Autarquias e 262 milhões à manutenção da Previdência dos Servidores Municipais.

O **Programa Qualidade na Gestão Pública e Administrativa** tem como principais ações o **Projeto Serviços Inteligentes para a Administração Pública**, que visa interligar todos os Órgãos de Governo numa rede virtual aberta ao cidadão para acessar os mais diversos serviços públicos e também uma área restrita para a interação interna da Administração, o **Projeto de Modernização da Administração Tributária**, cuja meta principal é aumentar de 400 para 600 atendimentos a contribuintes/dia, a construção da sede própria do Arquivo Municipal, o apoio às atividades da Escola Municipal de Servidores,

tendo como meta capacitar 1.000 servidores anualmente e a realização de Concurso Público para provimento de 600 cargos efetivos.

Ainda neste Programa destacamos o **Projeto Campina em Dados**, que tem como metas atualizar a Base Cartográfica do Município, implantar e manter o Sistema de Informações Geográficas (SIGWEB), que disponibilizará dados do município, atualizados em tempo real, pela internet, a implantação do Cadastro Multifinalitário, a digitalização, organização e arquivamento lógico e físico de 10 mil documentos públicos/ano, bem como a elaboração do Sistema de Índices e Indicadores Municipais (SIM), que fundamentará a produção e divulgação de Boletins de Conjuntura, em parceria as Instituições de Ensino Superior e Pesquisa, com análises e estudos sobre as tendências municipais nas mais diversas áreas.

Tendo como meta aumentar taxa de acesso da população à mídia institucional de 30% para 60%, propomos o **Programa de Comunicação Institucional**, com a alocação de 27,5 milhões de reais destinados às ações de publicidade institucional, de manutenção da CODECOM e para as Comemorações do Sesquicentenário de Campina Grande.

O **Programa Cidade Participativa** visa fomentar a participação popular na definição e implementação de políticas públicas e o controle social sobre as ações do Governo, garantindo as condições necessárias para o pleno funcionamento dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas, Conselhos Escolares, Orçamento Participativo, além do incentivo às Entidades de Classe, destinando para isso 8,6 milhões de reais.

Considerações Finais

Neste artigo apresentamos as linhas mestras do Plano Plurianual 2014-2017 de Campina Grande, já aprovado pela Câmara Municipal. Por meio dele, o governo Romero Rodrigues apresenta à população uma audaciosa proposta de crescimento econômico para o município, pautado pelo compromisso com o desenvolvimento humano, a sustentabilidade ambiental e a boa governança. Seus objetivos, metas, programas e ações revelam a clara disposição do Executivo municipal em agir firmemente para a melhoria de vida da população, promovendo o engrandecimento da cidade *vis-à-vis* sua fundamental vocação histórica de “capital do trabalho”.

Numa “sociedade da informação”, onde a população tem amplo acesso às ações efetivas empreendidas pelos governos, podendo participar irrestritamente em fóruns virtuais, institucionais e na mídia, este artigo pode servir como um pequeno guia para os cidadãos e cidadãs campinenses acompanharem e cobrarem do governo a efetivação do Plano Plurianual, atuando como sujeitos ativos do destino de Campina Grande.

Por uma autorreflexão da nossa aldeia¹

Luciano Albino

*...afinal não se fica mais molhado caindo
ao mar oceano do que ao rio da nossa aldeia.²*

A Globalização poder ser caracterizada pela a simultaneidade como certos processos ocorrem. Não é uma questão de velocidade, mas a reprodução de padrões de comportamento em escala global. Significa dizer que alguns problemas da sociedade contemporânea se manifestam amplamente, como o da mobilidade urbana, da violência e da crise de valores. Preocupações de todo mundo, cada qual ao seu modo e em proporções diferentes, num contexto crescente de impertinências a espreita.

Quando tentamos, na posição de nativos, observar com calma Campina Grande percebemos o quanto muito dela mudou em pouco tempo, uma vez que em dez anos, mais ou menos, a cidade assemelha-se, guardando as proporções, ao caos de metrópoles a exemplo de Recife ou São Paulo. De certa forma, a impressão que às vezes se apresenta é a de que todos estão dentro de uma máquina a reproduzir os mesmos movimentos. Tal

¹ Luciano Albino. Dr. em Sociologia. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba. Desenvolve pesquisas nas áreas de Sociologia da Cultura e Sociologia Jurídica. Atualmente, coordena pesquisa, financiada pelo Cnpq, sobre violência doméstica na Região do Brejo paraibano.

² Saramago, José. **História do Cerco de Lisboa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

padronização generalizada transita pelo mundo na forma de avalanche que se avoluma em comportamentos, crenças, valores, carros e tantos prédios a mudar tudo. Mas o mundo que nada em dinheiro tem braços de hélice e pés de chumbo, uma vez que não supera velhos problemas e cria tantos outros. Em síntese, o desenvolvimento econômico possui o passaporte para a transformação e em nome dele tudo se justifica, embora o preço de tudo isso seja muito caro.

Como filho de Campina Grande, sinto-me, às vezes, surpreendido pela transformação repentina por que passa o centro da cidade, por exemplo. De súbito, surge um prédio aqui, de repente, demoliram um casarão ali e puseram em seu lugar o vazio rotativo de um estacionamento. É desolador ver a falta de cuidado quando o assunto é o patrimônio arquitetônico. Com exceção da Rua Marquês do Herval, a cidade parece se destruir e se refazer, semelhante à frota de carros e motos que crescem exponencialmente em número. A cidade tem sede do presente, nela, parece só haver espaço para, no máximo, duas gerações, pois o passado é deixado mudo.

Vive-se numa espécie de corpo com pressão alta, quer dizer, sangue demais para espaço de menos, pois, como nas metrópoles, carros vazios preenchem as ruas e ônibus lotados transportam a maioria que tem como sonho o financiamento do carro ou da moto. Se, por um lado, tudo se ergue novo, em prédios de apartamentos milionários nas margens do Açude Velho ou no fortalecimento do comércio no Centro, outros espaços se sedimentam na exclusão. O Mercado Central é um ótimo exemplo. Ele parece o tapete de uma sala bonita, bem mobiliada, com vários eletrodomésticos de vários usos. Embaixo deste mesmo tapete muita poeira é depositada, em uma Campina Grande que não se enquadra na onda do atual desenvolvimento.

A feira virou refúgio, abrigo, o último lugar que resta para muitos que vivem em estado de desatenção. No Mercado, para quem o conhece como eu, constata-se o respiro arquejante de um submundo de exclusão onde vivem moradores invisíveis em pleno centro da cidade, vinte e quatro hora por dia, sete dias por semana, em ruas com poucos visitantes pela manhã e o escuro e frio abandono das noites. Quem tem acesso ao Mercado Central pela feira de flores se depara com o belo de suas cores. Mas, é bom lembrar que flores anunciam tanto o belo quanto o mórbido, o passado decadente. Seu interior parece um labirinto, formado por bancos de madeira, tijolos e telhas Brasilit, em ruelas muitas, ladeadas pela

sequência de portas de ferro onde comerciantes teimosos e descontentes fazem rotina. Parece, enfim, a aldeia de Canudos sem o Conselheiro.

Atravessar o Mercado é passeio que revela seu estado de abandono, em termos de infraestrutura. Nos semáforos da Avenida Canal, que o margeia, há uma população assídua, formada por crianças, mendigos e trabalhadores vigilantes da luz. A rotina dessas pessoas parece se definir pela alternância entre o vermelho e o verde, sendo o último, o indesejado. O sinal vermelho é a alegria para quem faz dele seu compromisso econômico. As crianças dos semáforos, em particular, são como as da “Terra do Nunca” de Peter Pan. Elas não envelhecem! Os rostos mudam, mas as crianças sempre estão nessa terra que não é encantada.

Pela cidade é possível observar mendigos com passos estranhamente lentos. Paços dos que não sabem para onde ir, teimosos em sublinhar a calçada familiar. Há pessoas invisíveis, indesejáveis ao mundo que corre. Neste cenário, nosso modelo de cidade se aproxima do que vem ocorrendo no país inteiro: mais mercado, menos Estado; mais violência e demanda social por segurança; mais consumo de drogas. Wacquant³ parece estar certo quando diz que o Estado de Providência é substituído por outro, o Penal, como se a combinação Lei/Prisão fosse o instrumento usado para garantia da ordem e da coesão social. Só que nessa estratégia de combate à violência os mais pobres são os punidos em larga medida. Em resumo, a prisão continua sendo o lugar de pobre e a estratégia mais usada para garantir a ordem, quando o mais adequado seria mais escola, mais emprego, mais civilidade.

Não há como não se espantar diante de tal cotidiano. Acredito que o papel dos intelectuais, comprometidos com a melhoria da sociedade, seja a crítica qualificada dos nossos problemas. Pretendo ser um leitor de Campina Grande interessado em provocar e contribuir para uma mudança de cenário, no intuito desvencilhar o modelo em curso de outro, que seja construído a partir de diferentes parâmetros e valores mais próximos à boa convivência e à vida. Esta postura reflete um inconformismo em relação à realidade. Na poesia de João Cabral de Melo Neto, na análise social de Josué de Castro e Celso Furtado, na literatura de Graciliano Ramos e nas músicas de Luiz Gonzaga, Lenine e Chico Science, pode-se encontrar o estranhamento do mundo, um lamento, como se houvesse neles uma base

³ Wacquant, Loïc. **Os condenados da cidade**. Rio de Janeiro: REVAN, 2005.

existencial comum que os motivasse à produção artística, literária, científica, enfim. Na obra de cada um existe a expressão de uma dor, de uma lamentação que parte da própria experiência de vida, do dia-a-dia que se revelou diante deles. Neles, tal estado de angústia se converte em beleza estética, em poesia e proposições esperançosas, quer dizer, em reverso da dor que dá novo sentido à vida faz acreditar que a mesma realidade agreste pode ser melhor. É desta mesma forma que vejo Campina Grande.

Nesta cidade vivi praticamente toda a minha vida, mas me sinto, às vezes, um estranho diante das mudanças pelas quais a cidade passa. No meu caso, o espanto se refere ao estilo de vida que nos submetemos e à pressa com que as pessoas buscam suas realizações pessoais, ao mesmo tempo em que nossos problemas elementares não são atacados seriamente, como por exemplo, a própria ocupação espacial urbana, o transporte público e as diferentes formas de marginalização.

Muitos observam o desenvolvimento através do poder de compra das pessoas, do acesso a bens de consumo e taxas de emprego. Sinto-me forçado a levar em conta outra variável nesta equação, uma vez que seus dados são gritantes no cenário estadual e também municipal. É interessante como os casos de violência aumentaram bastante nos últimos anos, destacadamente os homicídios e os crimes contra a propriedade. Parece que o contexto de avanços em relação a um estilo de vida, mais moderno e desenvolvido, caminha na mesma proporcionalidade quando o assunto se refere ao consumo de drogas, homicídios, violência doméstica e todo tipo de roubo. Numa perspectiva sociológica, quer dizer, de tentar objetivamente relacionar processos a causas históricas, percebo que a ausência de um estado efetivamente atuante nas questões sociais básicas como saúde, educação e transporte público, além, evidentemente, da segurança culmina na sedimentação de uma sociedade que se realiza no consumo, ao mesmo tempo em que vive o medo paranoico da violência que bate a porta de dentro para fora e de fora para dentro, uma vez que há muita violência no espaço doméstico também.

Nesta perspectiva temos, por um lado, indivíduos ciosos de seus projetos pessoais à busca da satisfação no mercado, quer dizer, seres atomizados, alheios. Por outro lado, o estado que espelha toda uma crise social no tocante a valores e autoridade. Numa palavra, a violência cresce

em função da crise de poder⁴. Esta crise está diretamente ligada a outra, de autoridade, uma vez que a mesma se refere a reconhecimento, a respeito. Em resumo, quando não há respeito o poder político se enfraquece e não há violência que consiga garantir a coesão social.

Outro aspecto importante relativo à coesão diz respeito aos valores. Refiro-me ao respeito pelo outro, pelos mais velhos, pelas instituições, enfim, ao que parece estar um tanto fora de moda nos nossos dias. Embora este texto tenha como foco o contexto de Campina Grande, nunca é demais lembrar o que disse antes, quer dizer, o quanto estamos integrados num processo histórico mais amplo, no qual nossa cidade e o Brasil como um todo vem passando. Como Brasil mudou! Os dados governamentais indicam números fantásticos, como o crescimento do PIB e a entrada de milhões na classe média etc. Mas, repito, este país que se reproduz em nossa aldeia, Campina Grande, parece reproduzir uma história secular, qual seja, aquela que se escreve por ciclos econômicos passageiros (açúcar, café, industrialização) e que não consegue deixar de ter a pecha do *País do futuro*.

O que eu espero para uma Campina Grande futura, do “amanhã”, é que ela consiga expandir sua autoestima ainda mais, que as pessoas deste lugar continuem orgulhosas pelo simples fato de serem campinenses, integrantes de uma cidade tão importante no cenário nordestino. Mas eu espero que todos possam, no momento presente, identificar novos referenciais de orgulho, de autoridade, não mais nos antigos ídolos políticos e estéticos, mas naquilo que nos distingue como trabalhadores ciosos, alunos inteligentes e criativos, como enfim, pessoas de bem. Estes e outros do mesmo tipo devem ser nossos exemplos, os anônimos, aqueles que ganham a vida num mundo bastante seletivo, bem diferente do atual contexto de autopromoção e etiquetas fúteis de um pseudo glamur.

Inspiro-me, enfim, mais uma vez em João Cabral⁵ para instigar outra estética, uma contracultura por assim dizer. Agora, centrada no que somos, ou melhor, no que podemos ser a partir do momento em que nos construímos diferentes, mais sensíveis às dores e à dureza compacta dos problemas que teimamos em negar tanto em alma baraúna. Atentemos à *educação pela pedra*, pré-didática, de dentro para fora, paciente e concreta, revelada no observar mais comum.

⁴ Hannah Arendt. Sobre a violência. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

⁵ Melo Neto, João Cabral de. **Educação pela pedra**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011.

